



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 51

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 12 de Junho de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos)

Período de Antes da Ordem do Dia

Lida a correspondência chegada à Mesa da ALRA, o Sr. Deputado José Decq Mota (*PCP*), ao abrigo do artigo 95º do Regimento, proferiu uma declaração política.

Posteriormente passou-se ao período dedicado às intervenções de interesse político relevante para a Região. Usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Campos (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Cabral Vieira (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

Período da Ordem do Dia

1- Relatório da Comissão Eventual – “Uma nova Assembleia par ao novo século”.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), José Decq Mota (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), José San-Bento (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*) e Humberto Melo (*PSD*).

2 – Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas (FRAE)”

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*), Manuel Arruda (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), a quem coube a apresentação da respectiva proposta.

Submetida à aprovação, a proposta foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

3 – Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Aplica à Administração Regional o regime do Decreto-Lei nº 55/2001, de 15/02, alterado pela Lei nº 89/2001, de 10/08 (regime das carreiras do pessoal que exerce a sua actividade nos domínios da museologia e da conservação e restauro).”

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Azevedo (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Hernâni Jorge (*PS*).

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 9/81/A, de 29 de Junho, que elevou à categoria de cidade, a Vila da Ribeira Grande.”

Proferiram intervenções os Srs. Deputados José Rego (*PS*), Humberto Melo (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*) e Paulo Gusmão (*PP*).

A proposta foi aprovada por unanimidade.

5 – Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Elevação da Freguesia das Lajes, no Concelho da Praia da Vitória, à categoria de Vila”, o qual foi aprovado por unanimidade.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Oliveira (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Paulo Valadão (*PCP*).

6 – Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Criação das freguesias de São Pedro de Nordestinho, de Algarvia e de Santo António de Nordestinho, no Concelho do Nordeste”.

Sobre o mesmo intervieram os Srs. Deputados Humberto Melo (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*), Nuno Amaral (*PS*) e José Decq Mota (*PCP*).

O projecto mencionado, foi aprovado por unanimidade.

7 – Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Criação das Freguesias do Pilar da Bretanha e Ajuda da Bretanha, no concelho de Ponta Delgada”.

Intervieram sobre o mesmo os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*), Jorge Macedo (*PSD*) e José San-Bento (*PS*).

Submetido à votação, o projecto foi aprovado por unanimidade.

8 – Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Criação da Freguesia de Santa Clara, no concelho de Ponta Delgada”.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*) e Manuel Campos (*PS*).

O projecto foi aprovado por unanimidade.

9 – Relatório da Comissão de Política Geral sobre a visita efectuada ao Canadá.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), proferiam intervenções os Srs. Deputados Francisco Barros (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas).

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Emanuel Mendonça **Furtado**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel **Ávila** **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

António Bento Fraga Barcelos

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

José Joaquim Ferreira Machado

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura do expediente entretanto entrado na Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, envio da cópia dos Drs. Sérvulo Correia e Mário Almeida, relativo à conformidade constitucional do conteúdo da Proposta de Decreto Legislativo Regional, iniciativa do Governo Regional, acerca do regime de cooperação técnico-financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Autarquias Açorianas.

Secretário (*Raúl Rego*): Relatório da Comissão de Política Geral, relativo à viagem ao Canadá.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional que cria a freguesia da Ribeira Seca, no Concelho de Vila Franca do Campo.

Secretário (*Raúl Rego*): De Jaime Pereira Forjaz Sampaio, morador na Rua de São Gonçalo, Ponta Delgada, em nome da Comissão de Moradores da Caloura, apresenta uma petição à Assembleia Legislativa Regional no sentido da “preservação de um Sítio de Importância Comunitária, de invulgar beleza e muito sensível, como é a Caloura, face ao perigo iminente da remodelação e ampliação de um edifício para Bar/Restaurante, da responsabilidade da Câmara Municipal da Lagoa”.

Secretário (*António Loura*): Do Tribunal Constitucional, na sequência de uma solicitação por parte do Provedor de Justiça, pedido para que a Assembleia se pronuncie acerca da fiscalização abstracta sucessiva do Decreto Legislativo Regional nº 16/98/A, de 6 de Novembro – “Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, adaptado à Região Autónoma dos Açores”.

Presidente: Acabámos de ler a correspondência que se encontra à vossa disposição.

Devo informar que, para além disso, há aqui dois documentos importantes que foram directamente distribuídos aos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para...?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, na leitura da correspondência que acabámos de ouvir, está incluído um pedido de parecer, oriundo do Tribunal Constitucional, sobre o Decreto Legislativo 16/98/A, de 6 de Novembro.

Eu não sei se percebi mal, mas suponho que já foi feito um pedido semelhante a esta Assembleia, em Novembro do ano passado.

Tanto quanto julgo saber, este Parlamento não se pronunciou. Em tempo oportuno o Sr. Presidente despachou para os serviços jurídicos desta Assembleia.

Eu próprio tomei a iniciativa de pedir cópia desses documentos e até hoje não obtive essa resposta.

A minha interpelação vai no sentido de saber que seguimento é que o Sr. Presidente vai dar a este assunto, se é que ele é o mesmo e eu estou a interpretar bem o que me parece ter entendido?

Presidente: Sr. Deputado, o que eu tenho na minha frente é um pedido de resposta do Tribunal Constitucional a um processo que está naquele tribunal e nós temos o prazo de 30 dias, mais 10 de dilação, para responder. É um processo de inconstitucionalidade que foi requerido pelo Sr. Provedor de Justiça.

Esta é a primeira vez que está presente neste Parlamento.

Neste momento não tenho aqui elementos para poder responder à sua pergunta, se isto já teria vindo aqui. Este não veio de certeza, porque este é um processo que deu agora entrada no Tribunal Constitucional.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Gostaria apenas de confirmar se é sobre o Decreto Legislativo nº 16/98/A, de 6 de Novembro.

Presidente: Este pedido envolve o 16/98/A, envolve também o Decreto Regulamentar Regional nº 1-A/2000/A, de 3 de Janeiro e o 4-A/2002.

Portanto, envolve uma série de diplomas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu tenho aqui cópia de documentos do Tribunal Constitucional, sobre o qual V. Exa. exarou um despacho para ir à Sessão, em 6/11/2001, na sequência de um pedido feito pela Procuradoria Geral da República ao Tribunal Constitucional, para declarar como força obrigatória geral a inconstitucionalidade de uma norma constante exactamente no 16/98/A.

Os outros diplomas que aqui refere, um deles – de resto nem sequer é da competência desta Assembleia – o Decreto Regulamentar nº 4-A/2002, trata-se de um acto do Governo Regional sobre o qual, suponho eu, não vamos responder porque não foi produzido nesta Casa.

Parece-me que é a mesma matéria.

Pergunto que seguimento vai ter este processo, considerando que em Novembro do ano passado a Assembleia era solicitada a pronunciar-se sobre a matéria. Não sei quem tomou a decisão da Assembleia não se pronunciar.

O que eu pretendo saber é se agora vamos ou não pronunciarmo-nos e em que tramitação é que este processo vai desenrolar.

Presidente: Nós vamos fazer o procedimento que é habitual.

Os serviços jurídicos vão estudar o diploma, vão estudar a possibilidade de redigir uma resposta. É essa a tramitação e creio que se vai responder exactamente a isto.

Em termos processuais vamos contestar isto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu peço desculpa por estar a insistir, mas se vai seguir a tramitação normal, então eu suponho que há uma explicação a dar: por que razão em Novembro não seguiu a tramitação normal?

Se o normal é seguir um determinado percurso, por que razão é que em Novembro a Assembleia, sobre o mesmo assunto, teve um entendimento diferente?

Presidente: Sr. Deputado, neste momento não estou em condições de responder.

Eu não tenho aqui os elementos relativos a esse processo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu penso que há aqui um equívoco que, aliás, a própria direcção de bancada do Sr. Deputado Joaquim Machado poderia esclarecer.

Do ponto de vista processual, se por acaso a Assembleia Legislativa Regional tivesse sido solicitada a pronunciar-se sobre um pedido de declaração inconstitucional sobre o diploma e não o tivesse feito, não era pedido novamente. Era declarado inconstitucional e ponto final.

O Tribunal não voltaria a pedir novamente para a Assembleia se pronunciar. Do ponto de vista processual, do ponto de vista de direito processual constitucional, é assim que as coisas se passam, como aliás se passam em qualquer tribunal. Não é pedido segunda vez a um réu que conteste aquilo que já lhe foi dito.

Portanto, deve haver aqui qualquer equívoco e solicitava, apelava, ao bom senso, para que esta questão fosse esclarecida.

Uma coisa é certa: do ponto de vista constitucional, o Tribunal Constitucional não pede duas vezes à mesma entidade para se pronunciar sobre a mesma matéria.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pode ter os papéis que tiver aí. Do ponto de vista constitucional, eu não acredito que o Tribunal Constitucional peça duas vezes a pronúncia sobre a mesma matéria.

Ou há um engano do ponto de vista de decreto, ou o Tribunal Constitucional está a pedir a esta Assembleia que se pronuncie sobre um Decreto Regulamentar Regional. Se calhar é o caso, coisa que não deve fazer, conforme o Sr. Deputado Joaquim Machado disse e muito bem.

O que é preciso ficar claro é que não é a mesma coisa.

Quer da parte da Mesa, quer da parte deste Plenário, quer daqueles que nos ouvem, é preciso perceber que nestas questões o Tribunal Constitucional não pede duas vezes para se pronunciarem sobre o mesmo assunto, em termos de contestação a um pedido de declaração de inconstitucionalidade.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Em pedidos diferentes pode!

O Orador: Em pedidos diferentes, mas não é isso que o Sr. Deputado Joaquim Machado está a fazer e os senhores sabem muito bem.

Vamos com calma.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estamos calmos!

O Orador: Não estão. A direcção da bancada do PSD sabe que aquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado está a fazer é a insinuar que o Presidente desta Assembleia deixou passar uma vez e, se deixou passar uma vez, qual é o seguimento que vai ter agora.

É isso que eu censuro com toda a lisura que este processo requer.

Não é a mesma coisa.

Eu acredito que o Sr. Deputado Joaquim Machado nem sequer esteja de má fé, porque não tem formação nessa área e nem é obrigado a ter e a conhecer estes trâmites processuais, mas a direcção de bancada do PSD conhece e sabe perfeitamente isso.

Muito obrigado e da nossa parte este assunto está encerrado.

Presidente: Srs. Deputados, esta matéria pode ser tratada fora do plenário. É uma questão de esclarecimento e não vamos agora discutir questões processuais jurídico-constitucionais aqui dentro.

Eu apelava ao vosso bom senso.

Não há nenhuma gravidade. A Assembleia está em tempo para se pronunciar. Tem um prazo para exercer o contraditório.

Eu acho que não há necessidade de estarmos aqui a levantar um problema processual dentro deste plenário.

Se acharem bem, vamos continuar com os nossos trabalhos e qualquer esclarecimento será dado, sem qualquer problema.

Está à vossa disposição o documento e alguns pareceres que me foram entregues pelo Governo relativamente a outra matéria.

Vamos prosseguir o nosso trabalho.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota, para fazer uma declaração política, nos termos regimentais.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Tem suscitado a mais viva preocupação em todo o País e, naturalmente, também na Região Autónoma dos Açores, a proposta da Comissão Europeia relativa à reforma da Política Comum de Pescas, ontem discutida pelo Conselho de Ministros das Pescas da União Europeia.

A referida proposta, se concretizada, levará à inviabilização da actividade e da frota pesqueira nacional, criando uma gravíssima crise no sector e a montante e jusante dele. Acresce que Portugal não só cumpriu, como ultrapassou, os objectivos do Programa Plurianual das Pescas III cooperando no processo de protecção das espécies piscícolas designadamente ao nível das espécies juvenis. **Verificar-se-ia assim que quem cumpriu bem as orientações comuns seria fortissimamente penalizado, o que não é aceitável.**

Antes porém de entrar em mais pormenorizadas considerações, especialmente sobre a repercussão dessa revisão da Política Comum de Pescas na nossa Região Autónoma, interessará fazer algumas referências basilares no que está na mesa.

A Comissão Europeia afirma definir como objectivos da Política Comum de Pescas: garantir a existência de ecossistemas marinhos saudáveis; a viabilidade económica e a competitividade do sector; um nível de vida adequado para as populações que dependem do sector das pescas.

Para atingir esses objectivos a Comissão assegura pretender abertura e transparência, uma ampla participação e responsabilização incluindo, aos níveis local e regional, uma clara eficácia e coerência com outras políticas comunitárias nomeadamente as do ambiente e as do desenvolvimento.

Nas reformas previstas para concretizar aquela política e aquela metodologia, a Comissão assegura que, para gerir o esforço de pesca em função das possibilidades sustentáveis de pesca, seria obrigatória uma “redução imediata e significativa” desse esforço de pesca.

De todo um vasto conjunto de reformas que constam da proposta sobressaem todas aquelas que dizem respeito, directa ou indirectamente, a essa redução imediata e significativa “do esforço de pesca”.

Uma das questões que se colocam de imediato é a de saber se é justo e aceitável para todos os países da União Europeia, avançar-se, agora, para uma plena Política Comum de Pescas, incluindo nas águas territoriais, como está previsto a partir do final de 2002, quando as situações concretas dos recursos e principalmente a responsabilidade pela respectiva delapidação onde isso aconteceu, de facto são muito diferenciadas de País para País.

No que respeita ao nosso País existem numerosas declarações, quer no plano político, quer no plano técnico-científico, que vão no sentido de garantir que o estado actual dos nossos recursos pesqueiros suporta uma pesca responsável como aquela, que, no essencial, vem sendo seguida.

Acontece porém que essa pesca que praticamos no nosso País, sendo no essencial compatível com os recursos em termos quantitativos das capturas, é sobretudo exercida por pequenas embarcações em boa parte com mais de 25 anos, o que exige desde logo um forte apoio à modernização da frota, sob pena do seu desaparecimento.

Mas é preciso ainda pôr em destaque um outro aspecto: **se é verdade que os nossos recursos podem suportar uma pesca responsável e têm suportado essa situação com a reserva ainda em vigor das águas territoriais (12 milhas) o que acontecerá quando essa reserva desaparecer?** Acontecerá simplesmente que aquelas frotas que já delapidaram recursos noutras zonas de pesca da Europa, fiquem elas próprias prioritariamente com novas zonas de pesca pois as respectivas frotas têm muito mais capacidade do que a nacional.

E mesmo aceitando que as previstas reformas introduzirão mais selectividade nas capturas e mais moderação nos quantitativos a capturar o que não deixa de ser certo é que esses recursos passariam a alimentar outros em detrimento da pescaria nacional.

Com o actual quadro é essencial que a revisão da Política Comum de Pescas se faça:

1. Tendo em conta a realidade específica de cada País e a manutenção de um quadro de ajudas visando a renovação e a modernização da frota.
2. Tendo em conta a necessidade de ser assumida uma gestão muito mais localizada dos recursos pesqueiros, que parta da realidade concreta de cada zona de pesca e em cuja gestão estejam efectivamente envolvidos, como participantes activos, os vários interessados.
3. Tendo em conta que é fundamental e legítimo que os vários Países tenham uma estratégia nacional que privilegie a investigação dos recursos no mar territorial e, no caso dos Açores, nos isolados bancos de pesca que são os “substitutos” da inexistente plataforma continental; que pratique uma política de modernização e renovação tecnológica da frota; que não seja impeditiva do desenvolvimento de negociações bilaterais com países terceiros com vista a garantirem-se novas posições de pesca; que tenha como objectivos a formação, valorização e garantia de trabalho dos profissionais de pesca.

Avançar da forma proposta pela Comissão, cavalgando a realidade de cada País e Região, longe de se atingir como objectivo a preservação e reprodução dos recursos existentes onde eles ainda existem, trará como consequência a entrega de uma boa parte desses recursos àqueles que, por realizarem políticas demasiado intensivas, delapidaram os recursos próprios.

Aqueles, como nós, que ainda estão a tempo de fazerem políticas certas seriam, neste quadro, tendencialmente apagados dessa designada Política Comum de Pescas, perdendo recursos porque não têm frota adequada, perdendo a frota que têm porque não é competitiva e, muito mais que tudo isso, perdendo todas as possibilidades de gerirem, mesmo num quadro comum, um sector económico com o qual entraram para a União Europeia.

Temos que, forçosamente, estar contra isto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A situação das pescas na Região Autónoma dos Açores tem acentuadas especificidades em relação à realidade nacional que importa considerar.

Desde logo, a ZEE dos Açores não tem plataforma continental. De facto, no total de quase um milhão de Km² apenas 1,9% é constituído por fundos de profundidade inferior a 600 m e 17,7% por profundidades entre os 600 e os 1500 metros.

Neste quadro orográfico submarino os bancos de pesca encontram-se dispersos e são separados por grandes profundidades que constituem um acentuado obstáculo à migração de espécies demersais.

Os cientistas põem hoje mesmo a hipótese de, nessa área, haver mesmo sub-stocks, o que significaria haver uma circulação muito reduzida das espécies de banco para banco.

Esta situação concreta e específica se é verdade que levanta problemas e situações difíceis no que toca ao controlo dos recursos, também é verdade que transforma a actividade da pesca numa actividade muito mais difícil pois é exercida por muitos dos nossos pescadores em bancos oceânicos afastados das ilhas na ordem das dezenas de milhas.

Uma zona de pesca do tipo da nossa, a dispersão dos portos, as necessidades de transporte rápido do pescado que se vende, a instabilidade meteorológica, o baixo padrão tecnológico da frota, os atrasos no que respeita à formação profissional, são tudo factores que determinam uma situação de baixa produtividade, mas não anulam duas coisas: **a grande importância para as populações e para a economia que tem a actividade piscatória e o direito que nos tem que ser reconhecido de podermos gerir os nossos recursos mesmo com regras comuns num sentido de rentabilizarmos em favor da economia regional o sector das pescas.**

É neste sentido que tem de ser orientado o debate deste problema da pesca nos âmbitos regional, nacional e comunitário.

É neste quadro que devem ser estudadas todas as possibilidades de negociação e é nesse contexto que devem ser analisadas e ponderadas as propostas apresentadas por Associações de Pescadores no sentido de ser criado um quadro de protecção e gestão adequado à nossa realidade concreta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na óptica do Grupo Parlamentar do PCP é essencial que os Órgãos de Governo Próprio desta Região, nomeadamente esta Assembleia, assumam a responsabilidade que lhes cabe de discutirem em profundidade esta problemática e na sequência disso, demonstrarem capacidade de dialogarem com o Estado e com a União Europeia, defendendo nesse diálogo uma perspectiva adequada e equilibrada de defesa do sector das pescas da Região.

Defender as Pescas Açorianas implica saber conceber políticas equilibradas de exploração dos recursos, mas implica também saber defender o direito que temos de usufruirmos saudavelmente desses recursos.

Convém lembrar que o esforço de pesca que se desenvolve nos Açores é recente. Quando aqui nos nossos mares se começou a intensificar alguma coisa esse esforço, já havia zonas de pesca da Europa delapidadas pela sobre exploração dos recursos.

Que ninguém nos obrigue agora a pagar uma pesadíssima factura pelas brutalidades que outros cometeram.

Disse

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues) e Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, eu gostaria de informar a Câmara que temos entre nós a Escola do 2º e 3º ciclo do Canto da Maia, a turma 3 do 9º Ano e respectivos professores, a quem saúdo em nome da Assembleia Legislativa Regional.

Bem-vindos.

(Aplausos da Câmara)

Esta vinda tem o apoio parcial da nossa Assembleia, de acordo com uma deliberação da Mesa.

Não havendo pedidos de esclarecimento, passamos ao ponto seguinte, ou seja, às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Os recursos marinhos, em todo o espaço da Terra, têm tido evolução negativa, seja pelo tipo de frota e quantidade de navios de pesca utilizados, seja pelo efeito depravador e destruidor das tecnologias aplicadas, seja pelos efeitos poluentes a que, cada vez mais, estão sujeitos os nossos mares.

Em vastas áreas dos oceanos, com particularidade para o Atlântico Norte, espécies há que desapareceram quase por completo, outras deixaram de apresentar níveis de rentabilidade que justificassem continuar a ser pescadas.

É um facto que os maiores poluidores não são os países menos desenvolvidos, é também um facto que os grandes depravadores não são o volume das artes de pesca utilizadas ou as frotas dos países que as não têm nem em quantidade, nem em arqueação, nem em sofisticação técnica.

A Política Comum de Pescas, instituída pelo Tratado de Roma em 1957, é um instrumento da União Europeia para a gestão da pesca e da aquicultura. São regras comuns adoptadas a nível comunitário, aplicadas a todos os Estados Membros.

Aumentar a produção, garantir o emprego, assegurar o nível de vida equilibrado aos pescadores, estabilizar os mercados, garantir o aprovisionamento em produtos da pesca, assegurar preços razoáveis aos consumidores e promover o desenvolvimento sustentável são as principais balizas da Política Comum de Pescas.

A Política Comum de Pescas reflecte a sua evolução por várias etapas. A primeira, em 1970, através da implementação de ajudas estruturais e a definição de medidas reguladoras do acesso às águas e aos mercados.

Através do Regulamento 170/83, surge a Política Comum de Pescas com a definição actual, regulamentando a conservação dos recursos, as estruturas de apoio, a organização dos mercados e as relações externas. A primeira revisão da Política Comum de Pescas ocorre com a publicação do Regulamento 3760/92.

A Política Comum de Pescas abrange actividades de exploração relacionadas com os recursos aquáticos vivos e com a aquicultura, bem como a transformação e comercialização dos produtos derivados, desde que exercidas no território do Estado membro, em águas de pesca comunitárias ou por navios de pesca comunitários.

No âmbito da revisão da Política Comum de Pescas, o Conselho decidirá dos eventuais ajustamentos, o mais tardar até 31 de Dezembro e aplicá-la-á a partir de Janeiro de 2003.

Entretanto, países como a Inglaterra ou a Holanda, por exemplo, defenderam a redução da frota, tendo feito crescer as suas. A Dinamarca tem resultados de exploração superiores aos da Espanha e este país, por sua vez, tem uma frota incomparavelmente superior à portuguesa, o mesmo se passando com a França. Estes dois países, para além da Irlanda, Grécia e Itália são considerados nossos aliados nas posições estratégicas afins.

No conjunto, estes seis países têm em comum o conceito de que a pesca é uma actividade económica com dimensão social e territorial.

A posição portuguesa é de manutenção da reserva das 12 milhas e de alargamento dessa reserva nas Regiões Ultraperiféricas. Neste particular, o Governo Regional identificou a área sensível.

No tocante às águas e aos recursos conhecidos ou definidos por Shetland Box, Portugal aceita o regime de zonas sensíveis com base em pareceres científicos adequados e evitando situações de discriminação. Dentro do mesmo princípio, defende de igual modo o diálogo entre cientistas, administração e profissionais, pareceres científicos com cenários alternativos e a consideração de aspectos biológicos, sociais e económicos.

Portugal é favorável à definição de TAC's (totais admissíveis de capturas) e quotas plurianuais, TAC's multiespecíficos, à fixação de quotas apenas para águas comunitárias, à correcção das chaves de repartição e é contra o sistema de quotas individuais transferíveis.

No âmbito dos recursos externos, Portugal quer garantir o acesso das frotas comunitárias a recursos pesqueiros em águas de países terceiros e no alto mar, o reforço da presença comunitária nas organizações internacionais e regionais de

pesca, a negociação de acordos de pesca numa perspectiva económica e de política de cooperação, a harmonização entre os acordos Norte e Sul e mecanismos para a plena utilização das possibilidades de pesca, sem afectar o princípio da estabilidade relativa.

No tocante às ajudas públicas, defende a manutenção de ajudas ao sector, considerando o seu contributo essencial para a coesão económica e social de vastas zonas costeiras e para o aprovisionamento de bens alimentares. No caso da frota, os apoios devem ter em conta a necessidade de a adaptar aos recursos mas não de forma cega, a saber: considerar os esforços de redução realizados por cada Estado membro, no quadro do Programa Operacional de Pescas, e possibilitar aumentos de tonelagem e potência por razões de segurança, habitabilidade e qualidade do pescado.

No respeitante ao controlo, Portugal defende a harmonização dos procedimentos de inspecção e das sanções, a assunção da responsabilidade do controlo das águas geridas por organizações regionais de pesca de que a Comunidade seja parte contratante, o reforço do combate à pesca ilegal, não regulamentada e não reportada, e à pesca por navios com bandeira de conveniência.

Quanto à política de mercados, Portugal é pelo melhoramento do auto abastecimento comunitário, pela restrição das reduções pautais à importação de produtos sensíveis, pela facilitação do abastecimento de matérias-primas e pela valorização da produção comunitária, particularmente no tocante à qualidade dos produtos.

Sobre as Regiões Ultraperiféricas, o nosso país defende o tratamento particular no que se refere às RUP's muito dependentes da pesca, uma política de acesso e de reserva de acesso aos recursos, uma política de frota no sentido do seu desenvolvimento para a utilização sustentada dos recursos.

No essencial, estas são as posições e os princípios defendidos por Portugal.

O processo de decisão ou de bloqueio da nova Política Comum de Pescas implica uma maioria qualificada de 62 em 87 votos possíveis para passar ou de 26 votos para ser bloqueada e tudo se manter tal como está.

Por ironia, a Dinamarca, um dos países claramente do lado oposto ao de Portugal, é quem preside à União Europeia no segundo semestre deste ano, que é fulcral relativamente às decisões.

As mais recentes declarações e posições do Comissário Franz Fischler e a pressa de ver as medidas de redução da frota com o incentivo indiscriminado ao abate (pretendendo, por esta via, reduzir drasticamente o esforço de pesca no espaço da União Europeia), contrariam este conjunto de orientações, conduzem mesmo ao recuo, pressagiam conflitos e, a concretizarem-se as suas pretensões, significariam uma séria e profunda machadada em todo o sector da pesca na nossa Região, com graves consequências.

Para uma melhor e mais correcta avaliação da realidade do sector das pescas nos Açores, nas suas diferentes envolventes, torna-se indispensável fazer uma abordagem a alguns aspectos de natureza sócio-cultural e sócio-económica.

Em actividade regular estarão actualmente cerca de 680 embarcações, das quais mais de 86% são de boca aberta ou pesca local e as restantes, de pesca costeira, compõem-se de atuneiros (31) e palangreiros.

A esmagadora maioria das embarcações constituintes da nossa frota, como se disse, é de boca aberta, de madeira, antiga, sem as convenientes condições de trabalho e as adequadas tecnologias de conservação do pescado e o equipamento electrónico e auxiliar ajustados.

A pesca, no sector primário, ocupa cerca de 3.500 profissionais, a que corresponde um agregado familiar médio de 5 pessoas, abrangendo directamente um universo de cerca de 20.000 pessoas. Embora se verifique, de facto, um relativo grau de envelhecimento, os indivíduos dos 20 aos 29 anos e os do escalão dos 30 aos 39, representam respectivamente, 18% e 25 % dos pescadores no activo.

Os Açores têm comunidades piscatórias de referência, como são os casos de Rabo de Peixe e S. Mateus da Calheta, com um peso muito expressivo no tecido económico das duas freguesias.

No processamento trabalham 873 pessoas, das quais 438 em S. Miguel, 71 na Terceira, 73 em S. Jorge (Calheta) e 223 no Pico (Madalena), com a previsão da criação de mais 20 postos de trabalho em Sta. Maria.

No que respeita ao comércio por grosso e retalhista e aos serviços, o total é de 237 postos de trabalho.

Analisando os rácios de emprego e mais valia, verifica-se haver índices expressivos de dependência do sector sendo, respectivamente, de 8% e 4,9% na Graciosa, 8,7% e 5,3% no Pico, 4,8% e 3,2% em S. Miguel (nesta ilha, no concelho da Ribeira Grande esses valores sobem para 11,2% e 7,5% e na Povoação para 12,1% e 6,4%).

A pesca representa mais de 40% do total das exportações da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em síntese, perante este conjunto de diferentes lados de um mesmo problema, parece-nos haver diversos aspectos sobre os quais deveremos reflectir e posições que devemos defender:

- Será aconselhável a criação de uma estrutura de nível regional que abranja as áreas científica, técnica, económica e social, de modo a haver uma melhor e mais equilibrada interligação entre as diferentes componentes do sector das pescas?
- É ou não necessário rever o peso específico da representação da Região em reuniões de âmbito internacional, quando os seus interesses específicos estejam em causa?
- As acções de sensibilização junto da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu são suficientes para se fazer sentir e compreender a nossa realidade ?
- Será que a posição do Comissário Fischler não é precisamente o reflexo contrário?
- Não teremos de demonstrar, de forma inequívoca, que pretendem tomar medidas iguais para realidades incomensuravelmente diferentes?
- É preciso defender a manutenção da frota;
- De acordo com as declarações do Presidente do Governo, na XXI Semana das Pescas, é preciso dar novo impulso à renovação da frota;
- É preciso redefinir, de forma clara, numa linguagem clara, todo o sector das pescas nos Açores;
- É preciso responsabilizar mais as organizações associativas do sector, dando-se apoio às que funcionam, e apeando as que se desleixem ou deixem de exercer as funções para as quais foram criadas e de diverso modo subsidiadas;
- As estruturas associativas, no desempenho das suas funções, são um meio indispensável de consciencialização e organização do sector.

Estaremos a viver uma fase particularmente delicada para a qual importa unir vontades e influências.

A pesca nos Açores tem história, tem cultura, tem vida, tem peso na sua economia, tem importância social. O combate à exclusão, provavelmente, também passa por aqui.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata regista o seu agrado pelas duas intervenções que acabaram de ser proferidas, tanto a do Sr. Deputado José Decq Mota como a do Sr. Deputado Manuel Campos.

Genericamente são matérias que estamos todos de acordo.

Por outro lado, seguimos com grande preocupação aquilo que se está passando em termos da renegociação e da reforma da Política Comum de Pescas.

É importante que se faça perceber as especificidades dos Açores e não só as especificidades dos apelidados “países amigos da pesca”, que se calhar são os menos perdatórios nisto e serão os mais penalizados por aqueles que têm um efeito mais predador sobre a pesca.

Nesta matéria, não só a nível de informações de base, mas em termos daquilo que deverá ser feito e qual o objectivo que temos que defender, estamos genericamente de acordo.

Deputado José San-Bento (PS): Não te esqueça de dizer isso ao Deputado Victor Cruz!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Diz tu ao António Vitorino!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de intervir neste debate, porque trata-se de uma área da minha responsabilidade, enquanto membro do executivo.

Genericamente estou de acordo com as duas intervenções. De resto, aplaudi a intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota, bem como a do Sr. Deputado Manuel Campos.

No entanto, gostaria de transmitir à Câmara aquilo que são as pretensões e as propostas dos Açores no domínio da política das pescas.

No último conselho regional das pescas, nós consensualizámos, aquilo que era a proposta dos Açores em relação às pescas. A nossa proposta vai no sentido de alargar a zona de pesca de 12 para 50 milhas, para as embarcações regionais, onde só era permitido pescar as embarcações regionais registadas na Região. Considerámos também uma área sensível de gestão especial onde havia condicionalismos à pesca, uma área de cerca de 400 mil quilómetros quadrados – como sabem, a nossa Zona Exclusiva é cerca de 1 milhão – baseados em parceiros científicos do Comité Científico, que considera essa zona 10 dos Açores, como sendo uma zona especial.

Concordando com aquilo que foi dito, gostaria de transmitir à Câmara alguma preocupação. A primeira, porque estamos frontalmente contra aquilo que é a política apresentada pela Comissão e pelo Comissário Franz Fischler sobre a Política Comum de Pescas. A segunda, porque solicitámos reunião com o Governo da República para tratar desta matéria e de outras e não obtivemos resposta.

A prática corrente com o Governo da República e com o Governo dos Açores é que questões tratadas na União Europeia que dizem respeito aos interesses específicos dos Açores, costumam ter o acordo prévio da Região.

Eu próprio desloquei-me a várias reuniões do Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas, quando se tratava de assuntos que directamente diziam respeito aos Açores.

Neste momento é disso que estamos a tratar.

Ainda ontem esteve reunido o Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas, designadamente no campo das pescas, em Bruxelas. Os Açores e o seu Governo não foram previamente ouvidos. Eu mantenho um pedido de audiência ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas há mais de 3 semanas, cuja resposta foi no sentido de termos uma audiência no dia 26 de Junho.

Neste momento, calculo que o Sr. Ministro, pelas conversas públicas que tem tido, esteja firme e intransigente na defesa dos interesses de Portugal, mas o Governo Regional mantém alguma preocupação pelo diálogo com o Governo da República, em matéria que é importante para os Açores, não ser atempadamente deferido. Isso era útil para o relacionamento dos Açores com o Governo da República.

Mais do que isso, no âmbito de outra área da Política de Pesca que tem a ver com o POSEIMA/Pescas, uma área negociada na União Europeia pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma vez que é ao abrigo da Região Ultraperiférica, pedi uma audiência ao Sr. Secretário Estado dos Assunto Europeus, o Sr. Dr. Costa Neves, que ainda não me respondeu a marcar a audiência, apesar de nos termos encontrado pessoalmente em São Miguel e de eu ter insistido na urgência de podermos conversar sobre essa matéria.

Quer o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, quer o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, ainda não tiveram oportunidade de receber o Governo Regional para tratarmos deste assunto e de outros importantes para a Região.

Gostava de transmitir esta preocupação do Governo da Região a esta Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu tenho a sensação que nesta matéria as preocupações são muito comuns e são partilhadas por todas as bancadas e pelo Governo Regional.

O meu pedido de intervenção vem no sentido, não para discordar do que quer que seja que tenha sido dito, mas para manifestar uma preocupação e de algum modo deixar um apelo.

É absolutamente essencial, no quadro que hoje se vive desta pretensão de revisão da Política Comum de Pescas, que a Região Autónoma dos Açores e o Estado Português se entendam com toda a clareza e cooperem com toda a abertura na preparação e discussão das posições portuguesas nesta matéria.

É absolutamente essencial que o Governo Regional e o Governo da República tenham o mais estreito entendimento, até porque no plano político não me parece haver diferenças de opinião substanciais. Não havendo diferenças de opinião substanciais há a possibilidade concreta de haver esse entendimento e que questões menores e essenciais não prejudiquem nunca esse entendimento.

Não posso deixar de dizer que me deixa preocupado o facto de, neste momento, o Sr. Secretário Regional ter audiências pedidas ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas e ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, porque estão na mesa questões referentes à pesca e à agricultura, no que se refere à reforma intercalar da Agenda 2000, e essas audiências não se realizem, esses entendimentos não sejam desenhados.

Eu tenho ideia de que já há possibilidade de haver esses entendimentos. Tenho ideia de que tem que haver grande atenção de todos nós no sentido de se chegar a essas situações.

Não podemos estar nisto como quem está numa batalha perdida. Temos que estar nisto com a convicção de que é possível ultrapassar essas dificuldades que nos estão a ser impostas.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para uma intervenção.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, devo dizer que tendo a minha intervenção a ver com Finanças Regionais, tentei saber se o Sr. Secretário Regional das Finanças estaria cá. Infelizmente não está, certamente por razões muito justificadas,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele esteve ontem cá!

O Orador: ... mas vou ter que fazer esta intervenção, porque é uma matéria que está agendada na ordem do dia e foi matéria recorrente nos órgãos de comunicação social na Região.

Pessoalmente, esperava que fosse o próprio Secretário a tomar a iniciativa de vir a esta Casa explicar algumas das matérias que foram discutidas. Não tendo o Sr. Secretário feito isso e não sendo possível estar neste momento cá, vou proferir a intervenção que tinha preparado sobre esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quanto mais o Presidente do Governo Regional nega a crise nas finanças públicas regionais, mais evidentes se tornam as razões de apreensão sobre esta matéria.

O Governo, contudo, prefere continuar a alimentar o discurso dos milhões, tentando negar ou desvalorizar qualquer crise orçamental na Região.

Entretanto, vão-se conhecendo situações de dilação nas facturações, de factoring e de desorçamentação.

Os dados, infelizmente, comprovam que existem verdadeiras razões de preocupação. Só a dívida a fornecedores, neste momento, ascenderá, de acordo com os próprios números do Governo, a mais de 16 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A execução do Orçamento de 2001, recuando 10 anos no tempo, é a pior de sempre. De facto, só em 1994 houve uma percentagem aproximada, todavia superior (1994 – 85,8% e 2001 – 85,7%). Todos os restantes números de execução são bastante superiores a estes valores.

Dizendo de outro modo, aquele que foi apelidado “o maior Orçamento de sempre” (pág. 4, parágrafos 3 e 4 da proposta de Orçamento de 2001), acabou por ser o pior Orçamento desde 1995 mesmo a preços correntes (em 95 – 121,7 milhões de contos de execução e em 2001 – 128,6). É na verdade o pior Orçamento da era socialista.

O texto da proposta de Orçamento, relativamente à arrecadação de receitas dos Impostos Directos – IRS e IRC, apontava para, no caso do IRC, uma estimativa conservadora de 8 milhões de contos e referia que (e cito de novo) “esta estimativa igualmente prudente resulta do facto de se esperar que, em 2001, se reflecta uma parte significativa da redução da taxa deste imposto” (pág. 54 parágrafo 2).

A realidade foi substancialmente diferente daquilo que o Governo previa, mesmo na tal perspectiva conservadora.

A região acabou por arrecadar em 2001 somente 2,2 milhões de contos no IRC, representando uma falha de previsão da ordem de 71,8%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falemos agora do IRS.

O Governo, na sua proposta de Orçamento para 2001 (págs. 53 último parágrafo e 54 no primeiro parágrafo), acerca da previsão de receita deste imposto, afirmava que, e passo a citar de novo “o valor previsto se situa nos 17,4 milhões de contos... esta estimativa conservadora decorre do facto de, ainda em 2001, se reflectir parte do efeito da redução da taxa deste imposto” (sublinho a palavra *conservador*, várias vezes repetida).

O que veio a acontecer na realidade foi uma arrecadação de IRS no valor de 12,6 milhões de contos, ou seja, menos 4,8 milhões do que o previsto, representando uma falha de 27,5%.

Aquilo que se apelidou recorrentemente no texto do Orçamento de 2001 como uma previsão prudente e conservadora, veio-o a confirmar-se ser uma previsão desastrosa.

O total do desvio dos impostos directos ascendeu a 41,1%, representando uma quebra de mais de 10 milhões de contos!

Quanto ao I.V.A., houve um desvio de 5%, isto é, de 47,65 milhões de contos orçamentados, foram executados 45,33.

A diferença nos impostos indirectos ascendeu a uma quebra de cerca de 3 milhões de contos.

As transferências do Orçamento de Estado com uma quebra de cerca de 2 milhões de contos e da União Europeia com uma quebra de 4 milhões, somadas aos restantes erros de estimativa provocaram um rombo nas receitas do Orçamento de 2001 que atingiu os 22 milhões de contos, significando um desvio de 15%.

Porém, o grande sacrificado desta falha foi o Plano de Investimentos, já que, com esta quebra de receitas de 15%, o Governo Regional Socialista cortou 25% dos investimentos do Plano aprovados por esta Assembleia, ou seja, executou menos 13,6 milhões de contos do que o havia anunciado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano de 2001, o tal maior Plano de sempre, veio a confirmar-se ser, a preços correntes, inferior ao de 2000 e só ligeiramente superior ao de 1999.

Quanto à execução, a percentagem para o Plano de 2001 é inferior à de 2000, à de 99, à de 98, à de 97, à de 96, à de 95, à de 94, ou seja, a pior de sempre da era socialista e mais.

O Presidente do Governo e o Partido Socialista, poderão gritar as vezes que quiserem que nos Açores a crise é não haver crise das finanças públicas regionais, mas, os números – melhor do que as palavras – relatam a verdade nua e crua.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Desde 1999 o investimento público nos Açores, consubstanciado no Plano, tem vindo a cair, passando de 52 milhões de contos em 99, para 46,8 em 2000 e para 40,9 em 2001.

A verdade é que o tempo das vacas gordas das finanças regionais já terminou.

Só em 2001 e 2002, o Governo Regional, a nível do Plano de Investimento, somará um desvio que ultrapassará certamente os 20 milhões de contos.

Com a bola de neve dos pagamentos em atraso a crescer, com os encargos do factoring a disparar e com o recurso progressivo à desorçamentação, as perspectivas não podem ser, de facto, animadoras.

É com muita preocupação que o PSD olha para estes números.

Os açorianos estão a ser os grandes sacrificados.

Ficam escolas e casas prometidas por construir e postos de trabalho por criar.

Conforme se caminha para 2004, é cada vez mais claro que este não pode ser o caminho a percorrer.

Os Açores merecem mais e melhor. Mais verdade, melhor rigor e menos desculpas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fico abismado...

Deputado Mark Marques (PSD): O Secretário das Finanças provavelmente também ficaria!

O Orador: ... com a forma disfarçada com que o Sr. Deputado apresentou um conjunto de números naquela tribuna, fazendo uma leitura muito próprio dos mesmos, mas não a verdadeira.

Em 2001 – isso já está bem esclarecido e o próprio Governo Socialista não o negou – houve um ajustamento racional do lado da despesa, aquilo que os senhores não foram capazes de fazer entre 91 e 95. Gastaram mais do que aquilo que tinham e nessa altura a Região mergulhou numa verdadeira crise financeira.

Actualmente, não existe qualquer crise financeira na Região Autónoma dos Açores...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ...porque este Governo teve a capacidade de gerir os recursos públicos muito melhor do que os senhores fizeram na sua altura.

É preciso ter capacidade, é preciso ter firmeza para o fazer!

Este Governo foi capaz de o fazer!

Relativamente às receitas, Sr. Deputado, de facto houve um ajustamento, mas o Sr. Deputado devia saber que existem estudos nessa matéria que apontam que o potencial fiscal endógeno da Região Autónoma dos Açores, que está devidamente estudado, é muito superior àquilo que foi transferido para a Região no ano de 2001.

Embora em sede de IRC tenham sido transferidos para a Região cerca de 2 milhões de contos, o potencial fiscal, aquilo que efectivamente foi cobrado, andarà na casa dos 6 milhões. Essa quebra deve-se essencialmente e tão só aos ajustamentos.

Em 2002, teremos de novo as receitas efectivamente cobradas na Região.

Não existe, nem se prevê, qualquer crise das finanças regionais. Isto é claro como a água.

De facto, houve um ajustamento em 2001 consciente, sensato, racional, que devia ser feito naquela altura e foi. Nada mais do que isso.

No IRS passa-se exactamente o mesmo.

Foi transferido mais em 99 e 2000 e houve um ajustamento em 2001.

Terão sido cobrados cerca de 15 milhões de contos de receita efectiva na Região. Foram transferidos 12 milhões.

Sr. Deputado, a previsão, se comparar com aquilo que foi cobrado e com aquilo que era a comissão do Governo, vai ver que a falha não é tão grande como diz.

Há uma falha entre aquilo que foi transferido e aquilo que é a previsão, mas aquilo que foi cobrado, que são cerca de 15 milhões de contos em IRS e os 17 milhões de contos previstos é muito. É uma previsão racional.

O meu salário hoje é uma boa previsão para o meu salário de amanhã, ajustado à taxa de inflação.

Tendo uma receita de IRS de 16,9 milhões de contos, quase 17 milhões, em 99, é razoável prever 17 milhões para 2000 e 2001. É razoável e está nos próprios textos.

A melhor previsão para amanhã é exactamente aquilo que eu arrecado hoje.

De resto, Sr. Deputado, para os próximos anos, olhe para o primeiro trimestre de 2002 e vai ver que a previsão para a receita fiscal bate exactamente com aquilo que foi executado até agora.

Repito, Sr. Deputado: não existe qualquer crise financeira na Região nem se prevê que venha a existir. Isso é óbvio, porque este Governo não fez aquilo que os senhores fizeram entre 91 e 95.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de lembrar alguns dados de 2001, que já foram sobejamente explicados pelo Secretário das Finanças e pelo Presidente do Governo Regional e hoje estão claros para todos.

Em 2001 houve um dado imprevisto, ou seja, os impostos do IRC e do IRS que não foram cobrados em 99 e 2000, foram cobrados em 2001. Esse desvio é claríssimo e todos perceberam isso.

É preciso ter em atenção que do Plano de 2001, foram executados 40,9 milhões de contos, 57% a mais do que aconteceu em 96 que foi de 26 milhões de contos. Essa é que é a realidade.

Em 92, 93, 94, 95 e 96, a média de execução dos vossos planos anda à volta dos 26 milhões de contos. É por isso que a Região Autónoma dos Açores está em desenvolvimento.

Há alguma crise económica na Região Autónoma dos Açores?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fale com os empresários!

O Orador: Veja-se os empresários. Os hotéis estão a aparecer. Veja-se os investimentos que estão a ser feitos.

Neste momento existem 62 projectos aprovados no Plano Operacional da Economia, correspondentes a um investimento de 50 milhões de contos.

O Plano Operacional de Economia abriu há um ano.

Nunca se investiu tanto nesta Região. Isso é indesmentível.

Os senhores podem apresentar os números todos que quiserem, mas ninguém acredita, porque todos vêem o turismo e o comércio a crescer. Até a própria produção leiteira cresceu. Nós já estamos preocupados, porque talvez está a crescer mais do que aquilo que esperávamos.

Meus amigos, não há nenhuma crise económica!

Quanto à crise financeira já foi bem explicado o que é que aconteceu.

Voltar a esta questão é “chover no molhado”.

Todos já entenderam o que é que aconteceu em 2001 e todos entendemos o que aconteceu em 96, 95, 94, 93 e as facturas que ficaram por pagar. Fomos nós que tivemos que pagar.

Meus amigos, a realidade é esta.

Neste momento, há confiança!

Neste momento, os empresários investem, mesmo que os sistemas de incentivos não estejam aprovados.

Essa é que é a diferença.

Os senhores estiveram a governar durante 20 anos e aconteceu o que todos nós vimos.

Nós estamos a governar há 6 anos e já se nota a diferença.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sinceramente, eu fico preocupado com o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Não se preocupe!

O Orador: Eu já tive oportunidade de lhe dizer em privado, com amizade e consideração, mas já que insiste, vou ter que lhe dizer em público: o senhor está-se estragando!

O senhor vem dizer que os anos 90 a 95 foram uma desgraça. Mas o senhor foi responsável e era conivente por muitas das coisas que o PSD fez nessa altura.

Deputado Cabral Vieira (PS): Isso é mentira!

O Orador: Agora vem dizer exactamente o contrário.

O senhor está-se estragando, está-se estraçalhando tecnicamente. Tenha dó de si! Contenha-se!

Se atendeu à conversa com consideração e amizade que lhe disse fora desta Casa, espero que agora perceba, porque isso fica-lhe muito mal.

Um técnico credível não pode dizer hoje uma coisa porque lhe convém e porque um determinado partido está no poder e ele o apoia e amanhã dizer o contrário porque outro partido é que está no poder e ele apoia esse outro partido. Isso estraga a capacidade e a credibilidade técnica de uma pessoa.

Deputado Cabral Vieira (PS): Isso não tem nada de técnico!

O Orador: Sr. Deputado, em relação a isso estamos conversados.

Em relação às restantes questões que foram aqui levantadas, devo dizer que os números que eu tenho, em relação à execução dos orçamentos, vêm desde 91.

Deputado Cabral Vieira (PS): Fale em valores!

O Orador: Posso referi-los:

Em 91 houve 8% do orçamento que não foi executado; em 92, 11,5; em 93, 1,3; em 94, 14,5; em 95, 5%, em 96, 5,7 e agora são 14,3.

Estamos a falar claramente em erros nas previsões, Sr. Deputado. Já que não está aqui o Sr. Secretário Regional das Finanças, o senhor explique-me que fenómeno estranho é que houve em 99 e ao longo destes últimos anos, para termos uma arrecadação de IRS e de IRC – a Madeira é relativamente constante e uniforme na sua curva – nos Açores, em 99, que por acaso foi o ano das eleições nacionais, vésperas das eleições regionais...

Deputado Francisco Sousa (PS): Houve redução de impostos!

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, eu peço que desconte este tempo.

Presidente: Srs. Deputados, eu compreendo que o debate é interessante e “quente”, mas eu pedia alguma serenidade senão não se ouve. Eu não consigo perceber o que é que está sendo dito.

Já agora, advirto o Sr. Deputado Duarte Freitas que está no limite do seu tempo.

O Orador: Eu peço alguma condescendência, Sr. Presidente, porque tive que repetir várias vezes a mesma coisa e tive que parar um pouco.

A pergunta fica no ar e coloca-se em termos de competência técnica.

Que fenómeno foi este para, em 99 e ao longo dos últimos anos, termos uma curva mais ou menos uniforme na arrecadação dos impostos na Madeira e nos Açores termos um número disparado de 150% e depois ajusta-se nos anos seguintes?

Mais do que isso. Que credibilidade técnica tem um secretário e um Governo que repetem sucessivamente no Orçamento que é uma perspectiva conservadora, prudente e depois acontece uma quebra de 15% da arrecadação ao nível do orçamento total?

Onde é que está a competência técnica das previsões deste Governo?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu peço exactamente a palavra para lhe dar alguns esclarecimentos, o primeiro dos quais tem a ver com uma questão que o senhor levantou na sua intervenção relativamente ao Sr. Secretário tomar a iniciativa de esclarecer algumas coisas.

Os senhores deram uma conferência de imprensa e o senhor fez a sua intervenção com base na resposta de um requerimento do Governo Regional ao PSD. Os

esclarecimentos e a postura do Governo de querer esclarecer esta matéria está sobremaneira clarificada a partir deste ponto.

O Sr. Deputado disse, e muito bem, que o Sr. Secretário não está cá e esperava que ele tomasse a iniciativa de esclarecer esse assunto.

Os senhores têm esses dados. O Governo forneceu-os no cumprimento de uma obrigação que é sua, mas de qualquer das formas não nos esqueçamos desse ponto quando o senhor coloca a questão no plano em que coloca.

Em segundo lugar, os Açores merecem mais e melhor. É o ponto de partida para a campanha de 2004, lançada pelo PSD.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi para isso!

O Orador: A intervenção feita ontem pelo líder do vosso Grupo Parlamentar já deu conta disso.

Nós já percebemos que o objectivo é esse, mas há aqui uma questão interessante que os senhores ainda não perceberam.

Não basta dizer que os Açores merecem mais e melhor. Não basta apontar o dedo ao Governo Regional.

É preciso demonstrar e dar provas de responsabilidade.

É isso, salvo o devido respeito, que vos tem faltado. É dar provas de responsabilidade, de serenidade, de tranquilidade e, sobretudo de competência.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Os resultados eleitorais não provam isso!

O Orador: Por que é que eu lhe digo que vos faltam provas de competência?

O PSD aprovou nesta Assembleia a questão da redução fiscal, mas foi o PSD que se veio queixar do impacto da redução fiscal.

Os senhores queixaram-se da redução fiscal na medida em que o Sr. Deputado diz dali que ficaram escolas por fazer...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não senhor.

O Orador: Eu não estou a falar na questão das previsões. Isto é queixar-se do impacto da redução fiscal.

Responsavelmente, o que é que os senhores defendem?

Aquilo que os senhores fazem, já sabemos. Como disse o Sr. Deputado Cabral Vieira, já sabemos claramente, mas nós não queremos isso.

Nós recusamo-nos a gastar para além das nossas possibilidades. Nessa medida há uma diferença de fundo entre PS e PSD, entre este Governo Regional e os Governos Regionais da vossa responsabilidade. Os senhores entram facilmente numa fúria despesista. Este Governo mantém a serenidade de quem tem uma gestão rigorosa, tecnicamente credível das Finanças Públicas Regionais.

Quanto a essa questão do Sr. Deputado Duarte Freitas querer salientar os méritos da Região Autónoma da Madeira, eu tenho algumas dúvidas.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas, numa questão que vos é tão cara como é a dívida da saúde, a dívida do Serviço Regional de Saúde da Madeira é 30 vezes superior à dos Açores. Veja lá que modelo é que escolhe!...

Por último, os senhores apregoam que querem mais e melhor. Já percebemos que caminham lentamente para a questão da amizade entre o amigo Durão e o amigo Victor.

O problema é que em relação aos Açores já se percebeu que esses são verdadeiros amigos da onça!

Deputado Mark Marques (PSD): Isso era a vossa linguagem!

O Orador: O problema é esse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que eu não vou falar dos traumas do PSD relativamente à minha pessoa. Eles são bastante antigos e pensei que estariam esquecidos, mas convém recordar – eu nunca o fiz nesta Assembleia, mas já que fui várias vezes acusado nessa matéria – que eu tinha 23 anos na altura em que tive uma aproximação à JSD, mas 8 dias depois a maioria das pessoas e a pessoa que me levou a isso, percebeu que o PSD tinha pouca valia nessa altura e que não seria um partido de futuro.

O grande trauma aparece exactamente em 1996, quando o PSD me convida para encabeçar uma lista por uma ilha dos Açores. Nessa altura, eu mandei o PSD “às malvas”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Essa nunca foi revelada, mas foi verdade, Sr. Deputado.

Relativamente a essa matéria estamos esclarecidos. A minha definição política já vem há muitos anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sei se foi exactamente assim!

O Orador: Foi exactamente assim, Sr. Deputado.

O trauma persiste. Eu pensei que passada uma série de anos, conseguia ultrapassar, mas ainda não consegui. Não vale a pena falar mais nisso, porque estamos esclarecidos relativamente a essa matéria.

Quanto à questão do ano de 99 e de 2000, convém dizer que nesse período a receita fiscal transferida para a Região superou largamente aquela que estava prevista no próprio orçamento.

Nessa altura, que me tenha apercebido, os Srs. Deputados não fizeram qualquer alarido. Em 99 ultrapassou em 8% e em 2000 cerca de 3%.

Relativamente à Madeira também há ajustamentos em menor montante.

Nessa altura era de prever que a Região tivesse a fazer uma previsão por baixo das suas receitas.

Em 2002 e a avaliar pelo primeiro trimestre, a receita cobrada bate com aquela que está prevista no orçamento da Região, o que quer dizer que não existe nem se prevê que exista qualquer crise nas finanças regionais.

O que os Srs. Deputados pretendem nesta matéria é uma coisa completamente diferente, ou seja, confundir.

A arte do PSD é confundir e nada mais. É tentar transpor para a Região aquilo que até funcionou a nível nacional, mas nesta altura o eleitorado já está bastante arrependido, porque já está a ver o que está a acontecer.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: O que conseguiram fazer a nível nacional foi retirar a confiança dos empresários e foi aprovar um orçamento rectificativo do pior que aconteceu nos últimos 15 anos. Mais nada.

O eleitorado já está bastante arrependido do voto que vos deu nessa altura.

Deputado Renato Leal (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria gostaria de fazer eco e congratular-me com uma afirmação do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, na sua recente visita de Estado ao

Canadá, de que se orgulhava de uma das medidas mais importantes que nos últimos anos tinha sido implementada na Região Autónoma dos Açores, mais precisamente, a redução fiscal, o abaixamento de impostos na nossa Região.

A nossa satisfação é óbvia e partilhada por uma grande maioria de deputados desta Assembleia.

Ela permite fazer a leitura de que não é legítimo, perante dificuldades financeiras ou de tesouraria, imputar tal situação às consequências da aplicação de uma medida que, como acabámos de ver, foi das mais importantes que até hoje se tomou nos Açores.

Não é legítimo, porque o Governo Regional quando elaborou o Orçamento de 2001, sabia que no cálculo das respectivas receitas estava subjacente a implementação dessas medidas fiscais.

Julgo que estamos de acordo que algo de anormal ocorreu em 2001.

Sr. Presidente, eu lamento o exemplo ainda há pouco dado pelo Sr. Deputado Cabral Vieira, de que a nossa Região assenta toda a base técnica de cálculo da evolução das suas receitas, no mesmo critério que um funcionário público tem relativamente à expectativa de vencimento para o ano seguinte.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O que parece inquestionável – infelizmente não temos a humildade que às vezes seria recomendável – é que a nossa Região Autónoma, o nosso Governo Regional, não tenha nenhum instrumento técnico-científico, nenhum instrumento capaz de poder fazer uma estimativa razoável e séria, em matéria de receitas orçamentais.

É bom não esquecer que nos encantamos muitas vezes com uns discursos mais ou menos equivalentes àqueles que se fazem a nível nacional usando instrumentos (modelos). Já ouvimos nesta Casa, ao longo dos anos, matrizes, coisas que aprendemos na escola e que são aqui colocadas como instrumentos utilizados pelos Governos. Eu já ouvi isso da voz de vários governos.

Sejamos humildes: a Região não tem nenhuma capacidade para estimar as receitas do ano seguinte, quanto mais as dos anos seguintes.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

Isso obriga a que sejamos mais humildes e honestos nestas matérias.

Parece que só agora num protocolo com o Governo da República o Estado abriu mão de informações técnicas elementares sobre o perfil e estrutura dos contribuintes da Região Autónomas dos Açores. Nem a isso a Região tinha acesso.

Certamente que vamos ter possibilidade de continuar a falar sobre essa matéria. Acho que isso pode levar a explicar algo do que está a acontecer na nossa Região Autónoma.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, eu ainda tenho dois Srs. Deputados inscritos.

Vamos fazer um intervalo entre 15 a 30 minutos e depois retomamos os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos. Peço imensa desculpa por este atraso, mas houve assuntos urgentes que tinham que ser tratados.

(Eram 12 horas e 25 minutos)

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já ontem foi um pouco assim. À credibilidade e rigor dos números e afirmações da parte da bancada do PSD, o PS responde com respostas redondas a roçar a demagogia. Hoje volta a acontecer neste debate por parte do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, inadvertidamente, espero eu, revela que há pouca insegurança nalgumas coisas e alguma precipitação em responder.

Se o valor da dívida da saúde na Madeira fosse esse que o senhor disse, seria igual ao da dívida pública nacional. Eu suponho que não seja. É bom que isto fique claro.

Em relação à questão que foi levantada do Sr. Secretário das Finanças estar ou não aqui e de já ter respondido, eu julgo que um Secretário das Finanças do Governo Regional, governo esse que tem responder perante esta Assembleia, não vai fazer comentários e análises sobre a execução financeira, que foi objecto de crítica na praça pública, com artigos de opinião.

Este é o órgão próprio para ele poder explicar aquilo que se passou, porque é aqui que aprovamos o Orçamento.

Estes erros de previsão de que falámos são demasiado grandes para poderem passar despercebidos.

Gostaria de vincar de novo que no ano de 99, o tal ano que fugiu a todas as regras e àquilo que se esperava de arrecadação fiscal, as receitas do IRC e do IRS subiram 150%. Isto está fora de toda e qualquer lógica.

Este fenómeno tinha que ser percebido.

Agora está-se a acomodar esses valores, mas de forma que ultrapassa as tais previsões prudentes e conservadoras do Governo. O Governo é que usou estas palavras no Plano e Orçamento. Eu tive o cuidado de referir todos os valores que são fornecidos pelo próprio Governo e com expressão desse facto, como também de referir os parágrafos, as páginas do Orçamento em que o Governo dizia que eram estimativas prudentes e conservadoras.

Em estimas prudentes e conservadoras, ter falhas desta grandeza, que no caso dos impostos directos ascendem a 41,1%, numa empresa privada daria azo a que o Director do Planeamento se demitisse ou fosse demitido. Isto não pode passar

despercebido numa Região. Isto é demasiado grave para passar despercebido e ser discutido lá fora sem ser discutido aqui, sem o principal responsável deste falhanço, desta incompetência, vir aqui explicar o que é que aconteceu. Isto é impressionante!

Relativamente àquilo que o Sr. Secretário da Economia vem referindo de não haver crise – o Partido Socialista e o Governo tentam, quanto mais alto possível, dizer que não há crise – gostaria de dizer, desde logo, que há crise no orçamento da Região quando falham as previsões nesta ordem de grandeza. Alguma coisa se passa. É uma incompetência demasiado grande para ser verdade.

Os senhores não se barriquem nessa medida dizendo que não é verdade.

Sr. Secretário, é impossível haver um desfasamento de 41,1% nos impostos directos e ninguém ser responsabilizado por isto. É impossível em qualquer empresa ou em qualquer Governo. Isto tem que ser explicado, porque ainda não foi.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que terminasse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Em relação a não haver crise, Sr. Secretário, gostaria que me explicasse, se não há crise, como é que os senhores põem nesta cópia, Presidentes de Conselhos Directivos de Escolas a dizer que vão pagar facturas de obras feitas em 2001, em 2003? Como é que isto é possível?

Se não há crise, como é que é possível que tenham em matéria de habitação, por exemplo, para Rabo de Peixe onde criaram um programa fantástico, 295 mil contos e executem 4.717 mil contos, numa coisa que devia ser prioridade? Pelo menos em termos oratórios era prioridade.

Nós temos aqui vários ofícios que comprovam a verdade acerca da dilação das facturas, acerca do factoring. Os senhores pedem às pessoas para facturarem daqui a 3 anos obras que foram feitas o ano passado.

Isto é demasiado grave.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Em primeiro lugar, um esclarecimento relativamente à questão dos artigos de opinião. O senhor não sabe, mas eu tenho todo o gosto eu esclarecê-lo, que o Governo não é responsável pela forma como os órgãos de comunicação social colocam os esclarecimentos que recebem do Governo Regional.

Aquilo que o Sr. Secretário Regional das Finanças fez foi enviar isto para o órgão de comunicação social em causa. Isto não é um artigo de opinião. Isto vai em papel timbrado da Região, está identificado como esclarecimento, faz referência à resposta da notícia e é assinado pelo Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, Roberto Amaral.

Em segundo lugar, quanto à presença do Sr. Secretário das Finanças nesta Casa, o Sr. Deputado está a resvalar para uma questão que já tinha ficado esclarecida entre nós.

Eu tinha esclarecido por que razão o Sr. Secretário das Finanças não estava cá. Se o senhor quer trazer esse assunto a debate pode trazer, mas tem tantos mecanismos como qualquer outro deputado desta Casa para assegurar a presença do Sr. Secretário Regional das Finanças.

Se o senhor não utiliza, a responsabilidade é única e exclusivamente sua. Não pode é vir queixar-se da sua inabilidade na utilização desses instrumentos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É preciso alguma habilidade para trazer o Sr. Secretário a esta Casa!

O Orador: É utilizar os instrumentos regimentais que o senhor tem ao seu dispor. É preciso habilidade para saber utilizar o Regimento, coisa que o senhor não tem.

Relativamente à questão que o senhor levantou referente ao Sr. Deputado Cabral Vieira, das ideias que ele teve e do apoio nas suas palavras ao Partido Social

Democrata, o Sr. Deputado tem que ter mais cuidado com esse ar triunfante e de acusação com que diz isso.

O senhor sabe quantos milhares e milhares de açorianos é que estão exactamente na posição do Sr. Deputado Cabral Vieira? Que se sentiram defraudados e desiludidos com os senhores e depois votaram no PS?

Sabe quantos milhares e milhares de açorianos é que apoiaram legitimamente o PSD e depois apoiaram o PS?

Deputado Mark Marques (PSD): Mas já voltaram!

O Orador: Olhe que não.

Deputado Mark Marques (PSD): Vá ver os resultados das últimas eleições!

O Orador: Em primeiro lugar, mais um bocadinho de respeito pelo funcionamento da democracia e, em segundo lugar, pelos açorianos, não ficaria mal.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, V. Exa. resolveu invocar as declarações do Sr. Presidente do Governo de congratulação com a redução fiscal.

Sr. Deputado, a bancada do PS também apresentou uma proposta de redução fiscal. Os senhores esquecem-se disso.

Fomos nós que lutámos para consagrar na Lei de Finanças das Regiões Autónomas a possibilidade de redução fiscal. Não se tente dizer que agora existirá aqui uma qualquer contradição de nós não nos congratularmos com a redução fiscal.

Nós tínhamos uma proposta de quantitativo diferente àquela que os senhores apresentaram e que acabou por ser votada.

Referiu uma questão de ilegitimidade, concretamente a ilegitimidade de imputar à redução fiscal dificuldades de tesouraria. Na minha perspectiva, é preciso considerar as coisas exactamente como são. Aquilo que eu considero ilegítimo no meio disso tudo não é o Governo Regional e o PS afirmarem que a redução fiscal teve um impacto que se repercutiu inesperadamente e em toda a sua plenitude em 2001 e isso causou algumas perturbações. Isso não é ilegítimo.

No entanto já é ilegítimo dizer, como disse o Sr. Deputado Duarte Freitas, que ficaram escolas por construir. Isso é uma irresponsabilidade da vossa parte. Aprovaram aqui a redução fiscal e depois vêm para aquela tribuna, com todo o descaramento deste mundo, dizer que ficaram escolas por construir...

Deputado Duarte Freitas (PSD): As escolas que estavam no Plano!

O Orador: ... inesperadamente e em plenitude em 2001. Ilegitimidade é isso e em relação a essa ilegitimidade, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu levanto-me, discordo completamente e não posso deixar passar em branco nesta Casa.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Da mesma forma, considero ilegítimo o tom de alguma leviandade que o PSD tem adoptado nesta discussão. Leviandade porque essas coisas têm consequências que é necessário nós termos consciência delas. Aquilo que eu começo a suspeitar é que os senhores não tinham consciência das consequências daquilo que aprovaram.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que há uma grande vantagem nesse discurso do PSD regional sobre a crise das Finanças Públicas. A vantagem e o mérito é que os açorianos sabem e começam a aperceber-se que da mesma forma que o PSD copia o diagnóstico, também copiará a solução se fosse governo: se o PSD fosse Governo haveria despedimentos, aumento de impostos e haveria um frenesim histórico de medidas que transformaram aquilo que os senhores consideram uma crise de finanças pública numa verdadeira crise económica.

Deputada Natividade Luz (PS): *Muito bem!*

O Orador: Por último, Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor disse que é verdade que o período das “vacas gordas” das Finanças Regionais acabou. Isto a mim soa-me a ameaça. O que é que isso quer dizer?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que estando claro e assumido que o Governo Regional dos Açores não tem qualquer capacidade técnica de instrumentos adequados para fazer previsões rigorosas e fundamentadas em matéria de arrecadação fiscal, face aos números existentes, resta referir o seguinte:

Em primeiro lugar, não nos importa muito os classificativos de momento. A seu tempo eles surgirão com toda a força, que é a força da razão.

É inquestionável que este Orçamento de 2001 foi, em termos da história da nossa autonomia, aquele que apresenta o maior desvio, a maior falha de execução e a situação mais preocupante.

Nós não podemos ser indiferentes quando o nível da arrecadação da receita – não me refiro já ao desfasamento que foi aqui dito em relação ao que estava previsto – de impostos directos na Região Autónoma dos Açores, em 2001, em termos reais, transporta a Região para os últimos anos da década de 80. Em termos reais está ao nível da arrecadação de impostos em 1988/1989. Isto é dramático.

Podem-me dizer que isto é uma questão pontual. Oxalá que seja, porque se não for uma questão pontual, é uma questão de estrutura gravíssima para a qual temos que repensar muitos aspectos.

É evidente que quando a Região, em matéria de investimentos, vinha numa senda expansionista e a execução do Plano de Investimentos em 2001 nos transporta, em termos reais, para valores semelhantes aos de 1998, não deixa de ser perturbador.

É evidente que não temos aqui em conta qual foi o nível de pagamentos em 2001 de despesas feitas em 2000. Achamos despesas coincidentes com os períodos eleitorais, mas a seu tempo veremos qual o grau de incidência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma coisa é certa. Perante esses valores, quando há 3 semanas se constatou a derrapagem incontrolada das despesas e do défice ao nível da saúde; quando se abrem os jornais como se abriu esta semana e aparecem informações, por exemplo, sobre a SATA AIR AÇORES, que revelam as faltas de cumprimento por parte de quem de direito relativamente ao orçamento da empresa e que envolve milhões de contos; quando começa a haver informação – e espero que não se confirme – de que a própria Administração, repetindo um cenário de há 9 anos atrás, surge junto das empresas da Região a solicitar substituição de facturas de 2001 para facturas no ano de 2002, sabendo que nós temos conhecimento neste momento que esse tipo de comportamento está sob a alçada criminal, constitui crime, estamos aqui perante uma situação que nos faz rever cenários do passado que não julgávamos susceptíveis de serem repetidos nos Açores.

Quando é do domínio público, nomeadamente em relação aos compromissos que o Governo Regional assumiu perante os sinistrados e que foram reiterados por esta Assembleia, que há um défice que pode chegar às duas dezenas de milhões de contos para que a Região Autónoma dos Açores satisfaça os seus compromissos com o processo da reconstrução;...

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: ... quando há sinais evidentes de desfasamentos e de atrasos significativos ao nível de pagamentos por parte da Administração, nomeadamente a fornecedores de serviços e a empreiteiros, esta matéria vai carecer, necessariamente, de um aprofundado debate.

Não nos esqueçamos que neste momento estes assuntos vieram a público, como disse e muito bem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na sequência de uma resposta a um requerimento da bancada do PSD, no fim do primeiro semestre de 2002.

Durante todo esse período o Governo Regional ocultou, se assim se pode dizer, da opinião pública e desta Assembleia, uma situação orçamental que é preocupante. Parece-me que isso não se pode questionar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Obviamente que em 99 há um aumento significativo das receitas fiscais.

Como o Sr. Deputado sabe, porque é público, o Governo Regional actualmente não tem acesso, embora esteja a desenvolver esforços nesse sentido, à Base de Dados da Administração Fiscal. Na minha opinião, eu acho que ele deve ter acesso, porque são receitas da Região. Portanto, o Governo devia saber, pelo menos trimestral ou semestralmente, a receita cobrada.

Relativamente ao ano de 99, houve um esforço para identificar qual era, do ponto de vista da Administração, a receita cobrada nos Açores. Foram tomadas várias medidas nesse sentido, nomeadamente no campo de identificar as receitas da Região.

O ano de 99 pode ter alguns acertos positivos relativamente ao ano de 98, porque em 98 foram transferidos cerca de 2,8 milhões de contos, quando a receita efectiva da Região, em termos de IRC, andava à volta dos 5 milhões.

Importa analisar isso e sobretudo importa ter acesso à Base de Dados da Administração Fiscal.

Sr. Deputado, fosse a sua intervenção tão clara como a informação que o Sr. Secretário prestou à comunicação social, certamente não teríamos qualquer dúvida sobre a situação financeira da Região.

No entanto, nota-se que mesmo depois de ler o artigo que foi publicado como artigo de opinião, embora não tenha sido enviado com essa intenção, o Sr. Deputado ainda não percebeu num artigo claríssimo qual a situação financeira da Região, que não é de crise, continuo a afirmar.

Sr. Deputado neste caso concreto se não percebeu, não culpe o Sr. Secretário, culpe-se a si próprio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer alguns esclarecimentos muito simples e rápidos.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o acesso à Base de Dados do Ministério das Finanças é assunto que nós nos temos empenhado e gostaríamos que aquilo que já foi resolvido a nível do anterior Governo da República, fosse levado à prática por este Governo, ou seja, a Região Autónoma dos Açores ter acesso à Base de Dados do Ministério das Finanças para poder controlar melhor as receitas arrecadas na Região Autónoma dos Açores. Penso que todos os partidos devem fazer um esforço conjunto nesse sentido.

Nós julgamos que a Região Autónoma dos Açores como a Região Autónoma da Madeira teriam um efeito mais persuasor em relação aos contribuintes desta Região e teriam uma previsão mais correcta e atempada, se tivéssemos acesso à Base de Dados do Ministério das Finanças, no que diz respeito a todos os impostos cobrados na Região Autónoma dos Açores. Nisso estamos de acordo.

No que diz respeito à crise económica da Região Autónoma dos Açores, relembro que em 1996, quando assumimos o Governo da Região, tínhamos uma taxa de desemprego que se situava nos 7,5%. Hoje situa-se nos 2,5%. Havia facturas para pagar desde 92 e foram pagas em 97. Houve necessidade de criar programas específicos para apoio às empresas que estavam num estado quase de falência (APER I, APER II e o Plano Mateus). Nós ainda estamos a pagar juros das empresas que estavam com dificuldades económicas e que agora estão a recuperar. Portanto, não há crise económica na Região Autónoma dos Açores.

Quanto ao ano de 2001, está bem claro, porque já foi explicado dezenas de vezes, o que é que aconteceu nesse ano. Trata-se de uma execução de um Plano de 40,9 milhões de contos.

Meus amigos, podem fazer as contas que quiserem, mas é 57% a mais do que foi em 96.

Não se pode dizer que o Plano de 96 é igual ao de 2001, porque a inflação não cresceu 10% ao ano.

Muito claramente trata-se de um grande Plano, mesmo com a situação que ocorreu em 2001 e que foi uma situação peculiar e que não volta a acontecer em 2002, em 2003 ou em 2004.

No que diz respeito à SATA AIR AÇORES posso garantir que ela está em boas condições económicas. Os anos de 2000 e 2001 foram difíceis e o que veio a público no jornal não corresponde à verdade. Este jornal diz tantas mentiras que nós já não nos damos ao trabalho de desmentir.

Deputado Mark Marques (PSD): Qual é esse jornal?

O Orador: É o que tratou desse assunto da SATA AIR AÇORES.

A SATA AIR AÇORES não deve nada aos seus fornecedores.

O mesmo aconteceu com os aeroportos e com a falta do Secretário Regional da Economia não ter feito uma portaria a tempo. Era falso e todos perceberam que não era correcto. Eu fiz um esclarecimento e ele nem sequer foi publicado.

Quanto à reconstrução eu devo dizer que este é um problema sério que envolve também todos os partidos.

Sabemos que se trata de uma tarefa extremamente vasta.

A forma definida nesta Assembleia de apoio aos sinistrados é tão generosa que envolve um esforço financeiro extremamente elevado.

Nós contávamos no passado com a solidariedade nacional.

Estamos convencidos que todos os partidos têm que dar as mãos para que essa tarefa que ultrapassa um pouco a Região Autónoma dos Açores tenha, como teve no passado, a solidariedade nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque este debate já vai longe e eu não quero comentar alguns epítetos de saber.

Eu, na minha intervenção, com muita objectividade e rigor, limitei-me a transcrever e a citar as páginas e os parágrafos do vosso documento do Orçamento, até para facilitar a comprovação. Esse documento dizia que era o maior Orçamento de sempre,...

Voices dos Deputados da bancada do PS: E era!

O Orador: ... que eram estimativas com prudência e conservadoras.

O Orçamento de sempre veio-se a provar que já não era. Nas estimativas conservadoras e prudentes, veio-se a confirmar que houve falhas de 41%. Isto é impossível!

Os senhores não podem sustentar aquelas afirmações, pelo menos reconheçam que falharam.

Expliquem-me por que é que em 99 subiu 150%? Ainda ninguém conseguiu explicar. Por que será?

Por que é que na Madeira a trajectória desta arrecadação é linear e nos Açores houve um disparar de 150% a mais, em 99?

Nos outros anos vimos a acomodar, acomodação essa que os senhores nos vossos documentos diziam que era prudente e conservadora. Pelo amor de Deus!

Nesse aspecto os senhores estão a matar-se com as vossas próprias palavras. Os senhores é que disseram isso e agora querem desmentir e encontrar uma maneira qualquer para negar isto. Não pode ser.

Leviandade, Sr. Presidente, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista? Leviandade acabou o senhor de ter neste momento ao dizer que a dívida do Serviço Regional de Saúde, na Madeira, era 30 vezes pior do que a dos Açores. A nacional é que é 30 vezes pior do que a dos Açores. O senhor tem que ter cuidado.

Os números que eu referir ali são vossos.

Ontem, o Sr. Deputado Manuel Arruda fez o mesmo e os senhores não responderam. Não responderam ontem e continuam sem responder hoje.

Vêm-nos acusar de leviandade?

Usamos os vosso números, usamos as vossas palavras para provar as vossas contradições e os senhores andam de roda.

Em relação à questão da crise orçamental que nós falámos, é verdade, Sr. Secretário. O senhor não pode negar que há problemas orçamentais, não só pelo falhanço das previsões, mas por aquilo que os senhores estão a anunciar às pessoas que vão pagar em 2003.

Eu tenho aqui provas, tenho aqui facturas. Tenho uma de um Presidente de um Conselho Executivo de uma escola a dizer que vai pagar em 2003 uma obra que já está feita. Tenho aqui outras cópias de documentos, que entraram pelo factoring, de dilacões dos pagamentos das facturas.

O Sr. Secretário está há 3 ou 4 anos a dizer que não é preciso fazer saneamento nos sistemas de incentivos. O senhor há pouco tempo reconheceu que ainda não pagou um escudo do diploma que foi aqui aprovado, o SIDER.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Ó meu amigo eu já paguei centenas de milhares de contos!

O Orador: Está neste documento que o senhor apresentou como resposta a um requerimento e vem em papel timbrado do Governo Regional.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Do SIDER já se pagou centenas de milhares de contos!

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente?

Presidente: Naturalmente, que pode Sr. Deputado.

O Orador: Esta resposta do Governo a um requerimento diz o seguinte:

“Até à data ainda não foram efectuados quaisquer pagamentos relativos ao SIDEL, SIDET e SIDER”.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Foram centenas de milhares de contos!

O Orador: Por outro lado, o senhor só está pagando os SIRALA's e os SIRAPA's.

Lembro a esta Casa que o prazo para entrada dos projectos referentes aos SIRALA's e SIRAPA's terminou em 31 de Dezembro de 99. Só agora é que o Governo está pagando estes processos.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O senhor continua a não reconhecer que falharam as previsões, que está pedindo para pagar obras em 2003 que foram feitas em 2001. O senhor vai embarcando neste barco, vai tentando iludir os açorianos, iludir-se a si próprio e depois alguém vai ter que pagar. É isto que as pessoas vão ter que perceber.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

A questão dos classificativos interessa e muito, porque quando existe da parte da oposição a atribuição de determinados classificativos, neste momento, em relação ao Governo Regional e à bancada que o suporta, é óbvio que interessa.

Interessa saber em que termos é que esses classificativos são atribuídos, os motivos por que o são e aquilo que subjaz a esta postura.

Eu discordo com mais uma afirmação feita por si e é algo que tenho que repudiar aqui, isto é, por que é que o Governo ocultou a situação da opinião pública e da Assembleia, até ao momento da atribuição da resposta do requerimento.

Sr. Deputado, isto é uma visão um bocadinho forçada da forma como as coisas funcionam, porque isso implicava que todos os actos e todas as medidas que o Governo Regional tomasse, teria que tornar público à opinião pública e a esta Assembleia.

Os requerimentos fizeram-se exactamente para isso, para esclarecer as questões que são necessárias esclarecer e o Governo cumpre com o seu papel.

Sr. Deputado Duarte Freitas, a questão da leviandade reside no seguinte:

Os senhores querem traduzir a postura deste Governo relativamente a uma questão que tem a sua explicação perfeitamente dada. Os senhores conhecem essa explicação e são parte integrante num processo que conduziu a esta situação. A leviandade está em os senhores quererem transformar aquilo que aconteceu em 2001, na generalidade.

Será só isso?

Não. Não é só isso que leva a que eu considere o vosso comportamento leviano.

O que leva a que eu considere o vosso comportamento leviano, é que os senhores sabem que em 97 houve uma taxa de cumprimento das previsões de 99,13%.

Os senhores sabem que em 98 houve uma taxa de cumprimento das previsões de 98,23%.

Os senhores sabem que em 99 houve uma taxa de cumprimento das previsões de 107,85%.

Os senhores sabem que em 2000 houve uma taxa de cumprimento de 102,53%.

Os senhores sabem que em 2001, essa taxa foi de 83,26%.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Riem-se?! É a primeira vez na história que eu vejo criticar e rir de um Governo por arrecadar mais receitas do que aquilo que previu.

Os senhores sabem e o vosso comportamento é leviano por causa disso.

Os senhores sabem, porque receberam esses dados no vosso requerimento, o que é que indicia a execução orçamental do primeiro trimestre do corrente ano. Mas os senhores não se pronunciam sobre isso.

Aquilo que os açorianos nas suas palavras sabem e passam a saber é isso.

O PSD não tem forma de atacar este Governo e resolveu pegar nesta questão para transformá-la no grande assunto do debate.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E os atrasos nos pagamentos?

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Economia já apresentou bastantes factos em relação aos atrasos nos pagamentos.

Há uma questão que resulta muito clara de tudo isto: os senhores apontaram os números, nós apontámos a justificação; os senhores não tiveram a humildade sequer de se pronunciar sobre a justificação.

Mas há mais, Sr. Deputado Duarte Freitas. O senhor não respondeu a uma questão que lhe coloquei: o que é que o senhor quer dizer com acabou-se o tempo das “vacas gordas” nas finanças públicas regionais?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pergunte ao Sr. Secretário das Finanças porque ele disse isso em relação a 2001!

O Orador: Por que será que eu desconfio que a intenção do Sr. Secretário das Finanças não será exactamente a sua?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vá ver ao Diário das Sessões!

O Orador: Sobre esta matéria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há uma conclusão do ponto de vista político a retirar: o PSD e a sua bancada continuam desesperadamente à procura de uma crise na Região.

Há algo muito claro que resulta do vosso frenesim. Contrapõe-se a tranquilidade do Governo e tranquilidade do PS. Nós não escondemos questões de dificuldade e sempre foi essa a nossa postura desde o início. Nós não escondemos pontuais

dificuldades que temos. Agora há algo que resulta muito claro, ou seja, em relação a essas dificuldades o PS e o Governo não viram as costas à luta.

É preferível uma postura como essa que nós temos do que aquela que os senhores tiveram.

Se quer colocar a questão a esse nível, é esse o contraponto que deve ser feito, aquilo que os senhores fizeram e aquilo que o Governo faz.

Mas não nos prendamos apenas no passado. Vamos ao futuro.

Por que é que os senhores não se pronunciam sobre as previsões para 2002?

Os senhores já têm dados concretos fornecidos pelo Sr. Secretário Regional das Finanças que permitem indicar isso.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Por último uma questão e é essa que os senhores não conseguem desmentir: os senhores estão a copiar a estratégia do PSD da República, estão a copiar a estratégia do amigo Durão. O problema é que dessa forma torna-se patente aos açorianos as questões que o amigo Victor defende para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, de acordo com o meu cronómetro são exactamente 13 horas. Portanto, chegámos ao fim do nosso tempo regimental. Lamento imenso mas são as regras do jogo.

Vamos interromper os nossos trabalhos e recomeçamos às 15 horas.

(Eram 13 horas)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 35 minutos)

Vamos iniciar o **Período da Ordem do Dia**, com a apresentação do relatório da Comissão Eventual – “Uma nova Assembleia para o Novo Século”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório Final da Comissão Eventual “Uma nova Assembleia para o novo século”

I – Introdução

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pela Resolução nº3/2001/A, de 27 de Fevereiro, deliberou constituir a Comissão Eventual “Uma Nova Assembleia para o Novo Século”, como meio de dar resposta aos desafios que as novas tecnologias e uma sociedade mais mediatizada colocam a todos os parlamentos e, por isso, também ao açoriano.

A Comissão foi composta por 11 elementos, e constituída pelos seguintes Senhores Deputados:

Deputado Humberto Melo (PSD), que assumiu a Presidência;

Deputado Joaquim Machado (PSD) Relator;

Deputado Nuno Amaral (PS) Secretário;

Deputado Andreia Cardoso (PS);

Deputado José Nascimento Ávila (PS);

Deputado José Humberto Chaves (PS);

Deputado José San-Bento (PS);

Deputado Nélia Amaral (PS);

Deputado José Manuel Nunes (PSD);

Deputado Paulo Gusmão (PP);

Deputado José Decq Mota (PCP).

De referir que, conforme foi oportunamente comunicado ao Plenário, a Senhora Deputada Nélia Amaral(PS) foi substituída a partir de Janeiro de 2002 pelo Senhor Deputado Emanuel Furtado(PS).

Nos termos do Artigo 4º da Resolução constitutiva da Comissão, ficou a mesma encarregada de apresentar ao Plenário o respectivo relatório, no prazo de 1 ano a contar da data da sua constituição, prazo este, todavia, prorrogado, pela Resolução nº5/2002/A, de 24 de Maio, até Junho de 2002.

No que respeita aos objectivos que foram fixados à Comissão, são estes genericamente definidos no nº1 do artigo 2º da Resolução constitutiva, como a “análise das condições financeiras, técnicas e humanas necessárias ou adequadas à divulgação e informação sobre a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e as suas actividades”. No nº2 do citado artigo entendeu o Plenário explicitar esse objectivo genérico salientando algumas questões que entendeu como relevantes serem, a este propósito, devidamente estudadas quanto à sua viabilidade.

No desenvolvimento dos trabalhos da Comissão entende a mesma salientar:

- A realização de 15 reuniões;
- A audição de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;
- A audição presencial e por escrito de diversas entidades, particularmente ligadas aos meios de comunicação social;

- A audição de empresas de produção e difusão de programas e emissões de televisão;
- A auscultação, em audiência, de Senhores Directores de Órgãos de Comunicação Social regionais;
- A auscultação, em audiência, da Comissão de Trabalhadores da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;
- A realização de um encontro com a Dr.^a Adelina Sá Carvalho, Secretária-Geral da Assembleia da República;
- A realização de um encontro com representantes do pessoal técnico que assegura o funcionamento do Canal Parlamento da Assembleia da República.

Com o objectivo de operacionalizar os trabalhos, foi constituída uma Subcomissão, constituída ao abrigo das disposições regimentais, e composta pelos Senhores Deputados:

- Deputado Joaquim Machado (PSD);
- Deputado José San-Bento (PS);
- Deputado Paulo Gusmão (PP);
- Deputado José Decq Mota (PCP).

A Comissão desenvolveu, assim, uma reflexão que, muito embora enquadrada formalmente pelos termos da Resolução constitutiva, abrangeu áreas mais amplas e diversas da actividade parlamentar, sempre no entendimento, que encontra alicerce no espírito da Resolução, de analisar e debater as melhores formas de promover uma mais eficaz e profícua relação entre eleitos e eleitores.

No âmbito dos novos desafios que se colocam à instituição parlamentar e à sua actividade, despiciendo será afirmar a importância de que se reveste a emergência das tecnologias da informação e da comunicação e, sobretudo, a massificação da sua utilização por parte da sociedade que, cada vez mais, encontra em fenómenos como a *Internet* veículos privilegiados de circulação de informação e conhecimento. Estas mudanças que se operam de forma cada vez mais rápida e ampla, lançam novas oportunidades e desafios crescentes ao exercício da actividade parlamentar.

A televisão, as comunicações móveis e principalmente a *Internet* são instrumentos que potenciam a aproximação da instituição parlamentar à comunidade donde emerge. Neles se incorpora parte significativa da transparência democrática e do caudal de informação que deve emanar do Parlamento e se pode sustentar um modelo de comunicação institucional mais ágil e aberto à participação dos cidadãos.

No caso da Região Autónoma dos Açores, em que a descontinuidade territorial influencia, por vezes de forma determinante, o exercício da actividade parlamentar, a assunção plena do estatuto regional do Deputado impõe a busca constante de formas inovadoras de conhecimento da realidade de outras ilhas que não a do seu círculo eleitoral, e de agilização na participação em todas as fases do processo parlamentar. Aqui, como em tantas outras áreas da nossa sociedade, o recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação surge como um caminho que, apesar de recente, apresenta já inegáveis méritos e vantagens quando cotejado com os meios de comunicação mais conhecidos.

A instalação desses meios e a generalização do seu uso pelos parlamentares e respectivas estruturas de apoio tornam-se ainda imprescindíveis para a modernização e organização de procedimentos, em ordem à celeridade e consistência da tramitação legislativa e produtividade dos serviços administrativos do Parlamento.

No plano técnico, a recente criação do *site* da ALRA e atribuição de endereços de *e-mail* aos Deputados e funcionários abre a sede legislativa dos Açores a todas as valências da sociedade da informação e mais precisamente do Parlamento Electrónico.

Através daquele espaço em rede faculta-se ao cidadão novos instrumentos para consulta, debate, avaliação crítica, controlo, proposição e contacto on-line com os seus representantes, com o respectivo reforço da participação e da revitalização da Democracia representativa.

Todavia, se é certo que esses instrumentos apresentam inegáveis vantagens, impõem, igualmente, novos desafios de redefinição e adequação das práticas institucionais, tarefa para a qual o Parlamento deve estar mobilizado e predisposto.

Sem a reformulação, que se assume ser condição *sine qua non* para o aproveitamento da plenitude desses benefícios, a interação entre eleitos e eleitores defrauda-se, pelo menos, nas novas possibilidades que se abrem e na expectativa que, legitimamente, é desejável perfilhar.

II –Canal Parlamento

O estabelecimento de procedimentos e vias de aproximação entre os eleitos e os eleitores é uma necessidade reconhecida, universalmente, como essencial e adequada à exploração de inovadoras possibilidades de transmissão da importância, virtudes e utilidade da instituição parlamentar no contexto de afirmação da Democracia Participativa.

Neste domínio, e retomando o caso concreto da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, assume especial relevância o estabelecimento do adequado enquadramento técnico para a transmissão televisiva dos trabalhos parlamentares no que respeita às Sessões Plenárias.

O Canal Parlamento, designação genérica desse tipo de transmissões, destinando-se à emissão televisiva dos Plenários, sem mediação jornalística, garante o acesso de todos os cidadãos a uma parte significativa do trabalho desenvolvido pelos seus representantes. Abrem-se, assim, ultrapassando os obstáculos da nossa descontinuidade geográfica, as portas da Assembleia Legislativa Regional a um acompanhamento constante pelos representados e contribui-se, decisivamente, para uma objectiva apreciação da actividade empreendida pela parlamentares com o consequente reforço da corresponsabilização destes perante aqueles.

A criação de um canal televisivo, de difusão da actividade parlamentar, pressupõe, para além da vontade política, enquadramento legal e condições técnicas, uma iniludível disponibilidade financeira que, numa postura responsável, impõe-se considerar.

Enquadramento legal

A emissão de um canal parlamento na rede de televisão por cabo tem enquadramento na Lei nº6/97, de 1 de Março, que autoriza a difusão de trabalhos parlamentares nas redes públicas e privadas de TV cabo.

À Assembleia Legislativa Regional dos Açores competirá obter o licenciamento para emissão de um canal parlamento, bem como garantir os requisitos relativos aos direitos de emissão e da propriedade intelectual.

Condições técnicas

O serviço de difusão, a prestar pela *TV Cabo Portugal*, através da respectiva operadora local *Cabo TV Açoreana*, deverá ter o seu enquadramento formal num protocolo a celebrar entre a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e a *TV Cabo Portugal*. Saliente-se, a este propósito, e como possível ponto de partida, o Protocolo celebrado para o mesmo fim entre aquela empresa e a Assembleia da República.

A difusão do canal parlamento na rede de distribuição de televisão por cabo não implica qualquer encargo financeiro para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Mas a ela sempre competirá assegurar os meios técnicos para o transporte do sinal de emissão até às estações da empresa distribuidora, e a conseqüente assunção dos custos desta operação. A empresa *Portugal Marconi* assegura o referido transporte que poderá ser activado num prazo de quatro a cinco meses após a sua solicitação. Refira-se, a este propósito, que os custos inerentes ao serviço atrás citado não representam, pelo que à Comissão foi dado conhecer, um acréscimo significativo ao custo total da solução a implementar.

Ainda no âmbito das condições referidas, A Comissão entende salientar que deve a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, por si própria ou pela obtenção de

serviços de terceiros, ter presente a necessidade de produzir, editar, registar e arquivar as emissões do Canal Parlamento.

Em face dos custos elevados da aquisição de equipamento (estimados em mais de um milhão de euros), aos quais acresce a contratação de pessoal técnico habilitado para produzir e editar imagens de vídeo, surge em alternativa a compra a terceiros dos serviços de produção e edição, podendo os mesmos serem prestados por empresa privada ou pela concessionária do serviço público de televisão.

A formulação de alternativas resulta da avaliação da estrutura do Canal Parlamento da Assembleia da República, designadamente dos encargos financeiros, da complexidade da solução técnica a adoptar, dos procedimentos administrativos atinentes ao concurso público e da contratação e formação de pessoal especializado.

Ambos os cenários foram considerados pela Comissão. Para o efeito foram auscultadas as entidades que na Região Autónoma dos Açores se consideraram habilitadas para o fornecimento do aludido serviço – a empresa de produção videográfica *Iris Audio Visuais* e o *Centro Regional dos Açores da RTP*.

A empresa *Iris Audio Visuais* manifestou interesse na prestação daqueles serviços, adiantando que os mesmos devem ser assegurados por uma produtora independente e não por um operador de televisão. Mais disse que o estatuto da empresa concessionária do serviço público de televisão, a *RTP, SA*, não permite que a mesma desenvolva actividades concorrentes com as produtoras independentes.

Considerou também que o tempo mínimo da concessão deste serviço deverá ser de cinco anos e manifestou-se mais favorável a um cenário de prestação do serviço com equipamento da empresa adjudicatária, em detrimento da utilização de meios próprios da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

O Director do *Centro Regional dos Açores da RTP, SA* manifestou igualmente interesse na prestação do serviço de produção, edição e registo de um canal parlamento, desde que o mesmo não implicasse qualquer mediação jornalística e que o tempo da concessão correspondesse a períodos de cinco anos.

Sem prejuízo de outro entendimento que venha a emanar do respectivo conselho de administração, considerou possível a prestação do serviço de produção, edição e registo mediante a permuta do financiamento dos encargos financeiros que dali decorressem para o *Centro Regional dos Açores da RTP, SA*, nomeadamente com a aquisição de equipamento complementar e a contratação de meios humanos para completar as equipas de trabalho necessárias àqueles fins. Estes custos foram estimados em valor inferior a 600 mil euros.

Conclusão

Em face do exposto, e na constatação da existência de viabilidade técnica para o surgimento de um Canal Parlamento, os Partidos que integram a Comissão, unânimes na reafirmação da vontade política para a concretização desta pretensão, entendem que a avaliação da sua concreta implementação deverá ter em conta a imprescindível disponibilidade financeira, tendo por referência os valores atrás referidos.

(Aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PS e contra do PSD, PP e PCP)

Recomendação

A Comissão Eventual “Uma Nova Assembleia para o Novo Século”, atendendo aos elementos que resultam do trabalho desenvolvido, apresenta ao Plenário as seguintes recomendações:

1 – A implementação de um Canal Parlamento que funcione a título experimental até ao final da presente legislatura.

2 – Que a criação do Canal Parlamento não implique a aquisição de equipamento nem a contratação de pessoal, sob qualquer forma de vínculo laboral.

3 – Para concretização deste projecto, entende-se salientar a necessidade de serem celebrados Protocolos:

a) De prestação de serviço com o *Centro Regional dos Açores da RTP, SA.*,

b) De cooperação com a *Cabo TV Açoreana*, tendo como referência as disposições constantes do firmado para o mesmo fim entre aquela empresa e a Assembleia da República.

4 – A constituição de um órgão de acompanhamento, composto por um representante da cada Grupo Parlamentar, que deverá proceder à avaliação do desempenho desta iniciativa.

5 – Que durante o período experimental do canal parlamento não se proceda ao registo e arquivo das respectivas emissões.

(Aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PS e do PCP e a abstenção do PSD e PP)

III – Reforço da relação entre eleitos e eleitores

A Comissão, para cumprimento das atribuições que constam do nº1 do artigo 2º da Resolução constitutiva, submete, igualmente, à apreciação do Plenário as seguintes considerações e propostas:

a) Visitas à ALRA

1 – A realização de visitas à Assembleia, por parte de grupos de jovens ou outras categorias sociais com interesse directo nos debates e iniciativas legislativas em

curso no Parlamento Regional, deve fazer-se segundo critério a fixar para cada Legislatura.

2 – As deficiências do actual sistema, que é casuisticamente definido pela Mesa da ALRA, devem ser superadas pela atribuição de uma quota à Mesa e a cada Grupo Parlamentar.

3 – Os encargos decorrentes dessas visitas não devem ultrapassar, anualmente, 1% do actual Orçamento da Assembleia Legislativa Regional.

(Aprovada por unanimidade)

b) Sistema telefónico de linhas verdes

Em Junho de 2001 a Comissão deliberou propor à Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a instalação de um sistema telefónico de linhas verdes.

Desde Abril do corrente ano cada Grupo Parlamentar dispõe de uma linha telefónica naquela modalidade de tarifário, facultando ao cidadão um contacto directo e gratuito com o Parlamento e os Deputados.

Este sistema de contacto entre os cidadãos e o Parlamento deve ser devidamente publicitado e objecto de avaliação periódica.

(Aprovada por unanimidade)

c) Actualização do Regimento

A Comissão considerou pertinente a inclusão no Regimento de disposições que possam adequar o funcionamento da ALRA com as tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

A reorganização e simplificação de procedimentos, desde logo no que respeita à leitura da correspondência, em ordem à celeridade e consistência da tramitação

legislativa, deve ser a consequência imediata e coerente do apetrechamento tecnológico do Parlamento.

O parque de equipamentos informáticos da ALRA, que vem sendo renovado desde Maio de 2000, comporta o estabelecimento de eficientes circuitos de informação em suporte electrónico, por isso mais rápidos e podendo conter elevado volume de dados. Além disso, permite dispensar consumos significativos de papel, o que se traduz em importantes ganhos financeiros e num contributo relevante para a preservação do ambiente.

Entre outros procedimentos passíveis de adopção imediata, refere-se a distribuição por correio electrónico da Agenda Parlamentar e dos Relatórios e Actas das Comissões.

(Aprovada por unanimidade)

d) Prémio do Jornalismo Parlamentar

A Comissão introduziu algumas alterações ao Regulamento do Prémio de Jornalismo Parlamentar, aprovado no primeiro semestre do ano 2000, cuja versão actualizada se anexa ao presente Relatório.

(Aprovada por unanimidade)

e) Alteração dos apoios à cobertura jornalística da Assembleia

Genericamente, mantêm-se actuais as disposições constantes da Resolução da Assembleia Regional nº8/86/A, de 31 de Outubro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa Regional nº8/94/A, de 30 de Novembro – apoio à cobertura informativa dos trabalhos do Plenário da ALRA.

Sem os apoios ali previstos, dificilmente as pequenas empresas de comunicação social da Região Autónoma dos Açores poderiam assegurar a cobertura informativa do Parlamento, perdendo-se, conseqüentemente, um importante contributo para a pluralidade da informação, a difusão dos trabalhos parlamentares e a aproximação entre a Assembleia e os cidadãos açorianos.

Da experiência recolhida durante a vigência daquela Resolução e, em especial, na sequência da audição dos órgãos de comunicação social, importa proceder à clarificação de alguma matéria, pelo que se propõe a eliminação do nº8 e uma nova redacção para o nº4:

“4 – Compete à Mesa, em cooperação com os órgãos de comunicação social em causa, definir eventuais critérios complementares adequados a situações específicas e que permitam melhorar as condições e assegurar o cumprimento dos objectivos previstos no número 3 desta resolução.”

(Aprovada por unanimidade)

f) Especialização em jornalismo parlamentar

1 – À Comissão não se afigurou premente o estabelecimento de apoios específicos para jornalistas ou meios de comunicação social que pretendam especializar-se em jornalismo parlamentar ou promover a criação de páginas, suplementos ou programas dedicados às actividades institucionais do Parlamento. Se nesta última vertente o estabelecimento de critérios e a sua operacionalização levanta dificuldades quase incontornáveis, no primeiro caso, sempre que reunidas as condições formais para frequência de cursos de pós-graduação, mestrado, doutoramento ou outras modalidades de formação em jornalismo parlamentar tal fica abrangido pelo disposto sobre valorização profissional no Decreto Legislativo Regional nº19/94/A, de 28 Julho.

2 – A Comissão considera oportuna a realização de colóquios sobre jornalismo parlamentar, tal como fora concebido na Legislatura anterior e consta do documento anexo.

(Aprovada por unanimidade)

g) Divulgação da actividade parlamentar

Para reforço dos mecanismo de divulgação da actividade parlamentar a Comissão propõe que se considere a criação de um boletim informativo, a editar em função dos períodos legislativos, contendo síntese dos trabalhos da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PS e contra do PSD, PP e PCP)

h) Acreditação de jornalistas e identificação de visitantes

1 – O acesso e circulação de pessoas não afectas à ALRA fora do espaço que nesta se destina ao público, deve fazer-se segundo critérios de segurança e normas que salvaguardem a finalidade da visita, a dignidade protocolar e a qualidade do trabalho parlamentar.

2 – Considerando que a actividade jornalística parlamentar pressupõe a permanência regular de trabalhadores das empresas de comunicação social no edifício da ALRA, bem como a circulação dos repórteres em espaços comuns aos parlamentares e serviços de apoio ao Plenário, torna-se conveniente que a sua identificação se faça de modo inequívoco, em cartão próprio, contendo o nome, a indicação da entidade patronal e o prazo de validade do documento identificador.

3 – Aos Grupos Parlamentares deve ser facultada a obtenção de cartões de “livre trânsito” para convidados seus, aos quais serão dispensadas as formalidades de identificação a requerer a outros visitantes temporários, sendo sempre salvaguardada a reserva de acesso à Sala do Plenário, quando em funcionamento.

(Aprovada por unanimidade)

i) Utilização das tecnologias da informação e comunicação

Além do anteriormente exposto sobre a utilização das tecnologias da informação e da comunicação, a Comissão produziu os considerandos que se seguem.

A racionalização e modernização de procedimentos regimentalmente previstos, bem como de outros aspectos directamente relacionados com a actividade parlamentar depende, significativamente, da utilização plena de ferramentas informáticas. Ora, tal pressupõe equipamento e conhecimento adequados a esses fins, requisitos nem sempre garantidos, quer por falta de formação inicial dos utilizadores nos domínios da informática, quer pela evolução muito célere das características técnicas do hardware, quer, ainda, pelo desenvolvimento constante das aplicações.

Identificam-se, assim, quatro níveis de necessidades:

1 – A configuração dos equipamentos informáticos deve corresponder à mobilidade do trabalho do Deputado, tendo em vista facilitar o seu uso tanto no respectivo círculo eleitoral como na sede do Parlamento ou noutras deslocações em trabalho das Comissões;

2 – A realização de acções de formação para os interessados, centradas na familiarização com o *software* mais usual no exercício das respectivas actividades;

3 – A aquisição de equipamento e aplicações para a realização de conferências *on-line* na rede informática do Parlamento;

4 – O redimensionamento dos serviços de informática da ALRA e a disponibilização de serviços de assistência técnica, por forma a assegurar a funcionalidade dos equipamentos instalados, designadamente, nas Delegações de ilha.

(Aprovada por unanimidade)

j) Videoconferências

Há muito que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores utiliza a videoconferência para realização de trabalhos das Comissões. Tal recurso, que obvia às dificuldades de deslocação inter-ilhas, principalmente no período de Inverno, deve fazer-se em razão da natureza dos assuntos a analisar ou a decidir, pois matérias há que implicam um nível de debate e de pormenorização incompatíveis com as limitações daquela tecnologia.

A Comissão realça o seu entendimento de que deve ser dada primazia à participação presencial dos Senhores Deputados nos trabalhos das Comissões.

Em face disto, e das características técnicas da rede informática da ALRA – que comporta a conferência on-line –, a Comissão entende não ser necessária a instalação de equipamento de videoconferência na sede e delegações do Parlamento.

(Aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PS e contra do PSD, PP e PCP)

l) Outras propostas

1 – Entende a Comissão que devem ser introduzidas alterações na formatação do Diário das Sessões. Além de grafismo de leitura mais linear, sugere-se a inclusão de um índice das intervenções. E é imprescindível que sejam criadas condições para abreviar os prazos da edição impressa e *on-line* do Diário das Sessões, tendo como objectivo último a sua disponibilização antes da sessão plenária seguinte.

2 – Considerou-se, ainda, necessária a clarificação das regras sobre a gravação dos trabalhos das Comissões.

(Aprovada por unanimidade)

Ponta Delgada, 6 de Junho de 2002.

O Relator: Joaquim Machado

O Presidente: Humberto Melo

O presente Relatório foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PS e do PCP e a abstenção do PSD e do PP.

IV - ANEXOS

1 – Resolução criadora da Comissão “Uma Nova Assembleia para um Novo Século”

2 – Regulamento “Prémio de Jornalismo Parlamentar”

3 – Jornalismo Parlamentar – Formação

4 – Aquisição de serviços na área das comunicações – Sede Assembleia Legislativa Regional dos Açores / Delegações e acesso à Internet

5 – Rede informática – Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

6 – Canal Parlamento

Obs. Os textos integrais dos documentos referidos encontram-se depositados nos serviços da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Presidente: Passamos à discussão deste relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente este relatório final da Comissão Eventual “uma Nova Assembleia para o Novo Século”.

Consideramos que se trata de um conjunto de propostas a serem implementadas a curto prazo que permitem desenvolver a modernização do nosso Parlamento, quer em termos tecnológicos, quer em termos procedimentais, tornando ao mesmo tempo a instituição mais acessível e mais próxima dos nossos concidadãos.

Este relatório comporta diversos aspectos que consideramos muito importantes e de um alcance extremamente interessante. Terá como medidas mais emblemáticas a possibilidade de no futuro a Assembleia ter um sistema de quotas a distribuir pelos grupos parlamentares, permitindo o convite a diversos grupos de jovens e outras entidades para poderem visitar o órgão máximo da Região.

Das medidas mais emblemáticas destacamos o Canal Parlamento que é abordado no Capítulo II do documento.

Em relação à persecução dos nossos trabalhos nós tivemos problemas de contextualização de custos financeiros.

Houve aqui um trabalho que me pareceu muito válido, um trabalho intenso e consensual de todas as bancadas ao longo das diversas reuniões de trabalho.

Por falar disso não podia deixar de referir as importantes reuniões que nós tivemos com o Sr. Presidente da Assembleia Regional, com a Sra. Secretária Geral da Assembleia da República, bem como com muitos outros órgãos. Isso está devidamente explicitado no relatório.

Como dizia, em alguns desses pontos tivemos alguma dificuldade de contextualizar certos custos e de podermos, em determinados pontos, enveredar por uma maior especificação financeira.

De qualquer maneira houve sempre a preocupação de fazer o devido enquadramento financeiro do custo destas novas soluções que são agora propostas pela formulação deste relatório.

Uma palavra ainda para referir que este grupo de trabalho prorrogou o seu funcionamento por mais dois meses, até ao plenário de Junho, conforme resolução previamente apresentada a esta Assembleia.

Nós estamos na posse de um trabalho que apresenta um conjunto de soluções muito válidas. Penso que o Parlamento Regional, conforme disse no início da minha intervenção, terá um apreciável melhoramento do ponto de vista qualitativo dos seus trabalhos, da própria inserção social e acessibilidade que poderá ser proporcionado no futuro, seguindo-se estas propostas que aqui são apresentadas.

Sr. Presidente, tentando sintetizar, o Partido Socialista considera que, perante todos esses factos, se justificou plenamente a realização desta Comissão Eventual.

O trabalho está feito e apresentado.

O PS está em condições de o votar favoravelmente.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP participou com gosto nestes trabalhos.

Em relação à sua posição final sobre este relatório teve uma posição de abstenção, derivada sobretudo do processo de encerramento dos trabalhos e com alguns pontos do próprio conteúdo.

Quanto à primeira matéria, relativamente ao processo foi um ponto que saiu um pouco da normalidade do funcionamento daquilo que é o trabalho em Comissão, mas o que há a registar como nota positiva é que felizmente tudo acabou bem e quando é assim ainda bem que o é.

Gostava de frisar a este propósito o grande mérito que teve, na consensualização, o Sr. Presidente desta Comissão com o seu esforço pessoal nesse sentido.

Quanto ao conteúdo, o CDS/PP teve algumas dúvidas em algumas matérias, como é referido nos vários pontos, em relação às votações, sobretudo na redacção e nos pontos em que não significou aquilo que era a nossa intenção.

Isso verificou-se em relação ao Canal Parlamento onde entendemos como muito útil a estimativa de valores e assegurar que a efectivação do Canal Parlamento não passará desses mesmos valores. Temos algumas dúvidas quando se refere a questão das disponibilidades, porque isso parece-nos que tem mais a ver com questões de prioridade, o que não era a intenção inicial.

O mesmo se passa em relação ao prazo do início do Canal Parlamento, onde numa redacção inicial eram definidas regras que tinham maior certeza no tempo. Nessa matéria ficámos com algumas dúvidas sendo certo que é nossa posição que essa poderá ser uma boa medida naquilo que eram os propósitos da própria formação desta Comissão e deste relatório. Portanto, são apenas dúvidas e esperamos que isto não signifique mais do que isso.

Finalmente, e não menos importante em nosso entender, quando é referido a vontade de se publicar um boletim da Assembleia, vimos com alguma apreensão que o Partido Socialista tenha retirado dos considerandos e da finalidade desse mesmo boletim que o seu conteúdo tivesse a ver com o plenário, com as Comissões e com os grupos parlamentares.

Foi-nos explicado que havia intenções nesse sentido – não sabemos de quem – mas o não incluir isso aqui, significa com certeza algo com o qual não poderíamos ter concordado.

Para terminar, quanto à questão das videoconferências, foi daqui retirado que o sistema de videoconferência deveria funcionar quando fosse por consenso de todos os grupos parlamentares.

O Partido Socialista entende que isso deve ser por consenso da maioria o que quebra um bocadinho a praxe daquilo que é o trabalho parlamentar, em que o consenso deve ser feito em termos metodológicos entre todas as forças políticas.

São estas as razões pelas quais nos abstivemos na votação final, sem deixar de registar aqui que em muitas outras matérias estamos perfeitamente de acordo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A constituição desta Comissão Eventual que teve por objectivo fazer uma reflexão em torno da criação de mecanismos que conduzam a uma maior aproximação entre eleitos e eleitores, pressupunha um nível de expectativas que nos trabalhos da Comissão não vieram a concretizar-se por razões mais ou menos óbvias. Aponto algumas:

Elas decorrem essencialmente do facto de alguns temas a tratar por esta Comissão, do nosso ponto de vista, não terem a dignidade dos trabalhos de uma Comissão, na medida em que se enquadravam dentro daquilo que é, pode ser e deve ser, a acção de gestão da Mesa da Assembleia, designadamente em aspectos muito concretos como seja a criação de linhas telefónicas gratuitas para pôr em contacto os cidadãos com a Assembleia, como seja num outro conjunto de itens onde se poderia incluir – e não me vou alongar na sua enunciação – o Prémio de Jornalismo Parlamentar.

Havia aqui um conjunto de assuntos que acabaram por ser incluídos para justificar a criação de uma Comissão Eventual.

Do nosso ponto de vista, esta Comissão tinha três grandes temas para tratar: as alterações regimentais que pudessem decorrer da introdução das tecnologias de informação e da comunicação no Parlamento, os apoios à cobertura informativa dos trabalhos parlamentares e o Canal Parlamento.

Relativamente aos apoios à cobertura informativa – de um modo geral não direi irresponsável, mas pelo menos exagerado – a Resolução que criou esta Comissão dizia que eram disposições caducas. Nos trabalhos da Comissão acabámos por verificar que as disposições não eram caducas, que a Resolução se mantinha actual e que, em bom rigor, a proposta que vem neste relatório para alterar o nº 4 da Resolução que criou esses apoios à cobertura informativa dos trabalhos, é apenas uma alteração de redacção e não é nada de substância naquilo que são os apoios aos órgãos de comunicação social da nossa Região.

Relativamente ao Regimento, nós encontramos algum terreno para desbravar, nomeadamente no que diz respeito à leitura da correspondência, mas essencialmente em procedimentos que acontecem no decorrer do plenário e que por via das novas tecnologias podem e devem ser alterados, designadamente de um volume enorme de documentos e de papel cuja informação contida nesses documentos podia e devia circular em suporte electrónico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No decorrer desta Sessão dei-me ao trabalho de contar o número de folhas que me foram entregues. Foi este o número:

- 145 folhas contendo relatórios;
- 4 folhas contendo as agendas;
- 202 com os diplomas.

Isto dá um total de 351 folhas. Fazendo uma simples projecção de que somos 52 deputados e que para além dos senhores deputados os senhores jornalistas também recebem toda esta documentação, por defeito, se esta documentação for entregue a 60 pessoas, daria qualquer coisa como 21 mil e 60 folhas, o que correspondente a 42 remas de papel.

Nós sabemos que o destino da maior parte desse papel acaba por ser o caixote dos papéis, porque até muita desta informação circula de forma repetida.

Parece que este é um esforço que o Parlamento pode e deve fazer por via do parque informático que desde Maio do ano 2000 vem sendo instalado e nalguns casos até renovado.

Muita desta documentação já chega ao Parlamento em suporte electrónico. A que não chega, nomeadamente quando o proponente é o Governo, do meu ponto de vista, deve passar a chegar e muita desta documentação deve circular entre os senhores deputados através do correio electrónico.

Finalmente, o terceiro item que dava músculo era a coluna vertebral dos trabalhos desta Comissão: o Canal Parlamento.

No essencial, todos os partidos estão de acordo quanto à necessidade de se criar um Canal Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu duvido que a versão de texto que o Partido Socialista fez aprovar queira dizer “nin”, isto é, sim mas não, para tudo ficar na mesma. Eu explico por que razão:

Nós quando iniciámos os trabalhos tínhamos como ideia de custo aproximado para instalação e funcionamento de um Canal Parlamento, uma verba superior a 400 mil contos.

No decorrer dos trabalhos chegámos à conclusão de que o montante necessário para esse fim era apenas um terço dessa verba, isto é, pouco mais de 120 mil contos, o que significa estarem criadas, para além das condições de enquadramento legal, para além das condições técnicas, as condições financeiras para se levar por diante este projecto que é arrojado, mas imprescindível para fazer chegar o Parlamento a todas as ilhas.

Aqui, temos todas as ilhas representadas. O Parlamento ainda não está em todas as ilhas.

O Canal Parlamento é o meio privilegiado para fazer essa aproximação entre esta instituição e os cidadãos que nos elegeram, até porque há aqui um pequeno pormenor que talvez não seja tão pormenor quanto isso.

Nos termos em que o Partido Socialista fez aprovar o texto final do relatório, no que se refere ao Canal Parlamento, parece que não só prejudica o entendimento de todos os trabalhos, como também prejudica a proposta e o compromisso do Sr. Presidente da Assembleia, quando na Sessão inaugural desta Legislatura propôs como um dos seus grandes objectivos a criação do Canal Parlamentar, se possível até, a tempo de coincidir a sua criação com a celebração dos 25 anos da instalação do Parlamento Açoriano.

De facto, esse prazo não foi possível, mas Sr. Presidente, temo que apesar de muitos actos de fé, de muita vontade política reafirmada que o Partido Socialista fará, no fim introduzirá sempre um “se” que quer dizer, ou eu me engano muito, que quando chegarmos ao fim desta legislatura, por obstáculo, por entrave, por impedimento criado pelo Partido Socialista, os açorianos continuarão a não ver os trabalhos deste plenário em directo, como todos nós o desejávamos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pode ser que se engane!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como porventura alguns se recordam, quando esta Comissão Eventual foi constituída, tive oportunidade de defender aqui, sem prejuízo de ter aprovado a Resolução, que me parecia uma solução mais adequada a aprovação de uma resolução orientadora dos temas a discutir e a atribuição dessa responsabilidade à Comissão Permanente dos Assuntos Parlamentares da Assembleia Legislativa Regional.

Tinha a visão de que teria sido uma maneira de aproveitar as competências da Comissão dos Assuntos Parlamentares, valorizá-la e talvez tornar alguns destes trabalhos menos “dramáticos” do que foram em termos finais.

De qualquer modo não é essa a questão que agora estamos a discutir. Foi feita a apresentação do relatório final.

A primeira nota que queria fazer era chamar a atenção para quem de direito – e entenda-se desde logo que este a quem de direito é o plenário, a Mesa e os órgãos da Assembleia – para a necessidade das recomendações constantes neste relatório terem o devido seguimento nos aspectos subsequentes e nos aspectos práticos.

Penso que esta recomendação – e tomo a liberdade de o dizer sem ofender ninguém – será muito importante para dar consistência ao esforço e ao trabalho que foi feito.

Por outro lado, gostaria de deixar algumas notas sobre alguns aspectos do conteúdo do relatório.

A questão porventura mais esperada, com mais impacto, com maior importância externa e maior importância na perspectiva de não perdermos tempo ou não ficarmos fora do tempo que hoje é o tempo em que estamos, é a questão do Canal Parlamento. No que respeita à recomendação que consta do relatório está bem tratada. Está expresso na recomendação que a Comissão recomenda que o Canal Parlamento funcione, a título experimental, até ao fim da presente legislatura, o que quer dizer que é para funcionar nesta legislatura o mais breve possível, no contexto dos trabalhos que agora faltam fazer, que não são muitos para que possa ser operacionalizado esse período experimental.

É óbvio que antes tinha uma conclusão que podia ter – e na minha opinião não devia ter e os Srs. Deputados vendo o sentido de voto na especialidade percebem isso – uma leitura absolutamente dúbia para uma conclusão que tem valor de recomendação.

Não era a Comissão que estava a decidir, estava a concluir dos seus trabalhos impondo aquela condicionante que pode ter uma leitura dúbia, para o que é muito importante que a maioria que introduziu essa condicionante possa clarificar de forma clara esta situação.

Os outros temas que foram vistos na Comissão são todos importantes. Alguns foram iniciados na anterior legislatura e há outros que foram iniciados nesta legislatura. São aspectos importantes para a projecção que a Assembleia possa vir a ter e é necessário que as recomendações sejam tidas em conta.

Permitam-me que realce dois aspectos:

Foi importante para o funcionamento desta Comissão e para os seus resultados, que ela tenha sido presidida pelo Sr. Deputado Humberto Melo, na medida em que o Sr. Deputado domina e tem um conhecimento muito directo, pelas funções que já desempenhou, do ponto da situação dos problemas.

Não queria deixar de fazer esta referência em plenário, porque esta presidência da Comissão valorizou o trabalho da Comissão de forma absolutamente clara.

Para terminar, muito sucinta e brevemente, faço votos que quem tem que executar as recomendações, seja apesar de tudo tão eficaz como a Comissão foi.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu iniciaria fazendo os mesmos votos que fez o Deputado José Decq Mota.

Gostava de referir, em relação àquilo que foi dito pelo Deputado Paulo Gusmão, digníssimo representante da ultra-direita parlamentar, que aquilo que o senhor sinalizou foi objecto de discussão na Comissão.

Nós entendemos que em relação às videoconferências deve prevalecer a vontade da maioria.

Quanto ao aspecto que o senhor refere, chamaria a atenção que nós falamos na Comissão que o eventual boletim deverá conter a síntese dos trabalhos da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, portanto, suficientemente abstracto para poder ser tratado de uma forma que se entenda mais correcta no futuro.

O Deputado Joaquim Machado revelou aqui um aspecto que nós também tratámos e está relacionado com o volume de papéis que nós temos para trabalhar. Nós partilhamos dessa preocupação e o PS indicou alguns modelos e algumas empresas de referência.

O estudo destas metodologias pode ter alguma repercussão e alguma melhoria significativa nos trabalhos da Assembleia, só que quanto aos Deputados há sempre a reserva e o direito de utilizarem o suporte físico, o papel. Há aqui um problema de foro legal, em determinados documentos.

Em nosso entender, essa preocupação é válida mas tem que ser tratada de forma gradual, tentando introduzir essas melhorias que a Comissão tratou e que o relatório espelha.

Em relação ao que se prende com o Canal Parlamento, o PS teve oportunidade de referir que reafirma a sua vontade política de implementar esta medida.

Uma vez que não foi lido o relatório, gostaria de referir que o que vem lá referido em relação a esta matéria dissipa qualquer dúvida. O primeiro ponto da recomendação refere: “A implementação de um Canal Parlamento que funcione a título experimental até ao final da presente legislatura”.

Portanto, não restem dúvidas que o PS trabalhou sempre no sentido de se vir a implementar este instrumento.

É verdade que em determinadas alturas nós enfatizamos muito o enquadramento financeiro relacionado com o custo desta medida, mas achamos que assim é que deveria ser e, como tal, foi isso que se fez.

O Sr. Deputado Joaquim Machado colocou aqui as coisas parecendo que o PS tinha algum interesse em, através de uma habilidade de redacção, criar uma porta de saída evitando a criação desse instrumento e eventualmente ocultando aos açorianos o que se passa aqui dentro.

Gostaria de rebater por completo essa insinuação.

Nós consideramos, e isso foi dito na Comissão, que a criação do Canal Parlamento é uma exigência da democracia. Consideramos que os açorianos têm todo o direito de saber quais são as decisões que nós tomamos nesta Casa e o próprio processo decisório que leva a essas decisões.

O PS aborda estas questões com grande preocupação e com grande determinação.

Mas é verdade que tudo isso tem custos. A própria solução que é recomendada não é a solução ideal e todos nós sabemos disso.

Há aqui um caminho que é apontado e o PS reitera essa vontade e considera que a questão dos custos não pode ser dissociada da implementação desta medida, porque, se me permitem e a jeito de finalização, já andam para aí algumas pessoas a dizer que não concordam que a difusão dos trabalhos se faça através da TV Cabo.

A solução que nós consideramos é uma abordagem do problema, é uma perspectiva que nós tivemos e digo nós porque foi consensual.

Há aqui soluções de compromisso tendo em vista os custos elevadíssimos que isso acarreta.

O Sr. Deputado Joaquim Machado também falou no tecto de partida, mas isso foi um tecto que serviu para nós caminharmos em frente, estudarmos o dossier e percebermos afinal de contas quais eram os custos reais e efectivos da implementação desta medida.

Felizmente que se verificou aquilo que nós considerávamos como possível.

O custo andarà à volta daquele valor que o Sr. Deputado disse, os 600 mil euros.

Nós consideramos que será possível que o custo seja um pouco abaixo desse montante.

Os três partidos manifestaram alguma dúvida em relação ao PS estar agora a querer camuflar uma intenção de não dar cobertura política a esta medida. Isso não é verdade.

Sr. Presidente, para terminar, apenas gostaria de reafirmar a vontade política do PS em tudo fazer, neste enquadramento financeiro, para que possamos contar com o Canal Parlamento o mais breve possível.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas palavras para agradecer aos Srs. Deputados a amabilidade que tiveram em classificar o trabalho da Comissão, mas eu queria devolver a todos os membros da Comissão os elogios.

Foi um trabalho colectivo, foi de todos e foi o trabalho possível.

O mais importante nesta hora é que o relatório da Comissão seja assimilado por quem tem o dever de executar as recomendações ou as orientações, seja a Mesa, o Presidente, os Grupos Parlamentares ou os deputados de per si.

Parece-me que esse é que foi o objectivo que esteve subjacente ao trabalho da Comissão e foi com esse espírito que todos os Srs. Deputados lá estiveram a trabalhar durante todo esse tempo.

Gostaria de prestar um esclarecimento ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que numa declaração de voto fez transparecer que os Deputados do PSD, numa certa fase do processo, teriam dito que a abandonariam a Comissão. Não foi isso que aconteceu. Se o rumo dos trabalhos não fosse num determinado sentido, eu não asseguraria a presidência da Comissão nem o relator asseguraria o respectivo trabalho. Que isso fique bem claro!

Julgo que depois de tudo o que aconteceu encontrámos o rumo certo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados. Está debatido o nosso relatório relativo ao trabalho da Comissão “Uma Nova Assembleia para o Novo Século”.

Deixem-me dizer que somos todos responsáveis por isso, designadamente a Mesa e a Presidência da Assembleia que irá estudar este relatório com muito cuidado e tentar levar à prática as recomendações que aqui são formuladas. Espero contar com a disponibilidade de Vs. Exas. para todos os apoios que forem necessários para executar muitas destas recomendações.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas (FRAE).**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Fundo Regional de Abastecimento foi criado através do Decreto Regulamentar nº 6/78/A, aprovado por esta Assembleia Regional. Posteriormente, foi alterado em 79 e mais tarde em 88.

A partir de 98 o Fundo Regional de Abastecimento começou a ter uma atribuição diferente que não estava lá instituída, mas por facilitação do sistema de pagamento dos sistemas de incentivos a nível nacional.

Os sistemas de incentivos a nível nacional, quer seja o SAJE, o RIME e o PROCOM, foram pagos através de contas de ordem, do Fundo Regional de Abastecimento.

Mais recentemente o SIME (Sistema de Incentivos à Modernização das Empresas) e o SIFTUR do Programa Operacional de Economia, também foram pagos através do Fundo Regional de Abastecimento.

Por outro lado, a partir de 97, começaram a ser atribuídos os primeiros incentivos do II Quadro Comunitário de Apoio (o SITRAA e o SIRAPA), que têm uma componente a fundo perdido e têm uma componente de empréstimo reembolsável, componentes estas que são candidáveis a fundos estruturais da Comunidade Europeia.

A Comunidade Europeia exige que a componente reembolsável seja novamente aplicada a sistemas de incentivos. Neste momento são entregues ao Tesouro que de uma forma genérica divide pelo Orçamento e pelo Plano, o que irá cumprir sempre esta regra porque todos os anos temos um conjunto de verbas acrescido para os incentivos.

Uma maneira muito mais clara e limpa seria encontrar uma forma para a parte dos incentivos que é reembolsável ser uma receita própria do Fundo Regional – aqui terá

um nome diferente – de Apoio às Actividades Económicas, para depois ser integrado no sistema de incentivos regionais.

Basicamente este decreto legislativo visa dois objectivos: primeiro permitir que o Fundo Regional de Abastecimento seja mudado para Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas (passa a ter todas as atribuições que tinha antes mais uma que é receber os incentivos, a parte reembolsável, e ser uma instituição a pagar os Sistemas de Incentivos Regionais e os nacionais); segundo, cria um quadro próprio, porque o Fundo Regional de Abastecimento não tinha.

Trata-se de um Decreto Legislativo relativamente simples. Há uma mudança de nome, mantêm-se as atribuições anteriores; dá-se mais uma atribuição que vai permitir agilizar o sistema de pagamento dos sistemas de incentivos regionais e cria-se um quadro próprio fidelizando, as pessoas que estão a trabalhar no Fundo Regional de Abastecimento àquela instituição.

Foram consultados o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e o SINTAP que terá a sua aprovação. Foi proposto à Comissão. A Comissão analisou essa orgânica, houve alterações propostas pela Comissão de Economia que nós aceitamos todas elas, porque vêm melhorar o texto.

Penso que na sua generalidade seria isto a expor do Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas que, no fundo, vem mudar o nome a um instituto que tem como objectivo apoiar todas as actividades económicas em geral, permitir custear as políticas de abastecimento de bens essenciais à população das diferentes ilhas do Açores, que é o que costuma fazer, promover a instalação e o apetrechamento de infraestruturas de armazenagem, nomeadamente na área dos combustíveis, colaborar com outras entidades públicas na definição da política de formação de preços e agora uma nova atribuição que é assegurar o processamento e pagamento dos apoios financeiros atribuídos ao abrigo dos diversos sistemas de incentivos, de âmbito regional e nacional, cuja gestão na Região seja da responsabilidade da Secretaria Regional da Economia.

Basicamente é isto. Acrescenta-se mais esta atribuição e permite-se que haja uma receita que constitui receita do FRA, o produto da liquidação de dívidas relacionados com os incentivos abrangidos pela alínea e) do custo dos Sistemas Regionais,

designadamente as da amortização dos custos tidos a título reembolsável e dos decorrentes da execução de outras obrigações por parte dos promotores.

Com essa atribuição muda-se um pouco o contexto do Fundo Regional de Abastecimento, passando a designar-se Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos a analisar, na nossa opinião, não é tão simples como aquilo que o Sr. Secretário pretendeu explicar.

Ela não pretende apenas criar um quadro próprio de pessoal para o Fundo Regional. Além de passar a ser um fundo autónomo, aquilo que se percebe do diploma é que vai servir para fazer a gestão financeira dos sistemas de incentivos.

Não estamos contra, antes pelo contrário, que o Governo tente encontrar fórmulas de pagar atempadamente aos empresários com base nos projectos que estes têm aprovados. Isso é óbvio. Nós já tivemos aqui longas discussões sobre essa matéria, ao longo dos últimos anos.

Por vezes chegam à praça pública questões que têm a ver com esses atrasos.

É óbvio que estamos sempre disponíveis para tentar encontrar fórmulas para que esses pagamentos sejam actualizados, mas pensamos que ao longo do tempo este assunto já foi trazido e depois de todos os alertas que já fizemos nesta matéria, já houve mais do que condições para resolver este problema sem ter agora que criar um fundo que vai resolver um problema que se calhar podia ter sido resolvido de outra maneira, mas começa-se a criar uma maneira para termos mais endividamento indirecto para a Região Autónoma dos Açores. É isso que tememos.

Embora entendamos que é importante fazer os pagamentos aos empresários, não podemos passar mais uma carta branca ao Governo nesta matéria, porque sempre foi negado pelo Governo haver dificuldades nesta área.

Agora, por via indirecta, está reconhecendo que tem dificuldades e está criando aqui um esquema para poder arranjar financiamento, eventualmente no futuro, por via da

dívida indirecta, para poder fazer face aos compromissos que não conseguiu satisfazer, negando problemas nessas áreas ao longo dos últimos tempos.

A posição do Grupo Parlamentar do PSD em relação a este diploma é de abstenção.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional que se encontra neste mesmo em apreciação visa essencialmente tornar o Fundo Regional de Abastecimento num instrumento moderno e dinâmico.

Propondo-se a atingir esses objectivos, estende as atribuições do Fundo Regional de Abastecimento, altera a sua designação, cria novas receitas e estabelece um novo enquadramento para o pessoal, aumenta as atribuições e aumenta as receitas do próprio organismo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com esta metodologia e entende que vai acelerar, como foi referido pelo Sr. Secretário Regional, o procedimento relativo aos pagamentos dos Sistemas Regionais de Incentivos.

Portanto, vai votar favoravelmente a presente proposta não se coibindo contudo de propor algumas propostas de alteração na especialidade ao presente diploma.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer que o Fundo Regional de Abastecimento passa a ter uma nova designação que é Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas. Fica com uma forma mais ágil, porque tem capacidade de pagar os sistemas de incentivos.

Devo dizer-vos de uma forma muito concreta que não há significativos atrasos no sistema de incentivos. Os sistemas de incentivos na área do turismo estão todos em dia e na área das Câmaras de Comércio existe um processo de pagamento que só agora é que pode ser pago devido à passagem do II Quadro Comunitário de Apoio

para o III Quadro Comunitário de Apoio, mas isso é difícil de entender para muita gente.

Há aqui um pormenor importante: todos os incentivos tinham uma componente reembolsável e são bastantes. Basta só dizer que no SITRAA, um hotel que custava 1 milhão de contos, tinha um incentivo que andava à volta dos 600 mil contos, 120 mil contos eram a fundo perdido e 480 mil eram de empréstimo reembolsável. Desta forma entra para o Fundo Regional das Actividades Económicas que injecta novamente nos sistemas de incentivos.

É um processo dedicado aos sistemas de incentivos. Portanto, parece-me claro e objectivo.

Não havia nenhuma ilegalidade anteriormente, como também não há agora.

Deputado Humberto Melo (PSD): Ninguém está a dizer que é ilegal!

O Orador: É uma questão simples de agilizar um processo.

O orçamento do Fundo Regional de Abastecimento é uma proposta aprovada anualmente aqui.

Deputado Humberto Melo (PSD): Se está tudo tão bem, não sei porque apresentam esta proposta!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Habituei-me a ter em conta um dado lateral quando estamos a apreciar iniciativas nesta Assembleia. O dado lateral é quando aparece uma coisa mais ou menos caída do céu, com prazos muito curtos para serem discutidos. Essa situação funciona para mim como uma espécie de campanha de alerta.

(Risos da Câmara)

Foi exactamente o que aconteceu. Não foi cometida nenhuma irregularidade e eu não estou a fazer qualquer acusação nesse sentido. O que aconteceu concretamente é que esta proposta entrou nos primeiros dias deste mês, o Sr. Presidente sabia que a Comissão de Economia ia reunir e deu um despacho dando um prazo de 8 dias para

que o diploma fosse apreciado. Portanto, teria sido um processo muito mais célere se o Governo a tivesse feito acompanhar de um processo de urgência.

De facto, em menos de 15 dias o diploma foi à Comissão. Fez-se o relatório, o qual foi aprovado pela maioria na Comissão e hoje está presente nesta Sessão.

As campanhas tocaram, confesso-o com toda a franqueza e exactamente por essas campanhas terem tocado eu queria levantar algumas questões.

Sem querer antecipar de forma nenhuma a discussão na especialidade, gostaria de dizer que o juízo que se faça sobre um diploma, tem que se fazer sobre os objectivos de carácter geral dele, mas também sobre a sua própria construção.

É nesse contexto, na construção do diploma, que sobressai alguns problemas, uns maiores que outros. Uns potencialmente mais sérios, mas iria tentar colocar resumidamente dois ou três.

Na alteração que vem em relação ao índice deste Fundo Regional de Abastecimento, há o desaparecimento do Conselho Directivo e a criação do Conselho de Administração. Mas, repare-se: não é um Conselho de Administração, é um Presidente de um Conselho de Administração com categoria de órgão e depois de um Conselho de Administração.

Aqui pergunta-se: e o Conselho Directivo não funcionou bem? Teve impecos no seu funcionamento? Qual a razão prática desta mudança?

Mais sério do que isto é o facto do ponto 2º deste mesmo artigo prever que as competências dos órgãos do FRAE são estabelecidas por Decreto Regulamentar Regional. Não se trata de uma organização interna, não se trata do seu modo de funcionamento. Trata-se das competências do órgão. Aí entramos numa matéria que penso que, do ponto de vista legislativo, é complicada.

Por outro lado, o artigo 4º levanta um problema potencialmente mais importante e um problema que motivou esta súbita urgência do Governo a meados do ano e antes de ter planos e orçamentos para o próximo ano aprovados, ter este documento aprovado, ou seja, a possibilidade que é aberta deste organismo poder contribuir para a desorçamentação de situações, poder contribuir, através de recurso ao crédito, para que determinadas verbas não tenham que estar no orçamento regional. Esta situação não deixa de ser grave, porque são receitas do FRAE as verbas inscritas no

orçamento da Região, tal como diz a alínea a) e o produto de empréstimos ou de outras operações de crédito, referido na alínea e).

É evidente que esta situação pode ser orientada de maneira a que a verba correspondente à alínea a) seja menor do que seria necessário para as funções que estão previstas e recorre-se depois à alínea e). Fica tudo bem, mas a dívida regional indirecta vai aumentar.

Isto preocupa-me e coloco esta questão de forma séria e não queria deixar de a pôr numa época em que, como todos sabemos, há dificuldades financeiras de carácter geral e regional. Essas dificuldades financeiras levam e têm levado em muitos sítios a recursos expedientes que depois criam situações do “arco da velha”, como acontece no Orçamento de Estado, no Orçamento da Região Autónoma da Madeira, por exemplo, no que respeita às SCUTS com grande evidência.

Há outro tipo de esclarecimento que gostava que o Sr. Secretário fizesse o favor de dizer.

Está prevista a criação de um quadro próprio para o Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas e os mecanismos para que os actuais funcionários da Secretaria da Economia que prestam serviço no Fundo Regional de Abastecimento possam transitar para esse quadro.

Eu gostava de ter a ideia de como é que isto se processa em termos do volume do quadro e em termos da sua natureza, no que respeita à posição relativa em relação aos funcionários públicos que lá estão.

Há modificações aprofundadas? Não há modificações?

Se o Sr. Secretário puder dar alguma informação sobre isso, eu agradecia.

Antes de anunciar ou de definir qualquer posição final sobre isto, a bancada do PCP gostava ainda de ouvir algum esclarecimento adicional que o Sr. Secretário da Economia nos queira dar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu referi na minha intervenção inicial quais são os decretos regionais que estavam na génese do Fundo Regional de Abastecimento (o de 78, o de 79 e mencionei o de 88). O de 88 define claramente as competências do Presidente. Essas competências correspondem a um órgão.

Nós já aprovámos nesta Assembleia Legislativa Regional fundos regionais com esta mesma orgânica e estrutura. Nós copiámos um pouco a situação.

No Decreto Regulamentar de 88, no artigo 7º, vem referido qual a competência do Presidente. Diz exactamente o que é que compete especialmente ao Presidente do Conselho Directivo: convocar e dirigir reuniões, dirigir todos os serviços do FRAE, submeter a despacho do Secretário Regional da Economia, fazer executar e fiscalizar o cumprimento das deliberações, submeter as contas para apreciação do Secretário Regional das Finanças e ao Tribunal de Contas...).

No que diz respeito ao artigo 9º, deste mesmo decreto regulamentar, indica-se quais as receitas do Fundo:

“e) os empréstimos contraídos”.

Também diz, “o produto de empréstimo resulta das operações de crédito”. É exactamente a mesma coisa. Não se modificou absolutamente nada, apenas não se colocou o ponto 2 porque é redundante.

O Orçamento do Fundo é aprovado anualmente na Assembleia Legislativa Regional. No que diz respeito ao pessoal efectivo que temos a trabalhar no Fundo Regional de Abastecimento, eu não sei exactamente o número, mas anda à volta dos 6 ou 7 funcionários que vão transitar para outro quadro.

Na organização do Fundo Regional de Abastecimento cria-se algumas categorias que nós não temos, como por exemplo, um tesoureiro. O Fundo Regional de Abastecimento gere cerca de 6 milhões de contos, portanto, necessita de um tesoureiro e é a única maneira que eu tenho de poder pagar melhor a alguém que exerce essas funções e não pode receber o que lhe é devido, porque eu não tenho no quadro da Secretaria Regional da Economia essa categoria de pessoal.

Eu tenho que ter algum cuidado com as pessoas que estão a trabalhar com o Fundo Regional de Abastecimento, porque elas precisam de ter um quadro próprio, precisam de ter estabilidade e não são mais do que as mesmas pessoas que estão lá

que ficarão. Não há aumento de despesas de pessoal com essa mudança. Haverá uma atribuição ou outra, maior ou menor, conforme as situações, mas é uma coisa insignificante.

O Fundo Regional de Abastecimento foi criado com uma determinada filosofia. Nós estamos a ampliar essa filosofia, até porque nos foi solicitado, através do sistema de incentivos nacionais, que houvesse um organismo qualquer que servisse de correio para pagamento dos sistemas de incentivos regionais. É o que tenho feito com o SIME, SIFTUR, SAJE, RIME e com o PROCOM.

Naturalmente nós olhamos para esse processo e dizemos: este processo está a correr, por que é que não há-de correr bem para os nossos sistemas de incentivos de base regional?

Se existem sistemas de incentivos de base regional que têm uma componente reembolsável, por que é que esta componente não é adstrita directamente do Fundo Regional que agora terá o nome de Apoio às Actividades Económicas? Foi com este sentido que criámos este processo.

Todas as verbas que foram adstritas aos sistemas de incentivos e que são resultado de empréstimos reembolsáveis, só podem ser usadas para os sistemas de incentivos de base regional.

Portanto, não há qualquer desvio de verba de um determinado objectivo para outro objectivo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito sinteticamente para manifestar apenas a posição do Grupo Parlamentar do CDS/PP quanto a esta matéria dizendo, desde logo, que concebemos a boa vontade de pretender dar maior dinamismo e celeridade, nomeadamente à questão dos apoios financeiros ao abrigo dos sistemas de incentivos.

Acreditamos que será verdadeira a recomendação de que a nível nacional é pedido que isso seja feito com maior celeridade, mas também não deixamos de ter a preocupação de que isso não significa que tivesse de ser incluído na ampliação deste

fundo que já existia, porque ao fazê-lo e utilizando as mesmas receitas, uma das quais é essencial aqui, que é a questão dos empréstimos e de outras operações de crédito para esta matéria, estamos a ampliar a desorçamentação e a dar mais espaço às dívidas paralelas, aos orçamentos paralelos, àquilo que sai da nossa fiscalização normal; àquilo que sai das contas oficiais. Portanto, é mais um fundo a correr à parte.

Na prática fica-nos a dúvida se com isto, sobretudo com esta alínea e) do artigo 2º, o que não está a acontecer na prática é o Governo criar a possibilidade de politicamente dar hoje com muito maior facilidade, porque certamente quem irá pagar serão aqueles que no futuro tiverem que fazer face a esse endividamento.

Assim, é fácil. É fácil começar a dar, a endividar para incentivar e depois alguém que venha e pague essa mesma conta.

Portanto, conforme o Sr. Secretário muito bem referiu, no conteúdo e na estrutura, os vossos fundos têm sempre essa amplitude que foi aqui referida, mesmo em termos de estrutura organizativa, é um género de chapa 3.

É dentro desse mesmo espírito de chapa 3, que em relação a essas matérias e sempre que venham com esse espírito a nossa posição é sempre a mesma. Não apoiamos este diploma.

Presidente: Debatido na generalidade o diploma, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 14 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Para o artigo 1º há uma proposta de alteração que vem da Comissão. Segundo o documento chegado à Mesa, essa proposta é assumida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As propostas de alteração para o artigo 1º e para o artigo 2º prendem-se com melhorias na forma, não havendo alterações ao conteúdo.

Era apenas para deixar esta informação.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar a proposta de alteração. Essa proposta substitui na íntegra o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 1º foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 16 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 2º para o qual também há uma proposta de alteração para a alínea e), subscrita pelo PS.

Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 16 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida o corpo do artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 3º. Para este artigo, também existe uma proposta de alteração subscrita pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao nº 2 do artigo 3º, propõe-se o estabelecimento do prazo de 90 dias para a publicação do Decreto Regulamentar Regional a que se faz referência no mesmo número.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estando a discutir-se o artigo 3º não resisto a colocar uma questão.

São considerados órgãos deste organismo o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização e o Presidente do Conselho de Administração. Qual a razão objectiva do Presidente do Conselho de Administração ser considerado um órgão?

Gostava de ter uma explicação sobre isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque tem competências próprias, é considerado um órgão.

Presidente: Ao que parece trata-se de um órgão unipessoal.

Não havendo mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 16 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida o corpo do artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP e registou 16 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao artigo 4º. Para este artigo, também existe uma proposta de alteração subscrita pelo PS para o seu nº 2.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se apenas de uma alteração de fundo.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 16 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida o corpo do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Está aberto o debate para os artigos 5º e 6º, para os quais não há propostas de alteração.

(Pausa)

Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 5º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 6º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 7º. Para este artigo, há uma proposta de alteração subscrita pelo PS que substitui integralmente o artigo 7º.

Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Novamente uma alteração que visa clarificar a referência ao Decreto Regulamentar Regional. Trata-se do mesmo referido no nº 2 do artigo 3º. Daí que se procedeu a esta clarificação.

Obrigada.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 16 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 8º. Para este artigo também existe uma proposta de alteração.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão entendeu que o prazo de 60 dias úteis é excessivo para este procedimento que aqui se propõe, que é a passagem para o quadro de pessoal que fará parte do Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas.

Daí que se propõe a passagem do prazo para 60 dias consecutivos.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Está aberto o debate para o artigos 9º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Para o artigo 10º há uma proposta de alteração subscrita pelo PS.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 10º foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, com 27 votos a favor do PS, 17 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata absteve-se na votação deste diploma com o entendimento de que é fundamental que a economia açoriana funcione e para isso é importante que os empresários possam receber atempadamente as verbas que têm direito.

Todos nós sabemos que há atrasos significativos nessas verbas e entendemos que era importante que este diploma fosse aprovado para que essa situação se regularizasse.

Por outro lado, não deixamos de considerar que com este diploma há o perigo claro de desorçamentação em relação às verbas e aos empréstimos do Governo Regional dos Açores.

Este diploma funcionará como uma possibilidade do Governo contrair mais empréstimos, não funcionando através do Orçamento Regional.

Deputado Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP absteve-se neste diploma por entender ele se insere num tipo de documento e de medidas que por ter reflexos no funcionamento da economia e por reflexos nas finanças públicas, deveria ter tido uma mais atenta e atempada discussão prévia.

As dúvidas do Grupo Parlamentar do PCP não foram desfeitas no debate.

A opção possível que tínhamos era a de nos abstermos. Foi o que fizemos.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Administração Regional o regime do Decreto-Lei nº 55/2001, de 15 de Fevereiro, alterado pela Lei**

89/2001, de 10 de Agosto (Regime das carreiras do pessoal que exerce a sua actividade nos domínios da museologia e da conservação e restauro.

Está aberto o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para proceder à sua apresentação.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima apresentação deste diploma.

Trata-se, em matéria de função pública, de uma determinada carreira, a nível da museologia, da conservação e restauro.

O regime geral nacional, uniforme a este nível das carreiras da função pública, visa adequar e adaptar a legislação e os quadros regionais deste tipo de categoria àquilo que aconteceu a nível nacional, ou seja, visa basicamente permitir que mediante o cumprimento de determinados requisitos, as pessoas que se encontrem na situação e na categoria de conservador principal, possam e devam transitar para a nova categoria criada de conservador assessor.

Em termos formais deve ser feito, através desta forma de decreto legislativo regional. É isto que o Governo Regional, ao propor este diploma, visa acautelar no sentido destes trabalhadores não serem prejudicados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como disse o Sr. Secretário Regional, trata-se de uma mera adaptação.

Como Presidente da Comissão de Política Geral, gostaria de justificar a demora que este diploma teve a nível da Comissão. Porque se trata de legislação de trabalho, tivemos que fazer a consulta pública às associações sindicais e comissões de trabalhadores.

Também gostaria de esclarecer que dessa consulta pública nada resultou, porque nos serviços da Assembleia não entrou qualquer parecer sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional

Já agora, que estou no uso da palavra, também referiria que no âmbito da Comissão, foram assumidas algumas propostas de carácter mais formal, não de conteúdo, apresentadas pelo Partido Socialista e que estão plasmadas no relatório que está nas vossas mãos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a aplicar à Região o Decreto-Lei 55/2001, segundo creio na sua totalidade. Ao dizer que se aplica à Região, ele aplicar-se-á integralmente.

Vou colocar uma questão que tenho procurado analisar. Neste momento não tenho conclusão sobre ela e gostaria que o Sr. Secretário, uma vez que aprofundou mais este diploma do que eu, me elucidasse.

Tenho a impressão que a categoria de auxiliar técnico de museologia não se encontra no decreto nacional.

Se está, aplicar-se-á a tabela dessa categoria profissional na Região Autónoma dos Açores, de acordo com o Decreto nacional, mas gostaria de ter a certeza de que efectivamente ela está contemplada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, o Governo propõe-se aplicar aos serviços da Administração Regional o regime das carreiras do pessoal que exerce a sua actividade nos domínios da museologia, da conservação e do restauro, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional 55/2001, de 15 de Fevereiro, aplicação esta que decorre designadamente do disposto do nº 3 do artigo 1º, do já referido Decreto-Lei.

Por ser assim, esta proposta de diploma merece o apoio da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e terá naturalmente o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu não sei se percebi exactamente a sua dúvida. Se bem percebi o Sr. Deputado referia-se ao facto de haver uma categoria específica regional que não consta do diploma nacional.

Essa categoria continua a reger-se, como categoria regional, pelas normas regionais. O que se passa é que este diploma, para categorias comuns e também existentes na Região, prevê um novo carácter de carreira e prevê nomeadamente uma nova categoria.

Este diploma visa adaptar o diploma nacional e permitir àqueles que na Região tinham determinadas situações jus funcionais, nomeadamente a de conservador principal, o acederem à nova categoria que é a de conservador assessor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na generalidade estamos de acordo com o decreto que estamos a apreciar. Penso que em relação àquela categoria específica que o Sr. Secretário coloca, tudo bem. Aliás, é uma melhoria no acesso a uma categoria profissional a que têm direito essas pessoas.

Dá-nos a impressão que se tem que encarar esta problemática dentro de todo o quadro de pessoal existente nos museus na Região Autónoma dos Açores, porque a legislação nacional aplica-se a todo o quadro de pessoal de todos os museus nacionais.

Portanto, ao ser aplicado na Região Autónoma dos Açores é extensivo à nossa Região.

De um modo geral e na generalidade, nós vamos votar favoravelmente.

Presidente: Vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade.

O Partido Socialista fez chegar à Mesa um documento em que subscreve as alterações feitas em Comissão

Passamos ao debate do artigo 1º para o qual existe uma proposta de alteração que substitui na íntegra o actual artigo 1º, apresentada pelo Partido Socialista.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 1º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberto o debate sobre o artigo 3º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate sobre a proposta de aditamento designada por artigo 2º-A, norma revogatória.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à proposta de aditamento designada por artigo 2º-B, norma remissiva.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Projecto de Decreto Legislativo Regional “alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 9/81/A, de 29 de Junho, que elevou à categoria de cidade a Vila da Ribeira Grande.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional n.º 9/81/A, de 29 de Junho, elevou à categoria de cidade a então Vila-Cidade da Ribeira Grande, tendo como pressupostos o seu passado, o seu património cultural, a sua vitalidade económica e no contexto açoriano o mérito de ver alargados os seus limites e dignificada a sua categoria como segundo pólo de desenvolvimento da ilha de S. Miguel.

Os limites da cidade definidos por este decreto legislativo englobaram a malha urbana de parte da freguesia da Ribeirinha, as malhas das freguesias de Matriz,

Conceição e Ribeira Seca, deixando de fora a freguesia de Santa Bárbara, tão circunvizinha quanto as integradas nos limites da cidade.

A 24 de Setembro de 1996, os vereadores do Partido Socialista apresentaram na reunião ordinária da Câmara Municipal uma proposta para que a freguesia de Santa Bárbara fosse englobada no conjunto das freguesias que constituem a Cidade da Ribeira Grande. Passados seis anos encontramos unanimidade nos diversos órgãos autárquicos, desde a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, passando pelos órgãos de freguesia Junta e respectiva Assembleia. Importa neste momento integrar e satisfazer os anseios das populações manifestados pelos seus órgãos autárquicos.

Pela sua história, pela sua aproximação geográfica e pelas suas relações económicas e sociais, Santa Bárbara sempre esteve integrada no que chamamos limites da cidade da Ribeira Grande, se tivermos em conta que era um lugar da freguesia da Ribeira Seca, hoje freguesia pelo Decreto-Lei n.º 264/71, de 18 de Junho.

A freguesia de Santa Bárbara ao ser integrada nos limites da cidade potenciará novas perspectivas de desenvolvimento, primeiro porque os instrumentos de planeamento territorial para a cidade passarão a incluir obrigatoriamente a freguesia e porque fazendo esta, parte integrante da cidade, os responsáveis autárquicos olharão de forma diferente para ela, de modo a que o desenvolvimento de toda a cidade se faça de forma integrada e harmoniosa.

A proposta agora em discussão acolheu ainda o parecer da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da sua Assembleia Municipal no sentido de serem introduzidas alterações no que concerne à inclusão da praia de Santa Bárbara e terrenos limítrofes, bem como as alterações dos limites sul e nascente da freguesia da Ribeirinha, colocando-se desde modo toda a sua malha urbana nos limites da cidade. Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para marcar, em nome do Partido Social Democrata, e manifestar o nosso apoio à proposta agora em discussão nesta Assembleia.

A nossa perspectiva é de que a freguesia de Santa Bárbara se integra na malha urbana do concelho da cidade.

Pensamos que essa integração vem beneficiar o futuro desenvolvimento da cidade e da própria freguesia.

Quero aproveitar para desejar aos ribeiragrandenses e aos órgãos autárquicos muitos parabéns e muitas felicidades, uma vez que dentro de poucos dias estão a celebrar o seu 21º aniversário, mais concretamente no dia 29 de Junho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para marcar a posição do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A nossa posição sobre este Projecto de Decreto Legislativo Regional do Partido Socialista é de aprovação.

Ele não só corresponde ao sentir das populações, como tem repercursão prática, principalmente no que respeita à validade do Plano de Urbanização da cidade. A utilização dos instrumentos de planeamento previstos, pode ser importante para a cidade da Ribeira Grande.

A cidade da Ribeira Grande é uma das 5 cidades da Região.

A cidade da Ribeira Grande tem tido um processo de desenvolvimento que se é verdade que é marcado pela proximidade de uma cidade maior, que é Ponta Delgada, é também verdade que tem tido capacidade suficiente de afirmação para se poder dizer com segurança que está num processo de crescimento e de expansão a vários níveis.

Esta decisão da Assembleia Legislativa Regional pode consolidar e ajudar a que esse desenvolvimento se faça, por isso é uma boa decisão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para manifestar que o CDS/PP vai votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados com concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade.

Para o artigo 1º, existe uma proposta vinda da Comissão e subscrita pelo PS que substitui na íntegra o artigo 1º.

Como podem verificar o artigo 1º refere-se ao nº 2 do diploma anterior.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º - entrada em vigor.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Srs. Deputados, uma vez que estamos a debater diplomas que se referem às autarquias locais, parece-me oportuno saudar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Lajes, da Ilha Terceira, que está presente neste hemiciclo.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Elevação da freguesia das Lajes, no concelho da Praia da Vitória, à categoria de Vila”.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

AS LAJES MERECE SER VILA!

A freguesia das Lajes é uma freguesia nobre por excelência, cujo carácter tem persistido inviolável através dos tempos e a que diversas vicissitudes passíveis de alterar regras e costumes, não conseguiram pôr cobro.

Conhecemos as Lajes no tempo em que a Base ali instalada não tinha ainda atingido a movimentação de pessoas e bens que hoje nela se verifica; no tempo em que ainda existiam algumas pedreiras fornecedoras da cantaria que tanto apreciamos no casario do Ramo Grande, e guardamos dessa época, o sentimento de reverência que a frequência dos seus espaços mais nobres nos provocava.

Frequentámos a 4ª Classe naquele edifício da Junta de freguesia, no espaço onde hoje está instalada a Biblioteca *Professor Manuel Fernandes*. Deslocávamo-nos desde a Cruz de São Brás (na altura curato da freguesia das Lajes) até ali, única forma de conseguirmos completar a Instrução Primária, que ao tempo nem era obrigatória.

Os nossos avós maternos moravam ao Cabouco dos Ventos, o que nos permitiu manter uma ligação mais directa com as manifestações culturais da freguesia, desde a imponência das suas procissões, até às concentrações de pessoas e carros de toldo, nos bodos do Espírito Santo.

As suas Festas tradicionais, até por já terem o sabor a despedida de época (são sempre no início de Outubro) eram vividas com mais intensidade, nomeadamente a sua célebre Segunda-feira com tourada afamada, ou ainda a Terça-feira do Bodo de

Leite, cujos famosos cortejos promoveram por muitos anos a concentração de vários milhares de pessoas de toda a Ilha, o que motivou ter sido o dia Feriado Municipal do Concelho da Praia da Vitória.

Por sua vez o Carnaval sempre teve ali, quanto a nós, a sua expressão máxima, quer em relação à quantidade e qualidade das *brincadeiras* realizadas, quer na forma de receber e apreciar as que por lá passavam naqueles dias.

Os seus poetas populares, escritores consagrados de danças e bailinhos em rima, como o Sr. António Homem ou o Hélio Costa que à sua conta já escreveu mais de quinhentos enredos fazendo chorar e rir multidões através dos anos, atestam essa ligação profunda da freguesia das Lajes à festa do Carnaval.

Ouçamos, a propósito, o que diz o Hino da Freguesia, num poema maravilhoso da autoria de Ricardo Manuel de Sousa Martins:

*“Lajes de nobres tradições,
Com touradas e alegria,
Com bodos e procissões
E Carnavais de magia...”*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A freguesia das Lajes assenta sobre um vale muito fértil, onde por entre o verde da paisagem bordada com o cinzento dos muros de pedra que a dividem, aparecem as imponentes casas senhoriais com barras de cantaria, lembrando a existência das lavouras abastadas que trouxeram prosperidade às famílias tradicionais daquela zona.

Nos caminhos onde hoje se amontoam os automóveis, cruzavam-se os carros puxados por bois amarelos ou vermelhos, agigantados na enormidade dos seus corpos e com a força das *dezenas de cavalos* que hoje se comprimem nos pistões dos tractores, *cantando* com o peso das sebes de milho ou dos balseiros de uvas, ou

ainda das loiras espigas a caminho da debulha (primeiro na eira, depois na debulhadora) ou dos sacos de trigo a caminho de casa.

...E que bonito, no regresso do mato, ver passar aquelas *carradas de lenha* carregadas por mãos sabedoras, crescendo por cima dos bois até lhes passar à frente, num equilíbrio que nem de balança se tratasse, com o carro cantando tão alto como se quisesse convidar todos a virem admirá-lo na passagem...O segredo de tais carradas estava no *fazer o pé do carro* de forma a que depois de completar a parte de cima, este não ficasse pesado nem leve, conseguindo-se que o centro de gravidade caísse directamente sobre o eixo. Só os verdadeiros mestres o conseguiam fazer. Tudo isto para que não se molestasse demasiado os bois, com o carro ora a empinar-se, sufocando-os pela brocha, ou exercendo demasiado peso sobre a canga.

Atrás do carro e como complemento do travão (uma forte vara de eucalipto que era puxada de encontro a uma das rodas), seguia uma junta de vacas, que iria ser utilizada nas descidas mais acentuadas. Com o *cambo* virado ao contrário no *tamoeiro* e a corrente preza na traseira do carro, elas eram obrigadas pela *cepa da aguilhada a ligar a tracção às oito patas*, retardando quanto possível o andamento do carro, ao segurarem a canga com a parte de trás dos chifres.

Lá ia assim a lenha até à *cafua*, onde ficava a aguardar a vez de ser queimada debaixo do tacho ou no forno de cozer pão. Em ano de *função*, tinha de ser em maior quantidade (contava-se para isso com a ajuda dos amigos), para cozer *aquela* Sopa do Espírito Santo e *aquelas* Alcatras, que as mãos *divinas* dos *marchantes* e das *mestras* do Ramo Grande, ainda sabem fazer como ninguém...

Os lavradores eram prezados nos trabalhos de carrear, bem como no amanho das terras ou na limpeza dos prédios, caprichando em *fazer bem feito* tudo aquilo que tinham de fazer.

Seria assim com certeza, em todo o lado, mas ali, atingia quase a perfeição. Era a forma de vida do Ramo Grande!

Os bois eram da raça Ramo Grande; as casas senhoriais barradas a cantaria, eram as casas denominadas Ramo Grande e as Lajes, ali ao centro, a freguesia mãe do Ramo Grande!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Não podemos, porém, falar de tradições do Ramo Grande, sem falarmos da **Cantoria**, tão do agrado da população terceirense. Neste aspecto, a freguesia das Lajes apresenta como seus expoentes na glória das **Cantigas ao Desafio**, o **José Cardoso Pato**, um pensador, um dos melhores da história do repentismo, nascido em 1863, de quem seleccionámos:

*“E os erros em mim são tantos,
Como a poeira da estrada,
Eu penso que digo muito,
Vou falar, não digo nada.”*

que bem poderia figurar num compêndio de princípios da humildade, que tanta falta faz a tanta gente...

O **Serafim das Pedreiras**, nascido em 1854, que em desafio com o José Cardoso Pato acima referido, dizia com espontaneidade e graça:

*“Hoje aqui ninguém te bate,
Ainda ontem me dissero,
Aqueles é porque não podem
E eu é porque não quero.”*

e o **Francisco Rodrigues Lima** (o Gaitada) nascido em 1916, de quem tomámos também a liberdade de seleccionar:

*“A minha cara enrugada
Muito me tem transtornado;
É testemunha calada,*

Daquilo que tenho passado.”

e a quem a doença impediu que ombreasse com o Charrua até ao fim. Actualmente as Lajes tem no **Andrade** e no **João Leonel** dois cantadores que não deixam os seus créditos por mãos alheias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os habitantes das Lajes, têm sabido ao longo dos anos, alicerçar as suas vidas sobre os mesmos princípios que inspiraram os seus antepassados, dando-lhes o cunho de modernidade que o evoluir dos tempos aconselha. Em perfeita simbiose com o passado, eles estão imprimindo solidez ao seu futuro.

Neste quadro se inclui a valorização do seu Património, através da recuperação dos Chafarizes da Ribeira da Areia; dos Malícias; do Largo de S. João; dos Remédios; do Cruzeiro; do Picão, com as pias de lavar no interior da Ribeira dos Pães e da bonita Fonte da Caldeira, com as suas pias de lavar primitivas. Um possível roteiro a aproveitar...

A Igreja, o **Triato** e a Dispensa, bem como a Casa do Espanhol e a Ermida dos Remédios, em cuja proximidade existiu a Praça de Touros **Nossa Senhora dos Remédios** inaugurada em 11 de Agosto de 1886, são motivo de orgulho para esta gente que sabe respeitar e admirar as obras de arte que herdaram do passado. Aqui se inclui também a Casa do Tio João do Martinho, de elevado valor histórico, onde está instalada a Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira, que funciona numa forma que consideramos exemplar.

Mas, para além das manifestações de índole popular e do respeito pela tradição, a freguesia das Lajes tem uma economia pujante, que transparece na sua Agro-Pecuária, no seu importante e moderno sector do Comércio, na crescente Indústria que possui e na interessante Restauração que se vai fixando.

A Casa Comercial de Ramiro Meneses, cujo prestígio conquistado através dos tempos, rivaliza com o das mais afamadas dos centros urbanos, lidera um conjunto

de empresas entre mais antigas e modernas, que contribuem para dar às Lajes o elevado grau de desenvolvimento económico que possui.

O mesmo se poderá afirmar em relação à indústria existente, desde a Moagem à Padaria e das várias Oficinas às diversas Empresas de Construção, as quais contribuem para uma elevada ocupação da mão-de-obra local e não só.

No seu conjunto, Comércio e Indústria a que devemos associar também a existência da Base como entidade empregadora, são responsáveis por que a freguesia das Lajes seja quiçá uma das freguesias rurais dos Açores com menos mão-de-obra ocupada no sector primário.

O Complexo Desportivo que a Freguesia criou para os seus jovens, dotando-o de infraestruturas físicas modernas; as duas Sociedades Recreativas com as suas brilhantes Filarmónicas, que são o reflexo do elevado grau de cultura que a Freguesia atingiu; o *Balho À'ntiga* que lembra com saudade *outras eras*; a Associação de Escuteiros fundada pelo Padre Lino Fagundes; os dois Grupos de Teatro existentes e a exuberante Tuna recentemente criada, são sinais exteriores que evidenciam estarmos perante uma Comunidade com uma vida cultural própria muito rica e dotada das estruturas necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

Tudo isto conduz à existência do elevado número de homens e mulheres licenciados, alguns deles doutorados, que muito se têm distinguido nos campos da Medicina, da Advocacia, do Ensino, da Engenharia, da Enfermagem, etc.

A par do Hino, concebido expressamente para cantar a Freguesia e de que não resistimos a proferir umas últimas estrofes,

*“Uma planície de cores vivas
Que fugazmente se expande,
De terras belas e produtivas
Denominada Ramo Grande.”*

Nome de ricas pedreiras

**Nosso marco mais antigo,
O celeiro das grandes eiras,
Dos campos de milho e trigo.”**

a freguesia das Lajes possui também os seus Símbolos Heráldicos, cuja bandeira tem sobre o verde do campo, a Laje, que lhe dá o nome, as Espigas de Trigo que lembram o celeiro que ela foi e as Asas Estilizadas, pela presença da Base no seu espaço.

A vida que ali se desenvolve, é em tudo compatível com a experiência adquirida no passado pelos avós e pais dos homens e mulheres que hoje se propõem distinguir a sua freguesia com o título de Vila, por sugestão do seu Presidente de Junta, Sr. Elmano Nunes, aqui presente e a quem saudamos.

A nós deputados, cabe-nos a distinta honra de satisfazer essa vontade, votando favoravelmente essa pretensão e fazendo votos para que tal distinção sirva de estímulo a outros cometimentos no futuro.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na qualidade de descendente de lajenses, tendo vivido os primeiros cinco e os passados seis anos de vida na freguesia das Lajes, cabe-me apresentar os fundamentos do Partido Social Democrata para votarmos favoravelmente a proposta ora em discussão.

«As Lajes era pão alvo
Agora é "olha o balão"
E toiradas "coisa braba"

Com favica pelo chão»

Com esta quadra da "Ilha Redonda" a mestria de Vitorino Nemésio identifica as principais marcas definidoras da freguesia que agora ascende a Vila.

A riqueza das terras do Ramo Grande que produzem os cereais que alimentam a ilha, a prosperidade e importância estratégica que a era da aeronáutica trouxeram à freguesia e por esta à Região e ao País e a dimensão festeira da primeira Vila dos Açores do século XXI, enchem de orgulho os lajenses e dão abastança e prestígio à ilha e ao arquipélago.

Tendo o início do povoamento organizado da Terceira começado pela Praia, sob os auspícios de Jácome de Bruges, é óbvio que a então designada povoação das Lagens terá sido das primeiras a surgir na ilha em meados do século XV.

Na obra histórica de referência das ilhas, *História Insulana*, o Padre António Cordeiro ao descrever a Capitania da Praia faz menção ao *"lugar que chamão Lagens, com a Parochial de São Miguel distante huma legoa da do Espirito Santo da Villa-Nova.*

Tem São Miguel das Lagens hum Vigario, hum Cura, e hum Beneficiado e duzentos moradores espalhados em Quintas, e entre elles, muito nobres, e ricos e de apellidos nobres; e he terra muito fertil de trigo, e vinho plantado em biscouto, que veio do interior da ilha, e chega ao mar fazendo uma caldeira, ou valle muito razo e fructifero (..).

D'aqui começa a correr junto ao mar, e por espaço de huma grande legoa, e com muita alta rocha, a Serra de Santiago, a que chamão de João de Teve, por este fidalgo ter sido de quasi toda ela senhor, com ser tão comprida, e ter hum quarto de legoa de largura, e dar em cima muito, e o melhor trigo da Ilha (..); e detraz da Serra, para a banda da terra, se segue hum grande valle, de que o dito João de Teve, e outro fidalgo Diogo Paim erão senhores, e tudo plantado de vinhas, pomares, e hortas, que fica sendo uma vista admiravel", espaço este a que corresponde hoje a Base que deu nome internacional às Lajes.

Foram vários os insignes lajenses que levaram longe o nome da sua terra, ocupando lugar de destaque Pedro de Barcelos a quem Gervásio Lima classificava como um dos "*precursores de Colombo na descoberta de terras do Novo Mundo*".

Não sendo o lugar mais povoado da Praia desde o início, as Lajes foram vivendo e crescendo sob a alçada da sede do concelho, evidenciando a sua importância com o aumento demográfico significativo que foi tendo, assumindo-se como o maior povoado rural da Praia em meados do século XVII com 202 contribuintes identificados, número que não deixaria de crescer, sendo de referir, designadamente, que no final do segundo quartel do século XIX tinha já 2663 habitantes.

O progresso demográfico, económico e social das Lajes foi sendo marcado por especiais momentos de sofrimento e destruição que, estimulando o ânimo e brio dos lajenses, eram seguidos pela recuperação e crescimento renovado que caracterizam historicamente as comunidades bafejadas pelo sortilégio do destino e pela força do seu povo.

Com os terramotos de 26 de Setembro de 1588, de 24 de Março de 1614 e 15 de Junho de 1841, a freguesia ficou completamente arrasada, exigindo e recebendo do seu povo e da generosidade das autoridades da época a reedificação que manteve o povoado nos níveis que o caracterizam historicamente. Por curiosidade e sinal para os nossos tempos diga-se que as 457 casas destruídas com o sismo que ocorreu faz no próximo Sábado 161 anos foram recuperadas num ano e meio.

Apesar de todas estas destruições as construções urbanas das Lajes são caracterizadas por uma traça peculiar que leva Vitorino Nemésio, em Corsário das Ilhas, a dizer que "*é difícil achar na Península Ibérica, e mesmo em França, um tipo de **habitat** rural tão nobremente urbano como o de certos pontos das ilhas dos Açores, e em especial a sub-região da Ilha Terceira chamada o Ramo Grande, em cuja planície cerealífera hoje irradiam as pistas colossais do aeródromo das Lajes. As casas mais afazendadas, e mesmo as de lavradores de meias posses, assentam poderosamente à beira do caminho, com as suas fachadas de tardoz, uma boa varanda de cantaria aparelhada anteparando a entrada, conservam as belas formas que os séculos XVIII e XIX lhes deram cheias de conforto e nobreza rural. (...)*

Está nelas o selo da antiguidade da gente na terra e afirme garantia da resistência á frivolidade e á corrupção ".

Para além da crise sísmica de Março de 1961, a última grande destruição das Lajes surgiu com a instalação dos ingleses na rica planície do Ramo Grande em 1941, espoliando terras e casas pelas quais sobreviviam e nas quais viviam grande parte dos lajenses.

Esta destruição que trespassou de dor a riqueza da eira da ilha, foi seguida pela nova vida que muitos lajenses encontraram nos empregos, abundância, prosperidade e orgulho que o "Cerrado grande" - a denominação pitoresca e descritiva que os locais encontraram para designar a nova fonte de riqueza - lhes deu.

E nesta altura que surgem imagens históricas nas quais se cruzam aeronaves aterrando ou descolando com animais trabalhando a terra pelos lavradores do Ramo Grande.

Assinado o primeiro acordo com os britânicos em 1943, as Lajes começaram a assumir a sua importância geo-estratégica evidenciando-se como uma plataforma crucial na II Guerra Mundial.

Passando da Inglaterra para os Estados Unidos da América, a Base foi-se tomando num especial meio de benefício da Região e do país, sendo o primeiro acordo celebrado a esse respeito com os norte-americanos em 1951.

Tal importância foi assumindo contornos decisivos no mapa geo-político do mundo com as agitações bélicas que surgiam em cada parte do planeta.

Foi assim com o transporte de marines para o Líbano em 1958, com o envio de capacetes azuis das Nações Unidas para o Congo em 1960, mas, sobretudo com a Guerra de Youm Kippur em Outubro e Novembro de 1973, com utilização intensiva da Base das Lajes.

Com tal uso a Base toma-se um motivo essencial do relacionamento internacional de Portugal com os Estados Unidos da América.

O próprio Secretário de Estado americano, Dean Acheson, ao fundamentar o convite para o nosso país integrar a NATO afirmava no Senado do seu país: "Portugal tem uma importância vital por causa dos Açores".

O conceituado estudioso José Freire Antunes adianta mesmo que *"a Base das Lajes tornou-se o mais poderoso factor na promulgação da política, dos Estados Unidos em relação a Portugal durante a vigência da Guerra Fria (1946-1989) "*.

Outro momento revelador da importância e centralidade das Lajes ocorreu com a Cimeira Nixon/Pompidou em 1971.

Sem pretender fazer uma abordagem histórica, feita, de resto, recentemente por um dos mais ilustres filhos das Lajes, o Professor Doutor Avelino Freitas de Meneses, ou sequer política da utilização de uma parcela essencial da localidade como Base militar, o que é certo é que uma parte importante dos benefícios que o país e a Região receberam dos Estados Unidos da América, na segunda metade do século passado, foi seguramente à custa da Base das Lajes.

Com o pesar e a angústia dos momentos de dor e com o orgulho das riquezas da freguesia, os lajenses sempre encontraram espaço e tempo para folgarem as alegrias da vida.

Vivendo intensa e rigorosamente as festividades em louvor do Divino Espírito Santo, sendo Mestres nas danças de Carnaval que encontram nas Lajes um especial foco de fulgor, com a dinâmica e sucesso das suas sociedades recreativas e filarmónicas e realizando com primor e brio as festas que encerram, com o brilho de qualquer fecho, o Verão terceirense alargado até Outubro, as Lajes encerram em si de forma particular o carácter festeiro da ilha redonda.

Com o desenvolvimento promovido pelos homens e empresas das Lajes, a freguesia tem vivido momentos de especial crescimento, para os quais tem contribuído decisivamente o Município da Praia da Vitória com investimentos significativos como o correspondente à histórica obra de saneamento básico e intervenção em todas as vias da freguesia orçada em cerca de um milhão de contos ou até no primeiro relvado sintético do concelho a inaugurar simbolicamente no dia 20 de Junho, data comemorativa da elevação da cidade da Praia da Vitória.

Com a riqueza da sua história, das suas terras e da sua localização, e com um Povo que foi o seu melhor intérprete e promotor, as Lajes alcançaram em séculos o título que hoje lhe é atribuído.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não é fácil suceder na tribuna, falando sobre a matéria que aqui nos traz, perante um ilustre lajense de nascimento, nosso ilustre colega Francisco Oliveira, e um residente na Freguesia das Lajes, já com criação.

(Risos da Câmara)

Qual o meu papel?!

Eu diria que nasci a olhar para as Lajes. Eu nasci na zona fronteira, lugar de Santa Luzia, mais precisamente Portão do Barreto, a palmas da nossa querida e estimada Freguesia das Lajes.

Depois de muito bem, exaustiva e brilhantemente relatados os aspectos culturais e históricos da Freguesia das Lajes, gostaria tão só de dar conta de que sob o nosso ponto de vista, não resta qualquer dúvida que a comunidade das Lajes, o verdadeiro coração do Ramo Grande, é inquestionavelmente uma das mais desenvolvidas do nosso meio, da nossa Ilha Terceira e da nossa Região Açores.

Em síntese, diria que em dimensão demográfica é a maior freguesia, não urbana, da Ilha Terceira e uma das maiores dos Açores (a 3^a ou a 4^a).

Tem, reconhecidamente pujança económica, como já foi muito bem referido, ao nível da sua pequena indústria, do comércio e da sua rica agricultura.

Inclusivamente, tem actividades na área dos serviços, o que para a matéria em apreciação é de relevância significativa, porque sendo uma comunidade próxima da sede do Concelho da Praia da Vitória, curiosamente tem o domínio, o predomínio e diria quase, nalguns casos, a exclusividade no fornecimento de serviços que são funções tipicamente urbanas e que não existem em sede do concelho na dimensão e

com a oferta desejável, surgindo exactamente nos subúrbios da sede do concelho a maior parte desses serviços na Freguesia das Lajes.

Tem uma forte tradição associativa e um reconhecido dinamismo social, desportivo e cultural. Não resta dúvida a qualquer observador.

Nós, pessoalmente, temos o gosto de historicamente estarmos presentes nessa sessão e de estarmos associados a este momento importante para aquela comunidade da Terceira e dos Açores. Temos a consciência de que inclusivamente, no nosso dia a dia, somos frequentes consumidores desses serviços sedeados na Freguesia das Lajes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez clarificado este ponto, gostaria de dar conta de que iniciativas com o mérito desta e de outras – vamos ter uma sessão repleta de elevações – dignificam todos nós, se tiverem o enquadramento que permita objectivar ao máximo essa importante nobre função que cabe ao Parlamento da Região Autónoma dos Açores.

Curiosamente não posso deixar de reflectir convosco o seguinte: Nas últimas dezenas de anos, nomeadamente após o 25 de Abril, que é uma data de referência para a nossa democracia, será bom pensarmos que ninguém se atreveu a desqualificar um concelho, uma vila ou uma freguesia, mesmo quando nalguns casos estas últimas já nem têm população que lhes permita eleger os respectivos dirigentes ou meios de subsistência ao pagamento dos seus corpos administrativos.

Sob o nosso ponto de vista importa que o legislador, além do momento alto, cultural e histórico de cada uma das situações em si, tenha a preocupação de seleccionar e enquadrar as iniciativas que vão naturalmente ocorrer.

Passando os olhos pelo Decreto Legislativo Regional que define os critérios para a elevação de freguesias a vilas, faço lembrar que basta que uma freguesia obedeça cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) ter uma população não inferior a 2000 habitantes; (os Açores, cerca de 50% das nossas freguesias satisfazem esse requisito de população)

b) ter 50% da população activa afectada aos sectores secundário e terciário; (felizmente temos nos Açores um número muito significativo de freguesias que vêm respondendo a esse requisito)

c) ser detentora de notável passado histórico e artístico; (graças a Deus temos mãos cheias de freguesias que satisfazem esse requisito)

d) possuir desenvolvimento comercial, industrial e cultural manifestamente superior ao das freguesias vizinhas; (não nos parece difícil elencar um conjunto de situações, em todas as ilhas dos Açores, em que isto acontece)

c) dispor de um indispensável saneamento básico; (aí, já não serão tantas como isso, mas estou certo de que as nossas Câmaras Municipais estão empenhadas em que isso passe a ser uma característica genérica das nossas freguesias rurais).

Tratando-se hoje da elevação da primeira freguesia na Região Autónoma dos Açores ao estatuto de Vila, sem ser sede do concelho (julgo que a nível do país não temos situações frequentes de comunidades com esse estatuto de vilas que não sejam sedes de concelho, vilas cujos corpos administrativos são juntas de freguesia), naturalmente que o efeito multiplicador e positivo que essa histórica, justa e oportuna elevação a efectuar, pelo órgão legislativo dos Açores, vai gerar entusiasmos.

Comunidades, também elas com grande dinamismo, que satisfazem de forma clara e objectiva os requisitos mínimos legalmente estabelecidos, algumas delas até com tradição – estou a lembrar-me do meu concelho – freguesias como a Vila de São Sebastião da qual sou vizinho pela via da fronteira do Porto Martins (e teríamos facilmente oradores para nesta Casa registarem as suas ligações pessoais e eu estou preparadíssimo para quando esse dia chegar) e Vila Nova, por sinal freguesia fronteira da Freguesia das Lajes, hoje objecto da nossa decisão, e freguesias como os Biscoitos, face ao progresso que passam, têm já papel decisivo na Ilha e até no quadro regional são sonantes.

Também temos São Mateus, vizinha do Concelho de Angra (São Mateus está para Angra como a Lajes está para a Praia) ou freguesias como Santa Bárbara, mas esse levantamento cada um dos Srs. Deputados, sobretudo das ilhas que tem maior dimensão, poderá fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Essa referência tem apenas o objectivo e o desafio, se me permitem, de que a própria Região trate, de futuro, a perspectiva de uma reclassificação do ordenamento das comunidades da nossa Região.

Seria interessante, porque não me parece que fosse agradável acontecer, em relação às Vilas, aquilo que eventualmente já se está notando em relação às freguesias.

O tempo o dirá. “Cautela e caldo de galinha, é uma coisa que pelos visto nunca fez mal a ninguém”.

Para finalizar, Sr. Presidente, e não querendo dispersar-me relativamente à questão objecto da nossa votação, quero, em nome do meu Grupo Parlamentar, reiterar a nossa satisfação e felicitar todas as suas forças vivas por este dia histórico para a Freguesia das Lajes.

Por estar hoje presente o dinâmico Presidente da Junta de Freguesia das Lajes e nosso particular amigo, na pessoa dele, aproveito também para felicitar todos os membros da autarquia, quer ao nível legislativo da freguesia, quer ao nível da Junta de Freguesia.

É com muito gosto e agrado que nos vamos associar a esta elevação.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão. Não é da Terceira mas naturalmente terá muito a dizer.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A evolução histórica e as condições das Lajes para esta elevação, não será a mim que me compete dizer, na medida em que até já foi dito pelas pessoas da Terceira, porque são elas que conhecem bem aquela localidade que hoje estamos a propor que se transforme em Vila.

De qualquer modo, o Partido Comunista Português entende que deverá apresentar uma posição política sobre a matéria.

No decurso de todos os trabalhos em relação a esta matéria, não tivemos qualquer dúvida da justeza da proposta que estamos a discutir, porque uma localidade que

segundo os censos de 2001 tinha 3768 habitantes, tem um conjunto elevado de mercados e mercearias, vários cafés, 4 restaurantes, 2 caixas multibanco, 2 talhos, um número elevado de estabelecimentos comerciais, diversas oficinas, Casa do Povo, Posto Médico, Farmácia, 5 estabelecimentos de ensino, todo um conjunto de associações recreativas e desportivas, salão de festas, duas estações de correio, tem todas as condições para ser Vila e tem muitas mais condições do que algumas das Vilas existentes.

Entendemos que é da máxima justeza que se aprove este Decreto Legislativo Regional e que as Lajes, na Ilha Terceira, seja elevada a Vila.

Daí o nosso voto favorável em relação à matéria em apreciação e os votos de que a partir de agora a Vila das Lajes continue na senda do progresso e do desenvolvimento.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, estamos em condições de votar este diploma.

Há aqui uma circunstância curiosa, é que este diploma inicialmente só tinha um artigo único. Agora passa a ter mais. Uma votação na generalidade de um artigo único, é uma votação global.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados com concordam, na generalidade, com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade.

O artigo 1º corresponde ao artigo único.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º - limites territoriais.

Para este artigo há uma proposta da Comissão, subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta para o artigo 2º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 3º há uma proposta de aditamento vinda da Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento para o artigo 3º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Elevação da Freguesia das Lajes, no concelho da Praia da Vitória, à categoria de Vila”, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade, em votação final global.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final, como todos os outros aprovados até agora.

Vamos fazer um pequeno intervalo de 15 a 20 minutos.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 35 minutos)

O ponto 6 da nossa ordem de trabalhos é composto pelo **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Criação das Freguesias de São Pedro de Nordestinho, de Algarvia e de Santo António do Nordestinho, no concelho do Nordeste”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Nordestinho ou Nordeste Pequeno, era um lugar habitado quando em 1514 D. Manuel I resolveu erigir esta parte da ilha a concelho.

Nessa altura, o Nordestinho estendia-se desde a Ribeira do Guilherme até à Ribeira Despe-te-que-suas. Depois, já no Séc. XVII foi integrado o lugar de Algarvia.

As características orográficas da Freguesia do Nordestinho levaram as populações a desenvolver um conjunto de actividades e mecanismos de auto-sustentação da sua vivência e do seu bem-estar que hoje constituem três aglomerados urbanos perfeitamente individualizados com fronteiras físicas naturais.

As localidades de Algarvia, São Pedro do Nordestinho e Santo António do Nordestinho, têm vida comunitária própria possuindo todas elas uma Igreja Paroquial, Escola do 1º ciclo do Ensino Básico, infraestruturas desportivas e parque infantil.

Em São Pedro destaca-se a Escola Profissional do Nordeste, um Centro de Convívio para a Terceira Idade, um salão paroquial e um museu etnográfico.

Em Santo António realça-se o Clube Desportivo com uma sede devidamente equipada, um posto agrícola, uma Delegação dos Serviços de Desenvolvimento Agrário e, na Algarvia, uma indústria de construção civil, a Filarmónica Estrela do Oriente e um Centro de Convívio para a Terceira Idade.

Face ao dinamismo das suas populações, as futuras novas freguesias dispõem de transportes colectivos e ainda de actividades empresariais de natureza comercial, de prestação de serviços de restauração e bebidas e de reparação automóvel.

De acordo com os últimos censos a população da Algarvia é de 344 habitantes, a de São Pedro de 276 e a de Santo António do Nordestinho de 331, a que correspondem efectivamente as áreas de 5,1 Km², 9,8 e 9,1 Km².

A Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia do Nordeste, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal do Nordeste, dando corpo à vontade popular, manifestaram-se unanimemente favoráveis à criação das três novas freguesias.

Na nossa óptica, a criação destas novas estruturas administrativas pode, como é timbre do poder local pela proximidade às populações, potenciar o desenvolvimento de cada uma das novas freguesias de Algarvia, de Santo António e de São Pedro do Nordeste e do próprio Concelho do Nordeste.

Estão assim reunidas as condições nos termos da Lei 60/99, de 3 de Junho, que levaram o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a apresentar o Projecto de Decreto Legislativo Regional que agora está em apreciação nesta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Recordo que há uma proposta de substituição que veio da Comissão de Política Geral, subscrita pelo PS, conforme documento que já apresentou na Mesa. Portanto, estamos a discutir conjuntamente o projecto original e esta proposta de substituição.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP gostaria de se associar no apoio à criação destas novas freguesias.

Na sequência daquilo que já foi dito pelo líder do meu Grupo Parlamentar, e muito bem, gostaria de referir, uma vez que até aqui não se fez, a necessidade de haver um trabalho conjunto daquilo que se pretende nestas novas realidades administrativas, porque o critério que está subjacente mostra bem que há muitas outras realidades geográficas que, porventura, se essa for a vontade das populações, estão ao mesmo nível dos lugares que agora passam a freguesias.

Posso dar exemplos na Ilha de São Miguel, como os Milagres, nos Arrifes, a Várzea nos Ginetes, a Ribeira Funda nos Fenais da Ajuda, a Pedreira na Vila do Nordeste, algumas Lombas nas Freguesias dos Remédios e Mãe de Deus na Povoação, a Atalhada no Rosário, entre muitas outras.

No caso em apreço e nos lugares que nos são apresentados, gostaria dizer que existe uma história de comunidade em cada um deles, embora de pequena dimensão. Para além de serem três dos mais bonitos lugares da Ilha de São Miguel, se não mesmo dos Açores e de Portugal, têm essa vivência de comunidade há muitos anos, até mesmo pelo facto de serem paróquias antigas: a terra de São Pedro, de Santo António e da Senhora do Amparo, que é a Algarvia.

É com esse espírito que nos associamos com gosto.

Faço-o também com gosto pessoal de quem passa algum tempo, no Verão, na freguesia de São Pedro.

Portanto, deixamos aqui todo o nosso apoio a esta nova fase destas terras e das populações que lá vivem e que bem merecem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A freguesia do Nordeste já era um lugar habitado quando, em 1514, D. Manuel I erigiu o concelho.

Pertencem a esta freguesia o lugar de Algarvia, paróquia de Nossa Senhora do Amparo; o lugar de Nordeste, paróquia de Santo António; e São Pedro, sede da Junta de Freguesia e paróquia de São Pedro.

O Nordeste, freguesia desde o século XVI, esteve sempre ligado ao concelho de Nordeste.

Do património cultural edificado desta freguesia merecem referência os seus templos, verdadeiros símbolos do espírito religioso do seu povo.

A Igreja de S. Pedro é das igrejas mais antigas do concelho do Nordeste, que data dos princípios do séc. XVI, sendo durante vários anos propriedade particular. Como as outras igrejas, esta também servia de abrigo à população local como nos relata Urbano Dias "todos aqueles dias trabalhosos e obscuros, tinha cuidado de mandar subir gente acima do telhado da Igreja de Sam Pedro, com tábuas e algumas pás e com as telhas a descarregá-lo de cinza e pedra, que de contínuo em cima lhe estava chovendo, e que se não fizera com tanta diligência, sem dúvida cairia e matava a maior parte do povo que dentro sempre estava".

Com as diferentes alterações que sofre ao longo dos séculos, é em 1794 que ganha a actual fisionomia.

Esta igreja tem no seu Altar-mor, a imagem de S. Pedro.

A localidade de Sto. António, apesar da sua proximidade de S. Pedro, sentiu necessidade de erguer o seu templo, que no início não passou de uma pequena ermida, como nos relata Urbano Dias: "Por fim o povo de Santo António acrescentou a sua velha Ermida, para que pudesse servir a todo o povoado, e chegou ainda a nossos dias, pois foi arrasada quando se completou a actual Igreja, para lhe aproveitarem os materiais."

A actual igreja começou a ser construída em 1898, pelo povo de Sto. António, mostrando assim a sua dedicação e religiosidade, como nos diz Urbano Dias: "todo o povo se dispôs a trabalhar para a construção do novo Templo, partindo pedra na pedreira e acarretando-a para o lugar da obra; homens e mulheres, na melhor vontade, ofereciam o seu trabalho, ao serviço de Deus, guiados pelo seu Reverendo Cura".

Esta igreja foi reaberta ao culto de 1906, sendo hoje um dos maiores e mais bonitos templos do concelho do Nordeste, grandiosidade que homenageia este povo trabalhador.

Esta igreja tem no seu Altar-mor a Imagem de Santo António.

Deputado Paulo Gusmão (PP): E tem festa no próximo Domingo!

O Orador: E estão convidados a ir a essa festa.

A igreja de Nossa Senhora do Amparo fica na localidade da Algarvia, assim chamado, porque ali viveu um Algarvio, que morreu cedo, deixando a viúva sem filhos, ficando assim a chamar-se a Fazenda da Algarvia.

Mais uma vez a população sentiu a necessidade de erguer um Templo de oração, pois era muito difícil deslocarem-se a outras localidades para as suas acções religiosas, como nos relata José de Torres: "O caminho até aqui tem sido tolerável, mas começa a endiabrar-se. Terríveis se me apresentam as ribeiras que tenho de atravessar; descendo alturas abismadoras, até ao seu leito, e subindo outro tanto para adiantar em linha recta meia dúzia de passos: - e quando estes são peníveis, longos e

intransitáveis caminhos, assim se afiguram em dia claro, (...) que não no Inverno, (...) enlameados e escorregadios, envolvidos por nevoeiros constantes".

Construído no séc. XVII e com o aumento da população, este Templo foi sofrendo várias ampliações, completando a obra actual em 1865.

Esta igreja possui no seu Altar-mor a Imagem de Nossa Senhora do Amparo.

Em Santo António do Nordeste o Jardim Público e a "Borba-da-Ladeira", detentora de uma magnífica panorâmica sobre a terra e o mar é um lugar privilegiado para ver o Pôr do Sol, merecem também uma atenta visita.

O Miradouro da Vigia das Baleias, situado na Algarvia, proporciona-nos uma deslumbrante vista do mar e da Costa norte até à Bretanha.

É ainda digno de referência o Miradouro da Ribeira Despe-te-que-suas, na ribeira com o mesmo nome, donde se poderá vislumbrar a freguesia da Algarvia, a costa norte e o sublime Pico da Vara.

Aproveito para recordar que é na zona da Algarvia que se situa o

Pico da Vara, o ponto mais alto da Ilha de S. Miguel, existindo trilhos de acesso muito procurados nos passeios pedestres e todo o meio envolvente é de extrema beleza e asseio, graças ao bom empenho dos Serviços Florestais do Nordeste.

Em Sto. António de Nordeste, há a realçar os serviços de Desenvolvimento Agrário que têm prestado um grande apoio aos nossos lavradores e agricultores, salientando-se a existência de um Engenheiro a tempo inteiro para prestar todo o apoio. Não podemos esquecer que estamos a falar da zona onde se produz a melhor batata do mundo.

Em S. Pedro do Nordeste, onde até há bem pouco tempo era das localidades do Nordeste que mais gente estava a perder, pois não tinha qualquer dinâmica, mas graças ao Governo Regional do Partido Socialista e com a sua inédita política de Formação Profissional, os seus habitantes viram renascer uma nova esperança no desenvolvimento da sua freguesia com a criação da Escola Profissional do Nordeste onde o Governo de Carlos César já investiu mais de 200 mil contos.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Isso não é chamado à colação!

Deputado Mark Marques (PSD): Estava indo tão bem, mas já estragou tudo!

O Orador: O Partido Socialista associa-se, com muito agrado, à proposta de criação destas novas freguesias por considerar tratar-se de uma legítima aspiração das suas populações e espera poder, desta forma, contribuir para uma qualidade de vida e bem-estar das populações que se querem cada vez maiores.

A maioria parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional dos Açores vai votar favoravelmente a proposta de criação das freguesias de Algarvia, Santo António de Nordestinho e São Pedro de Nordestinho, garantindo assim a sua aprovação.

Os Deputados do Partido Socialista à Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratulam-se com a criação das novas freguesias e enviam um abraço fraterno aos seus residentes desejando-lhes que a nova realidade lhes permita os maiores e melhores progressos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PP e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas brevíssimas palavras para assinalar a posição do PCP no que respeita a esta proposta do Grupo Parlamentar do PSD de criação de três freguesias naquela que hoje é a Freguesia do Nordestinho.

O concelho do Nordeste foi referido muitas vezes ao longo do tempo e ainda hoje continua a ser, como a 10ª ilha. Isto certamente tem a ver com o isolamento, com a distância e teve a ver, durante muito tempo, com a inexistência de certas infraestruturas e certas situações que, felizmente, hoje cobrem em geral as várias parcelas de todo o arquipélago.

O Concelho do Nordeste é hoje, face ao processo de desenvolvimento que temos tido ao longo do tempo da autonomia, um concelho da Região como todos os outros com potencialidades, por vezes com dificuldades, mas que pode encontrar o seu caminho desde que as políticas de desenvolvimento sejam harmónicas e sejam equilibradas.

As políticas de desenvolvimento harmónicas e equilibradas têm que ser concebidas numa perspectiva de ilha, mas também numa perspectiva de concelhos afastados das ilhas maiores e ainda numa perspectiva social de satisfação dos problemas e dos interesses das várias camadas da nossa sociedade.

É neste quadro do desenvolvimento que se tem que ver a criação destas freguesias.

Estamos a falar certamente de lugares pequenos, mas também estamos a falar de lugares produtivos.

Estamos a falar de lugares homogéneos entre si e com práticas quotidianas no plano cultural, associativo, etc., que os diferencia e autonomiza uns dos outros.

Também estamos a falar de freguesias que têm políticas adequadas, capacidade de se desenvolver, quer seja na agricultura, noutras produções agrícolas e no turismo.

Estamos a falar, como o Sr. Deputado Paulo Gusmão disse, de lugares muito bonitos, com muita potencialidade no plano turístico.

É dentro de uma perspectiva simultaneamente de satisfação dos requisitos legais e de enquadramento em relação à área em que estão (a ilha e o concelho que se situam) que temos que ver a justeza ou não da criação das freguesias.

Para nós é inteiramente justo irmos por este caminho, porque acompanha o esforço de desenvolvimento que o Nordeste tem feito.

Estão de parabéns os promotores da iniciativa. Todos nós estaremos de parabéns quando esta proposta for aprovada e sobretudo estão de parabéns os nordestenses, em geral, e os habitantes das três novas freguesias, em especial.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do PSD e do PP)

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Vamos começar por votar o diploma que entrou em primeiro lugar, ou seja, a proposta do PSD.

Os Srs. Deputados com concordam, na generalidade, com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Passamos à votação da proposta de substituição, apresentada pela Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados com concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de substituição foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade sobre a proposta de substituição.

Se a Câmara não se opuser, poria à discussão e posteriormente à votação os artigos 1º, 2º e 3º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos ao diploma seguinte: **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “criação das freguesias de “Pilar da Bretanha e Ajuda da Bretanha, Concelho de Ponta Delgada,”** apresentado pelo Partido Comunista Português.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A antiga freguesia de Bretanha, na costa norte do Concelho de Ponta Delgada, que englobava os lugares de Remédios, Ajuda e Pilar, foi já separada da actual Freguesia de Remédios da Bretanha, mantendo-se incompleta, em termos administrativos, a divisão territorial de núcleos urbanos que a caracteriza em relação a dois outros centros populacionais: Ajuda, que inclui o sub-aglomerado de Amoreiras, e Pilar, que inclui o sub-aglomerado de João Bom.

Esta sub-centralidade local da actual freguesia de Bretanha, que é também geograficamente saliente, de há muito que separa a vivência humana entre estes dois lugares, aliás de dimensão populacional e territorial semelhante, ao ponto de a Junta de Freguesia, por pressão de tais circunstâncias, se ver forçada a reunir periodicamente ora num ora noutra lugar.

Foi apresentada uma Petição à Assembleia Legislativa Regional, defendendo uma proposta de repartição administrativa, suportada também pelos órgãos do poder local da Freguesia. Aferidos que foram a maioria dos critérios que permitem, de acordo com a Lei, a criação das duas novas freguesias no lugar da anterior, o Grupo Parlamentar do PCP chamou a si, sem demoras, o papel de proponente dessas freguesias tendo em vista contribuir para que o processo não demorasse excessivamente.

Cabe salientar os principais dados que permitem, de acordo com os critérios legais, a criação das novas freguesias:

AJUDA: 526 eleitores, em 2000 (518 em 1995);

PILAR: 546 eleitores, em 2000 (539 em 1995);

AJUDA: Posto Farmacêutico; Cooperativa Agrícola; Agência Funerária; Complexo Escolar do 1º ciclo e Jardim de Infância; Salão Paroquial; Centro Recreativo e Cultural; 1 lugar de Automóveis de Aluguer; para além da lavoura, no sector primário: 4 empresas do sector secundário e mais 9 empresas ou estabelecimentos de serviços e comerciais.

PILAR: Cooperativa Agrícola; Complexo Escolar do 1º ciclo e Jardim de Infância; Salão Paroquial; Centro de Convívio; 2 Grupos Recreativos e Culturais; 1 lugar de Automóveis de Aluguer; para além da Lavoura: mais duas empresas do sector primário, 2 empresas do secundário e 10 empresas ou estabelecimentos de serviços e comerciais;

Acresce que em todo este processo houve uma excelente colaboração da Junta de Freguesia da Bretanha, o que deriva desde logo do grande e unânime apoio popular que a criação das duas novas freguesias tem na actual freguesia.

A petição que foi presente a esta Assembleia era demonstrativa desse apoio, pelo que o Grupo Parlamentar do PCP não hesitou, sempre em estreito contacto com as forças vivas das freguesias, em apresentar o Projecto de Decreto Legislativo Regional que agora estamos a discutir.

É ainda necessário fazer uma referência muito positiva ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Política Geral na apreciação desta e de outras propostas de criação de freguesias, trabalho esse que foi simultaneamente muito completo e célere, tendo em conta as exigências legais que o processo de constituição de freguesias comporta. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dentro de momentos serão criadas por esta Assembleia, no cumprimento das prerrogativas constitucionais e estatutárias que lhe são próprias, as novas freguesias do “Pilar da Bretanha” e da “Ajuda da Bretanha”, do concelho de Ponta Delgada.

Ao criar estas duas novas freguesias a partir da actual freguesia da Bretanha, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores está a interpretar com rigor o anseio legítimo da população.

Em nome do Grupo Parlamentar do PCP deixo aqui uma calorosa saudação e felicitação a todos os habitantes daquelas duas novas freguesias.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito sucintamente para manifestar o nosso apoio à criação das duas freguesias, ora em análise.

Gostaria de frisar que houve uma vontade expressa, conjunta, chegada à Assembleia, uma petição da própria população neste sentido.

Gostaria também de referir que os dois lugares que compõem a freguesia “mãe” que aqui tratamos, a Bretanha, e que agora se pretende elevá-los a freguesias, à semelhança dos anteriores, são duas comunidades com vivência própria de há muitos anos, embora com a unidade dessa instituição do norte do Concelho de Ponta Delgada, que é a Bretanha. De certa forma, sempre tiveram a sua vivência própria, desde logo, pelo facto de terem as paróquias da Senhora da Ajuda e da Senhora do Pilar, há largos anos.

Portanto, gostaria de manifestar aqui o gosto que temos em apoiar a elevação destas duas freguesias numa terra onde o CDS já teve o gosto de presidir à Junta de Freguesia, há alguns anos. Antigamente era uma coisa rara.

Esperamos que isto sirva para o desenvolvimento do norte do Concelho de Ponta Delgada que bem precisa e que de certa forma, como referiu o Sr. Deputado Decq Mota, em relação ao Nordeste, se aí há uma insularidade concelhia dentro de uma ilha, nesta zona da Bretanha, existe mesmo uma certa insularidade, não comparativa à outra situação, mas relativamente ao resto da vivência em Ponta Delgada.

Que isto sirva para dinamizar as comunidades e para o seu progresso e desenvolvimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a esta iniciativa no pressuposto de que a mesma contribui para a melhoria das condições de vida das populações das futuras freguesias do Pilar da Bretanha e da Ajuda da Bretanha.

Actualmente integrada na Freguesia da Bretanha os dois núcleos populacionais têm, desde há muito, vivências próprias.

Esta aspiração, agora consagrada no Projecto de Decreto Legislativo Regional em apreciação, é uma velha aspiração da população da Bretanha. É mesmo uma aspiração com cerca de 20 anos, iniciada na altura por Jaime de Vasco Concelos e que em boa hora foi trazida a esta Assembleia pela mão do PCP.

Registo ainda que para além dos pressupostos referidos nos vários pareceres que a sustentam e ao nível dos equipamentos colectivos, quer o Pilar, quer a Ajuda, têm igrejas e cemitérios próprios. Inclusive gostaria de referir que a Junta de Freguesia, como já há pouco foi referido, dispõe de duas sedes, localizadas uma na Ajuda e outra no Pilar, reunindo o seu executivo às terças-feiras no Pilar e às quintas na Ajuda.

Esta foi a metodologia encontrada para a Junta de Freguesia ir de encontro às populações, cujos núcleos que constituirão as futuras freguesias, distam cerca de 5 km um do outro.

Não será despropositado acrescentar que num inquérito recente efectuado na Freguesia da Bretanha, por iniciativa da Junta de Freguesia e no âmbito de um recenseamento, foi afirmado por 98% da população o desejo da criação das freguesias da Ajuda da Bretanha e do Pilar da Bretanha.

Chegou a hora!

O Grupo Parlamentar do PSD tem o gosto de aprovar o Projecto de Decreto Legislativo Regional que cria as freguesias da Ajuda, da Bretanha e do Pilar da Bretanha, no Concelho de Ponta Delgada.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do PS e do PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Freguesia da Bretanha, Concelho de Ponta Delgada, conta com 2325 habitantes e tem como principais actividades económicas a agricultura e a Pecuária.

Trata-se de uma freguesia cujo nome tem uma similitude com uma Região de França, naquilo que constitui, no nosso entender uma referência muito interessante do ponto vista histórico e intimamente relacionada com a história dos Açores, da descoberta da Ilha da São Miguel e da colonização da ilha.

Curiosamente o nome das duas freguesias agora criadas por cisão da freguesia da Bretanha mantêm o nome de Bretanha. Portanto, passará a existir a freguesia do Pilar da Bretanha e da Ajuda da Bretanha.

Estas duas novas freguesias que farão parte do novo conjunto de freguesias que estão a ser criados no Concelho de Ponta Delgada, situam-se na costa norte do concelho, entre as Freguesias dos Mosteiros e dos Remédios e a norte da Freguesia das Sete Cidades.

Entendemos que a Assembleia Regional ao ir ao encontro do anseio das populações, como aqui já foi dito, está também a proceder àquilo que é uma concepção do PS e que faz parte do seu património político, que é proceder à expressão de um estado de proximidade que está intimamente relacionado com o poder local e com as medidas de desconcentração e de descentralização político-administrativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Resta felicitar as duas novas freguesias e esperar que o Governo da República, através do Orçamento Geral do Estado que é o financiador das autarquias, possa ajudar a dar expressão e conteúdo a esta perspectiva de um Estado de proximidade que passa por uma reorganização do poder local e por colocar o poder próximo das populações e das pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Vamos começar por votar o diploma apresentado pelo PCP.

Os Srs. Deputados com concordam, na generalidade, com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Passamos à votação da proposta de substituição apresentada pela Comissão e subscrita pelo PS, PSD e PCP.

Os Srs. Deputados com concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de substituição foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade sobre a proposta de substituição.

Se não houver objecções da Câmara, poria à discussão e posteriormente à votação os artigos 1º, 2º e 3º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos ao diploma seguinte: **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “criação da freguesia de Santa Clara, Concelho de Ponta Delgada,”** apresentado pelo Partido Comunista Português.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“A terceira freguesia, novamente feita, de Santa Clara, antes de ser acrescentada, tinha sessenta e dois fogos e almas de confissão 297, das quais eram de comunhão 203. O primeiro vigário foi o bacharel Ascêncio Gonçalves; o segundo Francisco Fernandes, a quem o ilustríssimo Bispo D. Pedro de Castilho acrescentou os fregueses que tirou de São Sebastião, partindo a freguesia pela rua da Cruz“. Assim escrevia Gaspar Frutuoso no Livro IV de Saudades da Terra. Hoje e aqui propomos que se faça justiça e que aquele importante agregado populacional que outrora foi circunscrição religiosa e administrativa, volte novamente a ser circunscrição político-administrativa, assumindo as prerrogativas de Freguesia, já que Sede de Paróquia continua a sê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A freguesia de S. José, de onde se desanexa Santa Clara, na sede do município de Ponta Delgada, é a maior freguesia dos Açores, atingindo actualmente, à escala regional, uma sobre-dimensão urbana e habitacional que, circunscrita aos actuais limites administrativos, a torna relativa e negativamente discriminada face aos critérios em geral admitidos de desenvolvimento equilibrado, de dotação em infraestruturas e equipamentos adequados à dimensão que realmente possui. Como reflexo incontornável desta situação assiste-se objectivamente à degradação progressiva de áreas específicas e periféricas da freguesia, densamente povoadas, que ao longo dos anos e por motivo da actual circunscrição têm vindo a ser sucessivamente preteridas e sub-avaliadas do ponto de vista urbano, do desenvolvimento, e da criação de condições e qualidade de vida aceitáveis para os seus residentes, transeuntes, inumeráveis visitantes e profissionais em exercício. Tal é, de forma claramente tipificada, a situação de um importante polo de aglutinação populacional e urbana, e de inúmeras actividades económicas, sede de paróquia, como é o lugar de Santa Clara.

Por carência de estratégia própria de desenvolvimento planificado, acompanhando o crescimento acentuado da malha urbana da cidade, e em particular da Freguesia de S. José, a paróquia de Santa Clara, vizinha da principal porta de entrada nos Açores, o Aeroporto João Paulo II, alberga e suporta, em área restrita, quase dois milhares de edifícios polivalentes e de moradias; um peso suplementar considerável de sobrepopulação flutuante (trabalhadores, visitantes ou simplesmente transeuntes); circulação, e estacionamento anárquico, de trânsito interurbano acentuado (seja de transportes públicos, mercadorias ou ligeiros); bem como um amontoado e desordenado complexo de armazenagem diversa (e de combustíveis, em particular); de bombas de gasolina; de pipe-lines; de empresas do sector secundário; e uma orla marítima totalmente degradada e depositária, em saturação, de materiais alheios e volumosos de toda a espécie.

Como elemento essencial de ordenamento futuro e de funcionalização autónoma, que possa ir repondo o sentido ao crescimento da cidade e da sua população imigrante e flutuante, torna-se premente, também do ponto de vista administrativo, a reclassificação do lugar de Santa Clara e a sua promoção a Freguesia.

O crescimento de todos os índices qualificativos exigidos por Lei para esse fim, nomeadamente o nº de eleitores superior a 600 (só residências são mais de mil, e paroquianos mais de 4000); a taxa de variação populacional (sustentada por um crescimento global da freguesia de S. José, entre censos da população, em 4%, o que atira para o dobro o crescimento periférico, como é o caso de Santa Clara, sem considerar a explosão de construções que actualmente se regista na zona), e a viabilidade política, administrativa e financeira mais que garantida, seja qual for o ângulo de apreciação, mesmo em relação à manutenção da viabilidade político-administrativa da freguesia-mãe, suportam a legítima aspiração, sustentada em geral pela opinião pública desta zona específica da cidade de P. Delgada, à criação da Freguesia de Santa Clara, cujos limites são coincidentes com a paróquia já aí existente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o PCP apresentou o projecto de criação da Freguesia de Santa Clara, no Correio dos Açores de 20 de Julho de 2001 e em artigo sobre o projecto, o Sr. João Pacheco de Melo, escrevia e cito:

“Se Santa Clara fosse uma Freguesia, não teria sido tão pacífico terem destruído o calhau da Areia;

Se Santa Clara fosse uma freguesia, seria mais difícil arrasar a “Mata da Doca” – e o muito que ela representava para Santa Clara – sem ao menos terem oferecido outras alternativas de ocupação, sadia, dos tempos livres aos jovens do bairro”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje é até necessário elevar a freguesia a localidade que deu o nome ao representante açoriano na primeira liga do Futebol Português, o Clube Desportivo Santa Clara, cuja origem tem a ver com o entusiasmo pelo futebol que desde o início do século XX se verificou em Santa Clara, o que até se compreende pela possibilidade que a população tinha de praticar aquela modalidade desportiva no recinto aí existente e disponível para tal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de terminar vou citar um excerto do editorial do Boletim Paroquial de Santa Clara “Vida Nova”, n.º 3:

“É se calhar porque cada um de nós se preocupa com o que está logo ao nosso lado que Santa Clara podendo ser um jardim harmónico e verde, hoje, é um lugar muralhado e estrangulado por combustíveis à boa maneira do 3º mundo.

Será bom despertarmos para os problemas globalizantes, eu diria estruturantes deste lugar onde crescemos e vivemos.

Foram cavados profundos muros que nos cortaram a visão do equilíbrio e da ordem. Engraçado lembrar que a história do homem começa no jardim do Éden, onde tudo era conjugado a favor do homem. Até Deus passeava-se com o homem no início da criação no jardim do Paraíso.

*O cristão tem missão de ser profeta e de não se deixar escravizar pelo poder económico/comercial que construiu muros que nos tiraram a ordem e a beleza da nossa comunidade: **Mata da doca** – palco durante longos anos de convívios familiares de toda a nossa cidade, **campo de futebol** que foi a causa primeira do Clube Desportivo Santa Clara ser hoje o que é.*

Quantos muros ainda existem que agora nos tiram o equilíbrio e a saúde social da nossa comunidade?

Pensemos agora porque é que isto aconteceu?”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a criação da freguesia de Santa Clara esta Assembleia derrubará um primeiro muro no sentido de ser criada a freguesia referida no Boletim Paroquial, que poderá ser um jardim harmónico e verde.

Resta, em nome do PCP, desejar os maiores êxitos para a nova freguesia de Santa Clara, na certeza de que ela será uma freguesia da cidade de Ponta Delgada onde possa existir uma melhor qualidade de vida e onde o progresso e o desenvolvimento sejam uma realidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Dentro de um quadro legal, e sempre que está em causa a melhoria das condições de vida das nossas populações, o PSD tem elaborado, continuará a elaborar, ou associar-se-á a propostas que contribuam para esse objectivo.

O tecido urbano de Ponta Delgada, a sua actual densidade populacional e os contributos necessários para dotar todas e cada uma das freguesias de "geometrias"

equilibradas, aconselham a que os ajustamentos agora propostos sejam implementados.

É neste sentido que o PSD se associa a esta iniciativa que, segundo o nosso entendimento, vem de encontro ao considerando que atrás referi.

O núcleo de Santa Clara é hoje um espaço que tem conhecido um grande desenvolvimento, quer do ponto de vista residencial, quer ao nível da fixação de comércio, indústria e serviços.

Assim sendo o ajustamento agora proposto beneficia directamente a população do núcleo de Santa Clara e, indirectamente, toda a cidade de Ponta Delgada.

Santa Clara tem inclusivamente duas características singulares na cidade de Ponta Delgada, como é o caso de uma orla costeira fora da Baía de Ponta Delgada, necessitando por isso de preocupações especiais para a sua protecção e de uma infraestrutura (ou parte dela) porta de entrada, na Ilha de São Miguel, para passageiros e carga, como é o caso do aeroporto.

Para além de tudo o que foi dito e incluído nos pareceres, não podemos deixar de realçar, que Santa Clara foi berço e dá nome ao Clube Desportivo, que mais tem projectado os Açores a nível nacional.

O Grupo Parlamentar do PSD tem por isso o prazer de aprovar o Projecto de Decreto Legislativo Regional que cria a freguesia de Santa Clara, na versão da proposta de substituição apresentada pela Comissão, a qual subscreve.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O CDS/PP associa-se à criação da freguesia de Santa Clara e, permitam-me que o diga, fá-lo com o gosto dessa referência, desde as origens, que é esta nova freguesia dentro de poucos minutos, da nossa cidade de Ponta Delgada.

De facto, desde logo, pelas mesmas razões das anteriores, pelas razões comunitárias, é bem certo e sabido que Santa Clara é uma comunidade, é uma localidade com alta convivência própria. À boa maneira das anteriores é também ela paróquia antiga, aliás, será, no coração da cidade, a mais comunitária de todas as freguesias.

À boa maneira das nossas tradições destas ilhas dos Açores, será, por mero exemplo, a única que ainda não festeja a sua padroeira com festa e procissão. É a única que tem alguma vivência de comunidade entre as próprias pessoas na própria vivência de Ponta Delgada.

A segunda razão que queríamos deixar registada tem a ver com a própria dimensão. Para além de todas as outras razões, neste caso a dimensão é um factor bastante importante para a sua elevação a freguesia.

Comparativamente, porque sabemos que por esse país fora o que não faltam são freguesias, como o Cacém 250 mil almas, é um facto que a freguesia de São José com 8.300 almas, talvez nem todas de comunhão, afasta, pelo menos ao nível daquilo que é o normal na nossa Região, a realidade mais comunitária e a gestão da freguesia enquanto tal.

O que importa registar é que pela dimensão, Santa Clara passará a ser uma freguesia de 3.400 almas e para além de tudo o resto, é um factor bastante importante. Esta situação já vem tarde, mas bem bom que aqui chegou e felicitamos pela iniciativa.

Que isto sirva agora, como é referido na intenção da proposta, para integrar e ordenar, enquanto freguesia com autonomia política e nesse espírito de cidade, a quarta freguesia de Ponta Delgada no mesmo ritmo das outras três.

Deixo registado esse apoio e essa preocupação felicitando esse anseio da população da freguesia de Santa Clara.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista reconhece a vontade e a persistência dos moradores da área urbana de Santa Clara, cidade de Ponta Delgada, na valorização da sua área de residência;

Passando a freguesia, Santa Clara far-se-á ouvir de forma diferente, junto dos órgãos municipais, na defesa dos interesses inerentes àquela malha urbana;

Passando a freguesia, Santa Clara através dos seus legítimos representantes, intervirá, reivindicará, proporá, exigirá e pronunciar-se-á sobre os seus problemas e os daqueles que ali vivem;

Em 1709, nasceu a freguesia de São José, formalmente, hoje, decide-se a criação da freguesia de Santa Clara;

Em Santa Clara estão instalados uma área importante do aeroporto (que ali já funcionou), a fábrica do açúcar e do álcool e desenvolvem-se actividades diversas no campo dos serviços, dos transportes, da transformação e do comércio;

Em Santa Clara, nasceu a mais prestigiada agremiação desportiva dos Açores, o Clube Desportivo de Santa Clara;

Santa Clara, por outro lado, tem uma actividade cultural própria, de raiz profundamente popular, que será com certeza ainda mais valorizada;

Em Santa Clara situam-se as Grutas do Carvão que vale a pena preparar, divulgar e abrir ao público, logo que para isso estejam reunidas as convenientes e necessárias condições;

Os Santaclarenses herdam com certeza, um conjunto de problemas que, conjuntamente com as diferentes entidades terão de ir resolvendo, mas herdam também, um passado que lhes cabe preservar;

Santa Clara contribuirá, seguramente, para o engrandecimento da cidade em que se insere, para o seu prestígio, e transformar-se-á mais ainda, num ponto de referência a ter em conta para quem visita Ponta Delgada;

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saúda os Santaclarenses pela passagem do seu lugar a freguesia, fazendo votos de que tal signifique progresso, bem-estar, e valorização para todos os que ali habitam;

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votará favoravelmente o Decreto Legislativo em discussão, que cria a freguesia de Santa Clara, no concelho e na cidade de Ponta Delgada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados – eu estou a ficar desabitado com tanta unanimidade e com tantas palmas – vamos passar à votação.

Em primeiro lugar, vamos votar o diploma apresentado pelo PCP.

Os Srs. Deputados com concordam, na generalidade, com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Passamos à votação da proposta de substituição apresentada pela Comissão e subscrita pelo PS, PSD e PCP.

Os Srs. Deputados com concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de substituição foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade sobre a proposta de substituição.

À semelhança do que fizemos até agora, está à discussão e posteriormente à votação os artigos 1º, 2º e 3º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade, em votação final global.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Este diploma baixa à respectiva Comissão para efeitos de redacção final.

Conforme decisão da conferência de líderes, adiamos para amanhã o aplauso relativamente a outra freguesia.

Passamos agora à apresentação do relatório da Comissão de Política Geral sobre a visita efectuada ao Canadá.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Viagem da Comissão de Política Geral ao Canadá

I - INTRODUÇÃO:

A Comissão de Política de Geral no âmbito das suas competências, deslocou-se de 27 de Abril a 9 de Maio ao Canadá para visitar a Comunidade portuguesa/açoriana radicada naquele país.

A Delegação foi constituída por quatro Deputados do Partido Socialista:

- ❖ António Gomes
- ❖ Francisco Barros
- ❖ José Humberto Chaves
- ❖ Paulo Messias

Por dois Deputados do Partido Social Democrata:

- ❖ Clélio Meneses (Presidente da Comissão em exercício)
- ❖ Raúl Rego

E por um Deputado do Partido Comunista Português:

- ❖ Paulo Valadão

Esta deslocação foi preparada e organizada em cooperação com a Direcção Regional das Comunidades. Neste sentido, acompanharam a Delegação uma técnica da Assembleia (Graça Cabral) e um técnico da Direcção Regional das Comunidades (Miguel Noronha).

O grande objectivo desta visita foi o contacto com Comunidades mais isoladas, tomando-se assim, conhecimento das principais dificuldades sentidas, bem como de todo o trabalho desenvolvido em prol da manutenção das raízes e tradições.

O CANADÁ:

O Canadá situa-se na parte setentrional da América do Norte e é o segundo maior país do mundo (9 093 507 Km²). Tem dez províncias e três territórios, cada um com a sua respectiva capital¹. Em termos geográficos possui uma grande diversidade, planícies férteis para a agricultura, vastas cadeias montanhosas, lagos e rios. O seu solo rico em floresta e cereais, as suas fontes quase inesgotáveis de energia e grandes riquezas naturais fazem do Canadá uma das mais fortes economias mundiais, na qual muitas das indústrias baseiam-se na exploração da madeira, minerais e água doce. É o país do globo com os maiores recursos de água doce, contendo uma vasta área coberta por rios e lagos. O clima, no seu conjunto, é muito rigoroso e frio, possuindo o norte do país um clima ártico, habitando, por isso, a maior parte da população no sul. Três quartos dos canadianos habita em áreas metropolitanas, com

¹ Alberta (*Edmonton*)
 British Columbia (*Victoria*)
 Manitoba (*Winnipeg*)
 New Brunswick (*Fredericton*)
 Newfoundland (*St. John's*)
 Nova Scotia (*Halifax*)
 Ontario (*Toronto*)
 Prince Edward Island (*Charlottetown*)
 Québec (*Québec city*)
 Saskatchewan (*Regina*)
 Northwest Territories (*Yellowknife*)
 Nunavut (*Iqaluit*)
 Yukon Territory (*Whitehorse*)

destaque para Toronto, Montreal, Vancouver (Columbia Britânica), Ottawa (a capital política do país), Hull e Edmonton.

O Canadá possui uma população de aproximadamente 30 milhões de habitantes. Com excepção para os povos indígenas, toda a população instalou-se no país no decorrer dos últimos 400 anos. No últimos anos tem vindo a crescer a imigração proveniente do continente asiático e o chinês é a língua materna não oficial com crescimento mais rápido no país. Com uma baixa densidade populacional (3.2 Km²), a população encontra-se altamente concentrada: três quartos dos canadianos habita a área compreendida num perímetro de 300 Km a partir da fronteira com os Estados Unidos. Nesse perímetro, a população concentra-se em cerca de 25 áreas metropolitanas.

O sistema político do Canadá é uma Monarquia Constitucional e um Estado Federado com um sistema democrático de governo. O Chefe de Estado é Sua Majestade a Rainha Elizabete II. Todo o acto do Governo é feito em nome da Rainha, e a sua autoridade provém do povo canadiano. Todos os poderes da Rainha são exercidos pelo seu representante, o Governador-geral² (*governor-general*), excepto quando a monarca se encontra no Canadá. O Governador-geral é nomeado pela Rainha, sob conselho do Primeiro-Ministro (*prime minister*) canadiano e exerce todos os seus poderes, excepto em raras ocasiões, sob conselho do Gabinete (Cabinet, um Conselho de Ministros). O Governador-geral não detém poder político. O Gabinete detém o apoio da maioria dos membros da Câmara dos Comuns (*House of Commons*), eleitos por voto popular.

O chefe do executivo é o Primeiro-Ministro, normalmente o líder do partido com maior número de lugares na Câmara dos Comuns. O Primeiro-Ministro é responsável perante uma legislatura. É eleito a partir de um distrito local, como qualquer outro membro da Câmara dos Comuns e a sua posição como Primeiro³ deriva de ser chefe do partido. As suas responsabilidades e poderes são extensas: ele

² Actualmente o Governador-geral é Adrienne Clarkson.

Tradicionalmente o cargo é ocupado, alternadamente, por uma pessoa de língua materna inglesa ou francesa, normalmente por cinco anos.

³ Jean Chrétien do Partido Liberal é o actual Primeiro Ministro.

coordena a política governamental e determina a legislação que é aprovada. Através do Gabinete, ele controla as funções do Governo Federal. O Primeiro-Ministro aponta os ministros do Gabinete (oficialmente nomeados pelo Governador-geral) e recomenda funcionários para os serviços civis, Senado e Judicial. O Gabinete é formado no máximo 40 membros, a maioria dos quais são Ministros que presidem aos vários departamentos do Governo federal. Os Ministros são coadjuvados por funcionários públicos, liderados por um Ministro-adjunto. Alguns membros do Gabinete podem ser Ministros sem pasta, não vinculados a um departamento. Apesar de não possuírem poder legal formal, os Ministros geralmente escolhem o seu Gabinete de entre os membros do partido que têm assento na Câmara dos Comuns, mas também podem escolhê-los de outros partidos ou do Senado.

Os poderes governamentais encontram-se assim divididos entre o Governo federal e os Governos provinciais e territoriais. Os territórios possuem menos autonomia em relação ao Governo federal, do que as províncias. O Parlamento é composto pelo Governador-geral, pelo Senado (*Senate* ou *Upper House*) e pela Câmara dos Comuns (*House of Commons*). A Câmara dos Comuns é eleita por voto popular, enquanto que o Senado é nomeado. O Primeiro-Ministro e o Gabinete são membros do Parlamento, normalmente da Câmara dos Comuns.

A Constituição do Canadá é a Constituição de 1982, a qual agregou os actos constitucionais anteriores e adicionou-lhes uma carta de direitos e liberdades⁴. Esta Constituição estabeleceu a “patriação” (*patriation*), dando ao Governo canadiano total autoridade sobre a sua própria constituição.

EMIGRAÇÃO:

A emigração para o Canadá tem uma história recente. Só a partir de 1953, com a assinatura entre os governos de Portugal e do Canadá, de acordos bilaterais relativos

⁴ *Canadian Charter of Rights and Freedoms*. A Carta aplica-se uniformemente a todo o Canadá, apesar de o Québec nunca ter assinado a Constituição. Ela garante liberdades fundamentais, como liberdade de consciência e de imprensa. São também garantidos o direito de voto e de concorrer a eleições, o direito de livre circulação no país, o direito à segurança pessoal e de combater a discriminação. A Carta garante o igual estatuto das línguas inglesa e francesa.

à entrada de emigrantes portugueses no Canadá e com a chegada oficial do primeiro contingente de 555 portugueses⁵ que o Canadá passa a ser um destino a ter em conta.

O Canadá promoveu a imigração portuguesa (anos 50 e 60) com o objectivo de satisfazer as suas necessidades de mão-de-obra, destinada ao sector agrícola e à construção de linhas-férrreas.

O número de emigrantes para o Canadá teve o seu apogeu nos anos 70, atingindo o seu ponto mais alto em 1974. Após esse ano, o número de emigrantes desceu significativamente, verificando-se somente uma ligeira e inconstante subida.

II- AS COMUNIDADES

Tendo como grande objectivo o contacto com Comunidades nunca antes visitadas pela Assembleia, os Deputados da Comissão de Política Geral efectuaram uma deslocação de doze dias, percorrendo as Províncias de *British Columbia* (Vancouver e Victoria), *Alberta* (Edmonton e Calgary) *Manitoba* (Winnipeg), *Québec* (Québec city, Montreal, Gatineau) e *Ontario* (Ottawa).

Além das Comunidades, a Comissão estabeleceu contactos institucionais, sobretudo no que concerne à vertente parlamentar. Foram encontros muito úteis e interessantes, pois permitiram um paralelismo entre dois sistemas totalmente diferentes.

British Columbia

As primeiras Comunidades a serem visitadas foram a de Vancouver e Victoria, na Província de British Columbia. A recepção da Comissão foi preparada pelo Cônsul de Portugal em Vancouver, Dr. Pedro Sampaio.

British Columbia é a 3º maior Província do Canada. Ocupa cerca de 10% da superfície continental do Canadá e possui uma área de 95 milhões de hectares. Cerca de 10,8 milhões de hectares são considerados zona de natureza protegida, dispondo esta província com mais de 807 parques naturais, reservas ecológicas e espaços de lazer. Caracterizada por uma topografia montanhosa, possui também grandes áreas

⁵ O primeiro contingente de emigrantes portugueses oficialmente recebido pelo Canadá chegou a bordo do navio “Saturnia” ao porto de Halifax, no dia 13 de Maio de 1953.

de planície e planaltos. A capital da Província é a cidade de Victoria, situada na ilha de Vancouver. Tem uma população de 4.096.000⁶ habitantes.

Em termos sociais e culturais possui uma vasta variedade de línguas, etnias e religiões. A imigração tem um grande peso na estrutura social e económica, chegando todos os anos cerca de 35.000 imigrantes. Nos últimos 30 anos a imigração representou cerca de 60% do aumento populacional (35% interprovincial e 25% internacional) enquanto o aumento natural representou os restantes 40%. A grande maioria dos imigrantes são asiáticos, particularmente chineses de Hong Kong.

Em termos económicos a sua grande fonte é a exploração de recursos naturais, tendo, no entanto, vindo a desenvolver o turismo e actividades recreativas num esforço de trazer para a província fontes mais estáveis de rendimento. A sua economia está muito dependente do mercado externo, nomeadamente dos Estados Unidos.

➤ Vancouver:

Situada no extremo mais sudoeste do Canadá, na Província de British Columbia, a cidade de Vancouver tem actualmente cerca de 560.000 habitantes, ficando numa região onde vivem mais de 2 milhões de pessoas é a maior cidade da Província e a 3ª em tamanho do Canadá.

Apesar de oficialmente só ter chegado em 1954, o primeiro grupo de emigrantes portugueses (sendo sete destes açorianos da ilha de S. Miguel), há registo (apesar de não haver nenhum estudo sobre esses pioneiros portugueses na Colúmbia Britânica) da existência de portugueses na cidade de Vancouver, por volta do ano de 1855. Actualmente, Vancouver tem entre 10 000 a 11 000 portugueses, sendo 75% açorianos.

A Comissão nesta cidade foi recebida pela Comunidade Portuguesa, na *Sociedade do Divino Espírito Santo*⁷, uma das suas melhores instalações. A sede deste grupo associativo é uma das muitas provas de trabalho e dedicação dos nossos emigrantes

⁶ Dados de 2001

⁷ Formado por membros de origem açoriana que se dedicam às comemorações do Divino Espírito Santo.

(são diversos os grupos associativos: Clube Português Micaelense, Portuguese Canadian Seniors Foundation; Igreja de Nossa Senhora de Fátima; Portuguese Club of Vancouver, Sporting Club of Vancouver; Voz Portuguesa – Programa de Rádio e TV)

A recepção consistiu de um almoço e por uma apresentação de diversos grupos folclóricos, tendo terminado com vários discursos e contactos com a comunidade. O senhor Manuel Alvernaz, presidente da *Sociedade*, agradeceu em nome da comunidade, a presença da Comissão e venceu o facto de esta ser uma comunidade prejudicada pela sua distância geográfica. Por parte da Assembleia, o presidente da Comissão em exercício (Deputado Clélio Meneses) apontou os objectivos da visita da Comissão, bem como o papel da Assembleia no sistema político regional, destringendo o executivo do legislativo, após o surgimento de algumas confusões relativamente a este aspecto, por parte de alguns dos emigrantes presentes. A Direcção Regional das Comunidades, através de Miguel Noronha reiterou os objectivos da presença da Comissão em Vancouver, aproveitando para relembrar os diversos incentivos e apoios disponíveis, por aquela Direcção Regional.

Neste encontro, estavam presentes emigrantes das diversas ilhas. Uma das situações que surpreendeu algumas das pessoas da comunidade foi o facto de a Comissão não ter nenhum Deputado natural da ilha de S. Miguel. Apesar de a Delegação representar a Região, é certo que neste tipo de encontros, o emigrante gosta de saber particularmente sobre a sua ilha, e principalmente gosta de contactar com alguém que mesmo não sendo seu conhecido, tenha um conhecido em comum. Aliás, é muito frequente quererem saber notícias de fulano ou sicrano.

Depois do almoço, os Deputados confraternizaram com a comunidade e ouviram os seus problemas como (e)imigrantes. Das questões apresentadas sobressaiu, como aliás em todas as comunidades visitadas, o problema dos custos das tarifas aéreas e o esquecimento por parte da *Sata Internacional* de comunidades como esta. Outra das queixas foi a má recepção da RTP-I e o baixo índice de programas açorianos.

Depois da recepção, a Delegação a convite de um casal emigrante português⁸ deu um passeio às montanhas do *Stanley-Park*.

➤ Victoria:

Capital de British Columbia, a cidade de Victoria situa-se na parte mais a sul da ilha de Vancouver. É um dos pontos turísticos mais importantes do Canadá e o principal no noroeste do Pacífico. Com 150 anos de história, Victoria tem características muito particulares, onde se denota a herança colonial. Com uma área metropolitana de 300.000 habitantes, possui uma vida cosmopolita muito considerável, um refinado comércio, uma boa oferta cultural e de lazer.

Em Victoria, a Comissão iniciou a jornada, nos *Butchart Gardens*⁹, num encontro com alguns dos representantes da comunidade portuguesa. Durante a visita aos famosos jardins, a Comissão conheceu alguns dos açorianos que lá trabalham e que contribuem para a beleza magnífica daquele lugar. Depois da visita guiada, na companhia de alguns elementos da comunidade¹⁰, seguiu-se um almoço com os mesmos, que permitiu um prévio conhecimento da Comunidade portuguesa em Victoria, antes do encontro agendado para a noite, na Igreja Portuguesa de Nossa Senhora de Fátima.

Victoria possui uma comunidade de 1 500 a 2 000 portugueses, dos quais 75% a 80% são açorianos. É uma comunidade pequena e muito religiosa, de tal forma que a reunião preparada para receber a Comissão foi na Igreja supracitada.

Ao contrário de Vancouver, onde a Comissão foi recebida com casa cheia, em Victoria o número foi mais reduzido, devido a diversos factores, nomeadamente o facto de ser uma Segunda-feira. Contudo, a recepção não foi menos calorosa.

⁸ Joaquim e Idalina Ferreira
37/55 Maxwell St.
Vancouver (BC)
V5N3Y6
Canada

⁹ Com o intuito de embelezar a magnífica propriedade de cerca de 52 hectares, o casal Butchart (pioneiros da manufatura da cimenteira Portland no Canadá) criou este espaço que tornou-se num compromisso familiar para a horticultura e hospitalidade, expandindo-se por mais de 90 anos. São cinquenta ares de belos jardins que oferecem cenários espectaculares.

¹⁰ Grupos associativos da Comunidade Portuguesa em Victoria – Associação e Atlético de Victoria; Mosaico Português-programa de rádio; FC Sagres; Filarmónica Portuguesa, Grupo de Folclore; Grupo da Terceira idade; Igreja de Nossa Senhora de Fátima; Lira Portuguesa de Victoria; Curso de Língua e Cultura Portuguesa de Victoria.

Em lugar de destaque (numa mesa de honra), a Delegação ouviu as boas vindas da comunidade, pela voz do seu pároco. A Assembleia, uma vez mais, através do presidente da Comissão explicou os motivos da visita e os objectivos da presença dos Deputados em Victoria. Miguel Noronha, voltou a promover informação sobre apoios e incentivos, bem como o porquê da sua presença na delegação, exaltando a cooperação existente entre ALRA e DRC na preparação da visita.

Após a sessão de boas vindas, a Comissão esteve ao dispor da comunidade para ouvir os seus problemas e inquietações. De início, esta demonstrou-se um pouco tímida (diria mesmo envergonhada), o que foi facilmente ultrapassado com a carinhosa e afável abordagem dos Deputados. Durante o encontro esteve presente o jornalista Paulo Eusébio¹¹, que entrevistou todos os elementos da delegação.

Deste pequeno e breve convívio, a comunidade victoriana¹² pareceu um pouco fechada e muito ligada à Igreja. As diversas actividades dos grupos associativos são em grande parte orientadas pela Igreja.

Alberta

Com uma área de 661.190 km² (maior que a França ou do que a Tailândia), Alberta tem as montanhas rochosas a oeste, as pradarias no sul e as florestas no norte (que cobrem mais de 50% da superfície da província). Tem uma população, de 3 milhões de habitantes (comparável à de Singapura ou à Irlanda). As cidades de Edmonton e Calgary têm cerca de 1 milhão de habitantes cada. Alberta desempenha no Canadá um papel de liderança na defesa das políticas de comércio livre e de abertura ao investimento estrangeiro.

Com uma população multicultural, Alberta, proporciona à província as aptidões e os conhecimentos preciosos das línguas estrangeiras e a experiência do mundo de negócios. As escolas de Alberta ensinam dezoito línguas estrangeiras e dialectos indígenas, incluindo sete que são ensinadas em escolas bilingues.

Desde 1980 que a imigração para Alberta tem vindo sobretudo da Ásia.

¹¹ Luso-canadiano, jornalista-amador da rádio *Portuguese Postcard*. Rádio digital: <http://www.cfuv.uvic.ca>

¹² A Comissão teve oportunidade de conhecer uma assistente social açoriana, Maria Helena Lima, que disponibilizou o seu contacto para futuros intercâmbios universitários, e não só, entre os Açores e Victoria (mhlima@hotmail.com)

Em termos turísticos, Alberta é conhecida pelo maior *rodeo* do mundo, o “*Calgary Stampede*”; pelo “*West Edmonton Mall*”¹³, o maior centro de compras e de entretenimento do mundo inteiro; pelos Parques Nacionais de *Banff*¹⁴ e de *Jasper* que têm a fauna e a flora das montanhas rochosas e proporcionam instalações de esqui de classe internacional e pelos sítios do Património Mundial das Nações Unidas como “*Head-Smashed-In Buffalo Jump*”, e o Parque Provincial dos Dinossauros.

Em termos comerciais, Alberta é o segundo maior exportador mundial de gás natural e 4º maior produtor deste combustível, inócuo para o meio ambiente. Metade do petróleo bruto e do gás natural de Alberta são exportados para os Estados Unidos, abastecendo mercados como os de Nova Iorque e da Califórnia. Com uma elevada alta tecnologia e serviços dos mais avançados no campo da exploração da energia, exporta-os para o mundo inteiro. A sua produção agrária extensiva de alimentos requer mercados abertos, sendo, portanto as próximas negociações da OMC cruciais para os seus agricultores.

➤ Edmonton:

Capital de Alberta, Edmonton tem cerca de 616. 700 habitantes. É muito conhecida pelo seu vale e rio e pelos seus numerosos festivais de arte e música. Também é conhecida por ser a “Cidade dos Campeões”, onde se destacam valores do desporto profissional e amador. Tem um dos custos de operação de negócios mais baixo de todo o continente.

A Comunidade Portuguesa em Edmonton tem entre 6 000 a 8 000 portugueses, dos quais 70% são açorianos. Os emigrantes portugueses começaram a estabelecer-se nesta parte da pradaria canadiana, por volta de 1955. Mas foi em 1956 que a

¹³ Com mais de 800 lojas, 11 grandes superfícies, 34 cinemas, 110 restaurantes, *Galaxyland*-um parque de diversões com um lago interior (viagem em submarino) e show de golfinhos, a maior montanha russa do mundo, ringue de patinagem no gelo e o *world waterpark* – com escorregas e piscina com ondas em praia de areia (tudo interior e climatizado).

¹⁴ Criado em 1855 é o mais antigo parque nacional do Canadá. Tem mais de 600 Km², com apenas dois centros populacionais, *Banff* e *Lake Louise*. Mesmo nestas localidades o crescimento é controlado pelo parque nacional, em que os residentes não são proprietários de terras, mas arrendatários. Em ambas as localidades é frequente encontrarmos alces à solta. Mesmo na localidades, os animais têm prioridade sobre os condutores. Os humanos são considerados invasores.

primeira leva de emigrantes chegou em número significativo, sendo a sua grande maioria de origem açoriana. Foram tempos de muito sacrifício para aqueles pioneiros, pois passavam longos períodos fora de casa, uma vez que foram os construtores do progresso de Edmonton.

Em Edmonton e Calgary, a Comissão esteve sempre acompanhada pelo Cônsul de Portugal em Vancouver. O Cônsul Honorário de Portugal em Edmonton, Aurélio Fernandes, foi o responsável pela preparação da visita nestas paragens. A área consular de Vancouver compreende as Províncias de British Columbia e Alberta, existindo um Cônsul Honorário em Edmonton.

Na cidade de Edmonton, a Comissão visitou diversas associações culturais¹⁵. Começou o périplo pelo Divino Espírito Santo de São Pedro Association, onde foi recebida por membros da comunidade, com vinho e bolo de massa sovada; conheceu a sede dos Portuguese Seniors Foundation, recentemente adquirida e orgulhosamente apresentada à Comissão; assistiu a um ensaio da Banda Filarmónica Social Musical Portuguesa onde teve oportunidade de ver o projecto para as novas instalações da mesma; na *Portuguese Canadian Multicultural Society* assistiu à espectacular actuação do Rancho Folclórico Caravela, composto por muitos jovens, filhos de emigrantes portugueses.

No jantar, a Comissão recebeu no Centro Cultural Português, que possui um edifício magnífico, confraternizando com representantes de diversas associações e a Comunidade em geral. Teve a ocasião de assistir à actuação do rancho folclórico Gil Vicente, que presenteou a Comissão com danças populares.

➤ **Calgary:**

Uma das maiores cidades das pradarias canadianas, Calgary expande-se a um ritmo muito superior do que qualquer outro centro urbano do País. Com mais de 850 000 habitantes, Calgary teve nos últimos 5 anos um aumento de 51. 314 pessoas. Em

¹⁵ Associações portuguesas de Edmonton: Clube Português de Caça; Divino Espírito Santo de São Pedro Association; Império da Trindade; Império das Crianças; Paróquia de Nossa Senhora de Fátima; Sociedade Musical Portuguesa; Banda Filarmónica Social Musical Portuguesa; Canada Portugal Chamber of Commerce and Industry; Rio Lima Portuguese Canadian Cultural Society; Portuguese Seniors Foundation; Centro Cultural Português; Portuguese Canadian Multicultural Society; Rancho Folclórico Caravela; Rancho Folclórico Gil Vicente; Antena 1 – Programa de Rádio e Televisão, Aguarela Portuguesa- Programa de Rádio.

termos económicos tem vindo a aumentar o seu desenvolvimento, tendo como principal barómetro, a actividade da construção civil. É a segunda cidade do Canadá com mais sedes de companhias.

A Comissão foi acolhida na Associação Portuguesa de Calgary, onde jantou com a Comunidade¹⁶, estando também presente o Padre da mesma. Nesta cidade existem entre 2 500 a 3 000 portugueses dos quais 70% são açorianos. Com uma recepção calorosa, a Comissão confraternizou com os diversos emigrantes. Clélio Meneses, em nome da Comissão, agradeceu toda a amabilidade dispensada e uma vez mais, venceu os objectivos da visita.

Durante a confraternização, a Comissão foi presenteada com um *souvenir* típico de Calgary, a terra dos cowboys – um *cowboy hat*. Foi um dos momentos mais “agitados”, devido ao entusiasmo gerado pela caricata e engraçada situação.

Os Deputados tiveram ocasião de conviver com o bem sucedido emigrante terceirense, Jonh da Silva que ligado à construção civil é um bem posicionado homem de negócios, na sociedade portuguesa em especial, mas também na de Calgary.

Manitoba

Fazendo fronteira com Ontário, Saskatchewan, Territórios do Noroeste, Baía de Hudson e os Estados Unidos, Manitoba é uma das três províncias de Pradarias e situa-se na parte central do Canadá.

Os seus 650 000 Km² de paisagem oferecem poucos extremos. As elevações emergem suavemente a partir do nível do mar, na Baía de Hudson. A maior parte da área da província está entre 150 a 300 m acima do nível do mar, mas nas montanhas Trurtle, Riding, Duck e Baldy, em direcção ao sul e oeste chegam a 700 m ou mais. O ponto mais elevado de Manitoba é a Montanha Baldy no Parque Provincial de Duck Mountain, com 831 m.

¹⁶ Grupos Associativos: Associação Portuguesa de Calgary; Império da Trindade; Filarmónica Portuguesa de Calgary; Filarmónica Portuguesa do Sagrado Coração de Jesus; Our Lady of Fatima Parish Youth Group; our Lady of Fatima Church; Portuguese Community Center; Programa de Televisão “Recordações de Portugal”.

O seu nome vem das palavras “Manitou bou” do idioma dos índios Cree, e significa “os estreitos do Grande Espírito”. O termo aplica-se ao Lago Manitoba, que chega a ter até menos de 1Km na sua parte central. As ondas que quebram nas rochas soltas do litoral norte produzem um som curioso de sinos e lamento, que os primeiros aborígenes acreditavam vir de um imenso tambor tocado pelo espírito Manitou.

A agricultura é a espinha dorsal da parte rural de Manitoba e mantém centenas de empresas nas cidades. A grande estabilidade da economia da província está reflectida na agricultura, pois tanto as safras quanto os rebanhos constituem importantes sectores. O trigo representa a colheita mais importante e equivale a cerca de um terço do valor da produção da safra, seguido da cevada e canela.

A indústria de mineração também é das mais importantes, sendo os metais normalmente responsáveis por três quartos do valor da produção. Os metais mais importantes são o níquel (a província é líder mundial na sua produção), o cobre e o zinco. Manitoba também produz petróleo e grande número de minerais industriais.

Embora seja uma das menores províncias em população, é um importante centro para vários grupos étnicos. É um dos mais importantes centros de cultura ucraniana no exterior e tem uma das maiores populações mennonistas do mundo. Mais de 115 000 pessoas têm origem ameríndia. Cerca de 60% dos 1.138.934 habitantes de Manitoba vivem na área metropolitana de Winnipeg, a capital da província. Brandon, no sudoeste, é a segunda maior cidade.

➤ Winnipeg:

Capital da Província, Winnipeg fica localizada no centro do Canadá. É um grande eixo cerealífero, financeiro, comercial e industrial do continente Americano, devido à respectiva situação geográfica e às enormes facilidades proporcionadas pelos caminhos de ferro, que daqui divergem em várias direcções. O seu sistema municipal de electricidade fornece preços que são dos mais baixos do continente Norte-Americano.

A Comissão foi recebida nesta cidade pelo Cônsul Honorário, Paulo Cabral, que preparou a recepção. Açoriano da ilha de S. Miguel, natural da Vila Franca do

Campo, Paulo Cabral tem feito um excelente trabalho junto das nossas comunidades, apesar dos poucos recursos, quer humanos, quer materiais ao seu dispor.

A Comissão, em Winnipeg, teve oportunidade de assistir a uma das grandes festas dos nossos emigrantes nos países de acolhimento – a Festa do Senhor Santo Cristo. Com cerca de 8 000 a 10 000 portugueses, dos quais 75% são açorianos, a Comissão foi recebida com toda a distinção pela Comunidade Portuguesa¹⁷ de Winnipeg.

A festa teve o seu início com a celebração de uma Missa Solene, na Igreja da Imaculada Conceição. Esta igreja pertence à paróquia portuguesa e é o resultado de um grande trabalho cooperativo e associativo existente na nossa comunidade emigrante. A cave da Igreja tem um grande salão que serve para as festas e celebrações diversas. As Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres têm uma grande dimensão religiosa e um especial e particular sentimento para o emigrante micalense.

A Delegação foi recebida para um almoço com a comunidade na Casa dos Açores. O seu presidente, José Santos, aproveitou a ocasião para expor uma das grandes queixas da comunidade – o transporte aéreo. Exemplificou o seu caso concreto, que sendo terceirense somente no final do mês de Junho tem um voo directo de Toronto para a Terceira. Outra das preocupações apresentadas por este representante, foi a necessidade de trajes regionais para o grupo folclórico “Os ilhéus”. Durante esta confraternização foi possível assistir às diversas actuações do grupo folclórico já mencionando.

Neste almoço estiveram presentes dois convidados institucionais: a senhora Becky Barret, Ministra do Trabalho e Imigração e o senhor John Prystanski, Vereador Municipal, que puderam trocar impressões com os Deputados Regionais.

Após o almoço, a Comissão participou na Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Depois da Procissão, a Delegação conviveu com a comunidade num

¹⁷ Grupos associativos: Associação Portuguesa de Manitoba; Grupo Infantil Folclórico da Associação Portuguesa de Manitoba; Associação de Empresários e Profissionais Portugueses; Associação de Cantores de Winnipeg; Banda Filarmónica da “Lira de Fátima”; Cavaleiros de Colombo; Centro Cultural Açoriano de Manitoba; Centro Português Casa do Minho; Paróquia da Imaculada Conceição; Grupo Folclórico “Os ilhéus”; Luso-Canadian Club, Programa Português – Rádio CKJS; Jornal “O Mundial”.

jantar, celebrado no salão da Igreja. Esta foi uma festa de grandes dimensões, com a casa completamente cheia.

Québec

Fazendo fronteira com Ontário, Nova Brunswick e Labrador (a porção continental da província de Terra Nova) e também dos Estados Unidos, Québec tem uma área de 1 450 680 Km² – três vezes maior que a França e sete vezes maior que a Grã-Bretanha, sendo a maior das províncias canadenses. É quase totalmente cercada de água: ao norte, pelo Estreito de Hudson; ao sul, pelo Rio e Golfo de São Lourenço e, a oeste, pela Baía de James e Baía de Hudson.

De norte a sul, Québec tem três regiões geográficas principais: o Escudo Canadense, as terras baixas do Rio São Lourenço e os Apalaches. Estendendo-se desde o Ártico até ao Escudo Laurenciano, o Escudo Canadense cobre cerca de 60% do território e é a cadeia de montanhas mais antiga do mundo. Na parte norte do Escudo, que fica permanentemente congelada, apenas bétulas e líquenes conseguem sobreviver.

Quase 80% dos quebequenses vivem em centros urbanos, ao longo do Rio São Lourenço, Montreal e os seus subúrbios têm uma população de 3 milhões de habitantes. A cidade de Québec é a capital da província e a sua terceira maior cidade.

O nome Québec vem do algonquiano e significa “passagem estreita” ou “estreito”, e originalmente refere-se à enseada estreita do Rio São Lourenço, onde é actualmente a cidade de Québec. A província foi inicialmente habitada por membros das tribos algonquianas e iroquesas. A parte norte da província foi, e ainda é, habitada pelos Inuit (antes conhecidos como esquimós).

Fundada em 1608, a cidade de Québec tornou-se a capital da Nova França. Durante o regime francês, a cidade fortificada foi um importante centro de comércio e desenvolvimento. Hoje, é considerada o berço da civilização francesa na América e, em 1985, foi classificada pela UNESCO, como Património da Humanidade.

Com uma população aproximada de sete milhões de pessoas, mais de cinco milhões de pessoas são de origem francesa, 350 000 são de origem inglesa e cerca de 137

000 são ameríndios (Mohawk, Cree, Montagnais, Algonquianos, AttiKamek, Micmac, Huron Abenaki e Naskapi), Métis e Inuit.

Os italianos e europeus do leste constituíam tradicionalmente os maiores grupos de imigrantes de Québec, mas desde 1960 tem crescido a imigração de portugueses, haitianos, libaneses, sul-americanos e do sudoeste da Ásia. Desde o final da Segunda Guerra, mais de 650 000 imigrantes de mais de 80 países chegaram a Québec, mais especificamente à cidade de Montreal.

O francês é a língua oficial para 83% da população, enquanto que 10% têm o inglês como língua materna.

Altamente industrializada e bem diversificada, a economia de Québec é forte e promissora. A província conta com abundantes recursos naturais e energéticos, assim como possui a agricultura, os sectores de bens e serviços e indústria desenvolvidos.

Québec exporta 40% da sua produção total, principalmente produtos das indústrias florestal (impressão, madeira e papel), mineira (alumínio e minério de ferro) e equipamento de transporte. Québec também exporta electricidade, “Know-how” de engenharia, produtos electrónicos e equipamentos de telecomunicação. As exportações internacionais representam já 20% do PIB da província.

➤ Montreal:

É o segundo maior centro metropolitano do Canadá e o segundo maior onde se fala francês, fora de França. Nesta ilha vivem cerca de 3 300 000 habitantes em toda a área metropolitana de Montreal. A cidade tem 177 Km² e a grande área metropolitana envolvente, cerca de 3 509 Km², é a capital comercial da província, que tem vindo a desenvolver indústrias competitivas, tais como a aeronáutica, telecomunicações, energia e transporte.

A região metropolitana de Montreal constituiu o grande polo de atracção dos emigrantes açorianos na Província de Québec. A sua presença remonta a década de 1950. Estima-se que o numero de portugueses residentes na área metropolitana de Montreal esteja entre os 39 000 a 40 000, dos quais 60% são açorianos. Embora

presentes em todos os bairros da cidade, é em Sherbrooke e St. Joseph, St. Dinis e Avenida do Parque que se concentram os nossos emigrantes. No bairro St. Louis residem mais de 12 000 lusófonos.

A Comissão nesta cidade conviveu com a Comunidade Portuguesa de Montreal¹⁸, na Casa dos Açores de Québec, que a festejar o Espírito Santo, promoveu o encontro, juntamente com o Cônsul Geral de Portugal em Montreal, Dr. Nuno Bello, que preparou a recepção da Comissão nesta província.

Na comunidade presente no convívio, sobressaíam o número de micalenses. Os emigrantes durante o encontro manifestaram aos Deputados as suas inquietações, que uma vez mais foram de encontro ao transporte aéreo. Assim, a comunidade especificou as suas preocupações:

- Preço elevado das passagens;
- Regularidade dos voos;
- Ligações para as outras ilhas, o problema do excesso de bagagem.

Depois de ouvidas as questões, a Comissão participou num jantar volante, preparado especialmente para esta. Neste encontro, não estavam muitos emigrantes presentes, que, segundo informações obtidas, deveu-se à insuficiente divulgação da visita dos Deputados.

III -INSTITUCIONAL

Tendo havido grande colaboração dos Cônsules na preparação desta deslocação, foi grande a preocupação em promover encontros institucionais, principalmente ao nível de Assembleias Provinciais, Câmaras Municipais, Departamentos Governamentais e mesmo até ao Parlamento Federal.

Em todas as Províncias visitadas, a Comissão foi sempre recebida em Instituições Provinciais, nomeadamente ao nível Parlamentar.

British Columbia

➤ *Assembleia Legislativa de British Columbia*

¹⁸ Grupos associativos: Associação Portuguesa do Espírito Santo Nossa Senhora dos Milagres; Caisse d' Économie des Portugais de Montreal; Casa dos Açores; Centro Comunitário de Santa Cruz; Clube Soccer Micaelense – Açores.

Localizada na capital da província- Victoria, a Assembleia Legislativa de British Columbia (unicameral-*single house*) é composta por 77 membros, correspondentes a círculos eleitorais uninominais da província. Actualmente é o Partido Liberal (BC Liberal Party) que está no Governo, detendo uma esmagadora maioria absoluta. A oposição (NDP – New Democratic Party) só possui duas deputadas¹⁹.

Seguindo o modelo federal e geral de estrutura política de outras Províncias, a British Columbia tem um Governador²⁰ (*Lieutenant Governor*) cargo que pela primeira vez é ocupado por uma mulher a *Honourable Iona Campagnolo*. O *Premier* (Primeiro-Ministro) da província é o líder do *BC Liberal Party*, Gordon Campbell.

A Comissão foi recebida à porta do Parlamento pelo chefe do protocolo. Numa breve prelecção, este explicou um pouco da história política da província. Os Deputados da Comissão aproveitaram o momento para levantar algumas questões, designadamente sobre a representação política dos Aborígenes (*first nations*). Este é um assunto melindroso na província, e é abordado com muita prudência. Nota-se quase um certo sentimento de culpa, ao ponto de em termos práticos, estes terem direitos especiais (*First Nations Rights*), em detrimento da restante população, nomeadamente ao nível dos impostos.

Depois do pequeno briefing, a Comissão visitou o edifício da Assembleia, acompanhada de um guia e de um elemento do protocolo. Após a visita, os Deputados foram recebidos pelo *Clerk* da Assembleia. O *Clerk* é um funcionário público, com uma carreira muito específica e especializada. Normalmente é o funcionário mais antigo que ocupa este cargo e em termos práticos equivale ao nosso Secretário-Geral (com funções de coordenação dos serviços administrativos, apoio ao Presidente, preparação de ordens do dia e responsabilidade por todos os documentos oficiais) com funções também técnicas, uma vez que no decorrer da

¹⁹ Ms. Joy Macphail (Vancouver-Hastings) – Líder da oposição (Leader of the Official Opposition)
Ms. Jenny Wai Ching Kwan

²⁰ Formalmente, o chefe do executivo da Columbia Britânica é o Governador, que nomeado pelo Governador-Geral representa o monarca na província. No entanto, na prática, o poder executivo está nas mãos do *Premier*, que também é membro da Legislatura. O *Premier* nomeia cerca de 20 ministros para o Conselho Executivo (*Cabinet*) de entre os membros do partido. Os ministros dirigem e formulam as políticas a serem seguidas pelos departamentos do governo provincial.

sessão está sentado na mesa (*table*) à frente do Presidente (*Speaker*) para coordenar os procedimentos legislativos. Durante a sessão, e não só, o *Clerk* é apoiado por *Clerks Assistant*.

Nesta reunião com o *Clerk of the House*, os Deputados tiveram conhecimento do funcionamento da Assembleia²¹ e do seu papel no sistema político. As suas funções centrais são a legislativa (a principal), a fiscalizadora e a de aprovação financeira, para os projectos do executivo. A Comissão também ficou a conhecer sobre o processo legislativo. A iniciativa legislativa, tal como nós, cabe ao Governo (*Cabinet*) e aos Deputados (*MLAs – Members of the Legislative Assembly*). Quando é o Cabinet a fazê-lo chama-se *public bills*, quando parte dos *MLAs* denomina-se de *public bill in the hands of a private member*. Todas as *bills* devem passar por três leituras Na 1ª leitura o responsável pela *bill* apresenta a proposta de lei e explica os seus propósitos e objectivos. A proposta de lei (*bill*), não é discutida pelos Deputados. Nesta fase só votam a admissão da *bill*. Se esta for admitida, passa à 2ª leitura, alguns dias depois, para os *MLAs* terem tempo para estudar. Nesta 2ª leitura há a discussão da proposta, pelos *MLAs* na generalidade (princípios e objectivos), votando novamente o seu passo seguinte: estudo da *bill* pela Comissão da Assembleia Geral (*Committee of the Whole House*). Todos os *MLAs* são membros do *Committee of the Whole House*, que estuda e discute cada secção da *bill*. A Comissão pode colocar ao proponente da lei, questões minuciosas sobre cada secção da *bill*, podendo também fazer alterações (*amend*) à proposta de lei. Depois de terminado o trabalho de debate e de alterações à proposta de lei, a Comissão vota, novamente para a *bill* regressar ao plenário. Aqui passa para uma 3ª leitura, onde os *MLAs* podem debater a *bill*, antes da votação final. Se passar nesta fase, o Presidente (*Speaker*) declara-lhe de *Act*. Segue-se então a fase de promulgação, onde o *Lieutenant Governor* dá o chamado *Royal Assent* (aprovação oficial da Rainha) à

²¹ A Assembleia funciona em comissões e em plenário. Tem 15 comissões permanentes (Assuntos Aborígenes; Justiça, Assuntos Constitucionais e Relações Intergovernamentais; Educação, Cultura e Multiculturalismo; Ambiente e Turismo; Serviços Financeiros e Governamentais; Saúde e Assuntos Sociais; Agricultura e Pescas; Recursos Florestais, Energéticos, Mineiros, e Petrolíferos; Transportes e Assuntos Municipais; Igualdade da Mulher; Reforma Parlamentar e Petições; Iniciativas Legislativas; Assuntos da Coroa) e só reúnem em plenário uma parte do ano, normalmente de Março a Junho ou Julho. A restante parte do ano trabalham nos seus círculos eleitorais (*home ridings*) e nas comissões.

proposta de lei (*bill*). A partir deste momento a proposta de lei passa a ser uma lei da Província.

Foram também abordados durante a reunião assuntos como o orçamento da Província (*provincial budget*) e o relacionamento com *Ottawa*, ou seja o Parlamento Federal²².

Depois do encontro com o *Clerk*, a Comissão almoçou com o Presidente (*Speaker*), o *Hon. Claude Richmond* e com alguns *MALs*. Durante este almoço, o *Speaker* agradeceu a presença da Comissão em British Columbia.

Por sua vez, o Deputado Clélio Meneses agradeceu a recepção tão amável da Assembleia de British Columbia, nomeou os objectivos da viagem e realçou a importância das nossas Comunidades Emigrantes no Canadá, uma vez que também ajudaram a construir o País.

Após o rápido almoço, a Comissão assistiu ao *Question Period*. O *Question Period* é um período de 15 minutos, de perguntas e respostas que serve para os MLAs, normalmente é a oposição a fazê-lo, questionarem o Governo (*Cabinet ministry*) sobre a sua actuação política. Este período é feito de Segunda a Quinta-Feira, depois das 14:00 horas. Serve essencialmente para abrir a Assembleia aos media e ao público de modo a que todos possam ter conhecimento da actuação governamental. Este é um período de acessos debates, onde por vezes o *Speaker* tem necessidade de intervir, para pôr ordem.

A Delegação foi apresentada ao Plenário (*House*), pelo *Speaker*, onde pode observar a cerimónia de abertura. O Presidente (*Speaker*) entra na sala vestido com uma espécie de toga preta e com um chapéu tricórnio, também preto, acompanhado do *Sergeant-at-Arms*²³, que carrega o *Mace*²⁴. O *Speaker* é seguido pelo *Clerk of the House* e pelos *Clerks Assistant*. Uma vez colocado o *Mace* na mesa do *Clerk* (*Clerk's table*); que se encontra no centro da sala e em frente da cadeira do *Speaker*

²² British Columbia tem 34 lugares na Câmara dos Comuns.

²³ Funcionário responsável pela segurança da Assembleia e do *Speaker*. É responsável pela custódia do *Mace*. Pode desempenhar funções administrativas, se requeridas pelo *Speaker*.

²⁴ É o símbolo da autoridade de *Speaker* dentro da Assembleia. Antigamente o *Mace* servia para o *Sergeant-at-Arms* proteger o *Speaker*. Hoje em dia tem a principal função de dar início aos trabalhos parlamentares. Estes só podem começar, quando o *Mace* estiver na mesa do *Clerk*.

(*Speaker's chair*) e entre as bancadas do Governo (à direita do *Speaker*) e da oposição (à esquerda do *Speaker*); a sessão tem início.

Alberta

➤ *Apresentação do Departamento do Ambiente: Reciclagem e valorização dos resíduos em Alberta*

A Comissão foi recebida pelo Eng. Luís Fernandes, gestor de resíduos industriais e perigosos, nas instalações do Departamento Governamental das Relações Internacionais e Governamentais. Emigrante português, Luís Fernandes é licenciado em Engenharia Química Industrial pelo Instituto Superior Técnico e trabalha actualmente no Departamento do Ambiente de Alberta. Tem como funções o desenvolvimento de legislação e normas técnicas, a emissão de pareceres e a prestação de assistência técnica a nível central e regional. Desde 1998 participa nas estruturas federais que desenvolvem a legislação canadiana de resíduos perigosos.

A sua apresentação foi muito útil e interessante para os Deputados, uma vez que o tratamento de resíduos é uma preocupação ambiental na região.

O Eng. Luís Fernandes²⁵ durante a sua prelecção delineou os principais objectivos da Política Ambiental. O grande objectivo é a gestão dos recursos ambientais da província, duma forma sustentável a fim de manter uma alta qualidade ambiental, uma economia próspera e comunidades locais fortes.

Conscientes do valor ambiental natural que possuem, a principal prioridade é a protecção da qualidade do ar, da água e do solo. A sua política ambiental é orientada por quatro conceitos básicos: gestão de resíduos; minimização e reciclagem; resíduos industriais e perigosos e resíduos sólidos municipais.

²⁵ António Luis Fernandes, P Eng.
Alberta Environment
Science Standards Division
9820 106 Street, 4 th Floor
Edmonton AB T 5K2J6
Tel : (403) 427 0636
E-mail : antonio.fernandes@gov.ab.ca
Site: <http://www3.gov.ab.ca/env>

Na gestão de resíduos, uma das principais funções é a cooperação e interacção entre municípios, indústrias e público em geral de forma a que haja respeito nas práticas adequadas à gestão de resíduos. É fundamental incentivar os produtores de resíduos na minimização e triagem dos mesmos a fim de recuperar componentes úteis e dispor do resíduo final de forma a evitar efeitos na saúde humana e no ambiente.

A minimização e reciclagem está abrangida pelo programa “*Action Waste*”, que promove a redução e recuperação de resíduos em toda a Província. O programa põe à disposição do público informação grátis que é acessível telefonicamente ou através da Internet pelo site: <http://www3.gov.ab.ca/env/Waste.html>. Foram abordados os programas relativos à compostagem de matéria orgânica e à reciclagem de pneus, óleos usados e vasilhame em geral.

Os resíduos industriais e perigosos, estão inseridos num sistema integrado e compreensivo para gestão desses resíduos que inclui legislação, políticas, programas, guias e controlo do movimento de resíduos perigosos.

Os resíduos sólidos municipais são abrangidos por uma rede provincial de cerca de 35 sistemas regionais de gestão de resíduos sólidos urbanos e municipais constituída por eco-centros para recolha de recicláveis, aterros regionais, compostagem e incineração que responde às necessidades da sociedade de Alberta. As instalações para gestão de resíduos municipais, tratamento de água de abastecimento e residuais são aprovadas e operadas por técnicos certificados pelo Departamento.

➤ *Desenvolvimento Económico de Alberta*

(Directora do Ministério das Relações Internacionais e Intergovernamentais)

Depois da apresentação sobre reciclagem e valorização dos resíduos, a Comissão assistiu a um pequeno briefing sobre o Desenvolvimento Económico de Alberta, pela Directora do Ministério das Relações Internacionais e Intergovernamentais.

Com um conceito diferente e mais economista das relações internacionais, em relação ao europeu, a Directora do Ministério, centrou a sua apresentação no comércio externo da província.

A Província de Alberta nos últimos 20 anos tem assistido a um progresso intenso, devido à diversificação da economia com mais-valia acrescida à produção. É o exemplo dos produtos petroquímicos, telecomunicações, processamento de alimentos e engenharia consultiva. A média do crescimento real do PIB nos últimos 5 anos foi 3,8% por ano, um dos mais elevados da América do Norte. É líder canadiana em investimento per capita (com \$ 40 bilhões em 2001) e com o nível geral de impostos mais baixo de todas as outras províncias (70% da média canadiana). Em 2001, Alberta exportou \$ 56.9 bilhões em mercadorias e 87% das exportações destinaram-se aos EUA. Mais de metade das exportações, fora dos EUA, vão para a Ásia.

A sua base económica tem sido tem sido a exploração de riquezas naturais – trigo, carvão, petróleo e gás natural. Alberta é o 2º maior exportador do mundo de gás natural. Metade do petróleo bruto e do gás natural de Alberta são exportados para os Estados Unidos, abastecendo mercados como os de Nova Iorque e da Califórnia. As exportações do petróleo bruto de Alberta são comparáveis às de alguns países da OPEP, tais como a Líbia, a Indonésia e o Kuwait.

A tecnologia também é uma das grandes apostas da província, possuindo já tecnologia e serviços de ponta no campo da exploração de energia, exportando-os para todo o mundo.

Alberta orgulha-se de ter uma população multicultural, proporcionando escolas que ensinam 18 línguas estrangeiras (Árabe, Cantonês, Cree, Dene, Francês, Alemão, Hebraico, Italiano, Japonês, Latim, Mandarim, Polonês, Russo; Siksika, Espanhol, Sueco, Ucraniano, Vietnamita) e dialectos indígenas, das quais 7 são ensinadas em escolas bilingues (Árabe, Francês, Alemão, Hebraico, Mandarim, Polonês, Ucraniano).

Os princípios básicos para as relações comerciais internacionais da província são:

- comércio como forma de atingir a prosperidade económica;
- livre comércio como máxima;
- economia aberta a investimentos estrangeiros;

- parceria com o governo federal;
- aproveitar a força multicultural;
- Canada antes de mais.

Com todos estes pressupostos, Alberta torna-se uma província atractiva para os emigrantes, que são na sua maioria da Ásia.

A grande missão do estabelecimento de relações internacionais para a província passa pelo:

- Desenvolvimento de vínculos com os principais responsáveis pelo processo decisório estrangeiro;
- Participar em órgãos transfronteiriços;
- Influenciar na elaboração do políticas estrangeiras canadianas nas áreas de interesse provincial;
- Desenvolver vínculos não económicos que melhorem a qualidade de vida dos residentes de Alberta;
- Internacionalizar a província de Alberta.

Para tal a província tem vindo a estabelecer relações com outras províncias/estados-irmãos (*twinning relations* com Montana, Iaho, Jalisco, Yamalo-Nenets, Khanty-Mansiisk, Tyumen, Hheilongjang, Hokkaido, Kangwon, Mpumalanga, Neuquen), possuindo escritórios internacionais em Tóquio, Seul, Pequim, Hong Kong, Harbin, Taipé, Guadalajara, Portland e Oregon.

Após a brilhante apresentação, a Comissão na pessoa do seu Presidente, agradeceu o extraordinário briefing, vincando também no seu discurso, o grande propósito da deslocação ao Canadá.

➤ *Assembleia Legislativa de Alberta*

Uma vez mais a Comissão foi recebida no Parlamento Provincial, pelo seu Presidente, o *Hon. Ken Kowalski*.

A Assembleia Legislativa de Alberta tem 83 Membros. O partido no poder é o Progressista Conservador (*Progressive Conservatives*), que detém a maioria absoluta, estando na oposição (*Official Opposition*) dois partidos, os Liberais

(*Liberals*) com 7 Deputados e os Novos Democratas (*New Democrats*), com dois Deputados.

A Comissão visitou o edifício da Assembleia e almoçou com o seu Presidente, com o seu Vice-Presidente (*Deputy Speaker*), Don Tannas e com o *Deputy Chair of Committees* Shiraz Sharriff e com o Ministro da Educação, o *Hon.* Lyle Oberg. Foi um momento muito interessante, pois os Deputados da Comissão puderam trocar opiniões e experiências.

Depois do almoço a Delegação assistiu ao *Question Period*, sendo apresentada aos restantes *MLAs* de Alberta.

Para ter uma noção do funcionamento interno da Legislatura, a Comissão teve uma reunião com os responsáveis pelos Recursos Humanos e Serviços de Administração e Sistemas de Informação da Assembleia.

Este encontro foi muito útil, pois foi perceptível a extraordinária organização interna dos serviços da legislatura, bem como a coordenação entre eles. São os funcionários de carreira a grande base de sustentação da Assembleia, cabendo a estes providenciar as mais diversas operações e funções, para que o Deputado possa concentrar-se no cargo para que foi eleito.

Ao contrário da Assembleia de British Columbia, onde o *Clerk* era um funcionário de carreira, em Alberta é um cargo de confiança política.

A Comissão teve, ainda audiências com a *Deputy Premier of the Province* (Vice Primeira –Ministra), a *Hon.* Shirley McClellan, que tem a seu cargo a pasta da Agricultura e com Ministro das Relações Internacionais e Intergovernamentais, o *Hon.* Halvar Johnson.

Québec

Sendo o caso mais visível da tensão entre Ottawa e os Governos provinciais, no que concerne à distribuição do poder, a Província de Québec tem notoriamente desejos de uma maior autonomia. Em 1995 foi realizado um referendo que poderia ter levado a província à independência, pois o sim obteve 49.4% dos votos. Com uma

posição reivindicativa, o Québec não assinou a actual Constituição do Canadá por considerá-la prejudicial aos seus interesses.

Tendo uma vida democrática longa, o regime parlamentar de Québec tem mais de 200 anos. O Parlamento de Québec, inicialmente bicameral possui actualmente apenas uma câmara, a Assembleia Nacional, composta de 125 deputados eleitos para representar o povo. O Partido Quebequense tem a maioria.

A Comissão foi recebida na Assembleia Nacional por uma Delegação da Assembleia Nacional para as relações com a Europa (*Délégation de l'Assemblée nationale pour les relations avec l'Europe-DANRE*). As relações interparlamentares e internacionais, são de extrema importância para a Assembleia Nacional como forma de projectar não só a instituição, mas também a província e a própria sociedade quebequense a nível internacional, além disso, a Assembleia quer participar na edificação da comunidade mundial, baseada na democracia, paz, justiça e prosperidade.

Desta forma, as relações interparlamentares e internacionais da Assembleia dividem-se em: multilaterais, bilaterais e de cooperação parlamentar. A DANRE, insere-se nas bilaterais. A Delegação, não é comparável a uma Comissão, pois além de não ter carácter permanente, não se insere em nenhum dos trabalhos legislativos ou mesmo fiscalizador da Assembleia. A Delegação corresponde a um grupo parlamentar de amizade, mas com um carácter mais técnico e com objectivos mais concretos, uma vez que possuem uma técnica, *madame Dominique Drouin*, permanentemente e que faz parte do comité executivo da DANRE. Além disso a sua existência insere-se nas relações internacionais da Assembleia, como forma de alcançarem os seus intuitos.

O grande interesse da DANRE é intensificar as relações da Assembleia Nacional com Estados federados e regiões da Europa, para assim poder conhecer os diversos sistemas autonómicos, de forma a aperfeiçoar o seu. Desde 1999 que a DANRE tem vindo a estabelecer protocolos de cooperação com o *Länder* da Bavieira.

Na reunião da Comissão com a Delegação estiveram presentes os membros do comité executivo²⁶ da DANRE. A primeira parte foi dedicada à apresentação dos dois sistemas parlamentares.

O Parlamento de Québec compõe-se do Governador-Tenente (*Le lieutenant-gouverneur*) e da Assembleia Nacional. O *lieutenant-gouverneur*, faz parte do parlamento, mas não participa nas suas deliberações, ele tem os mesmos poderes de um chefe de Estado (convocar o Conselho de Estado, dissolver o Parlamento, ratificar leis, etc).

A Assembleia reúne-se em sessões ordinárias duas vezes por ano, de Março a Junho e de Outubro a Novembro. Reúne também em Comissões, instrumento de trabalho muito importante. Estas em 1984, na sequência de uma reforma viram o seu número reduzido, mas no entanto foi-lhes dado um novo poder de iniciativa. A pedido da Assembleia, essas comissões²⁷ estudam os projectos de lei, as verbas e qualquer outro assunto que lhes é confiado. Elas mesmas tomam a iniciativa de examinar os projectos de regulamento e os regulamentos, as orientações, as actividades e a gestão dos órgãos públicos e além de assuntos de interesse público. São compostas por dez a doze Deputados nomeados por um período de dois anos. As comissões podem ir a qualquer lugar de Québec, podem ser itinerantes, sempre que assim considerarem necessário. Em cada ano apresentam um projecto de trabalho. Têm apoio técnico e especializado.

A Comissão da Assembleia Nacional exerce um papel especial. Composta do Presidente da Assembleia, dos Vice-Presidentes²⁸, Líderes, *Whips*²⁹ e Presidentes das demais comissões, ela estabelece as regras de procedimentos e coordena os trabalhos das dez comissões.

²⁶ **Presidente da Delegação** Cécile Vermette

Vice –Presidentes William Cusano
Guy Lelièvre

Secretaria Dominique Drouin

²⁷ Comissão das Instituições; Comissão da Receita Pública; Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Economia e Trabalho; Comissão de Agricultura, Pesca e Alimentação, Comissão de Manejo Territorial; Comissão de Educação, Comissão de Cultura; Comissão de Transportes e Meio Ambiente; Comissão de Administração Pública

²⁸ Tal como o Presidente são eleitos no início da legislatura. A sua principal responsabilidade é substituir o Presidente na gestão dos trabalhos.

²⁹ A sua principal tarefa é manter a ordem, a coesão e a solidariedade dentro da sua formação política. Coordenam a presença dos Deputados na Câmara e nas comissões. Eles são membros da repartição da Assembleia e encarregam-se dos aspectos materiais do trabalho parlamentar

A figura de Líder Parlamentar tem uma função diferente da nossa e é uma figura recente. Surgiu quando as tarefas administrativas e políticas do Primeiro-Ministro tornaram-se tantas que o impossibilitaram de encarregar-se também da organização dos trabalhos parlamentares. A oposição também tem o seu líder. Os líderes são especialistas no código de procedimentos parlamentares (regimento).

Os Deputados da Comissão explicaram o sistema parlamentar regional, fazendo uma abordagem histórica da nossa democracia, comentando o funcionamento da Assembleia, a descentralização existente e o Processo Legislativo Comum.

A abordagem aos sistemas eleitorais foi a parte que mais motivou a Delegação, pois estes possuem uma grande expectativa em relação ao desenrolar do futuro da União Europeia, prevendo certamente como pano de fundo o federalismo. O grande interesse foi saber o funcionamento dos círculos eleitorais europeus e a representação no Conselho Europeu. Os Deputados da Comissão explicaram a coincidência de termos um Deputado Europeu açoriano e o carácter governamental do Conselho Europeu. No entanto, abordaram as relações da região com a Europa, nomeadamente com o Comité das Regiões, ao nível da EU, da CRPM, ao nível de regiões periféricas e marítimas da Europa, da CPLRE ao nível do Conselho da Europa, ARE ao nível do regionalismo Europeu e da CALRE, ao nível parlamentar regional europeu.

Depois da reunião, a Comissão almoçou com a DANRE, tendo a oportunidade de conhecer a Presidente da Assembleia Nacional, a *madame Louise Harel*. A seguir ao almoço, os Deputados assistiram ao famoso *question period (période des affaires courantes)*.

➤ *Gatineau*

A Comissão foi recebida na cidade de *Gatineau* (antiga *Hull*) pelo Presidente da Câmara Yves Ducharme e pelo Vereador José da Silva, açoriano de S. Miguel (Maia). A cidade de *Gatineau*, de frente para o Parlamento Federal, está separada de Ottawa pelo rio do mesmo nome.

Esta visita a *Gatineau* e a *Ottawa* foi preparada pela Embaixada do Canadá, em cooperação com o Consulado de Montreal, tendo a Comissão sido acompanhada pelo Conselheiro Social da Embaixada de Portugal em *Ottawa*, Dr. Carlos Gomes da Silva.

O grande propósito deste encontro foi a Delegação tomar contacto com alguns dos emigrantes de sucesso, como é o caso de José da Silva, anteriormente Presidente de uma Câmara Municipal.

A Comissão conheceu as instalações da Câmara e assistiu a um vídeo sobre a cidade. O Seu Presidente, Yves Ducharme, já esteve nos Açores, em S. Miguel –Ponta Delgada, tendo apreciado muito a cidade. Aliás é intenção dele fazer uma réplica, mais pequena, do Monumento ao Emigrante, existente no largo São Francisco em Ponta Delgada, para a Câmara de *Gatineau*.

➤ *Montreal*

Os Deputados tiveram uma audiência com o Presidente do Conselho Municipal, Marcel Parent, onde conheceram mais uma açoriano de sucesso, o vereador Luís Miranda (S. Miguel –Rabo de Peixe).

Durante a audiência Marcel Parent acentuou a importância dos açorianos na “construção da cidade” e do número elevado de jovens descendentes dos portugueses em Montreal.

Ottawa

A Comissão visitou o Parlamento Federal, mais precisamente a Câmara dos Comuns (*House of Commons* ou *Lower House*). Almoçou com o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Canadá- Portugal, Tony Ianno e assistiu à sessão (*Question Period*) na Câmara dos Comuns. Os Deputados, ainda antes de presenciarem o *Question Period*, fizeram uma visita de cortesia ao Ministro das Finanças, *Martin*, do Governo Federal.

Os membros da Câmara dos Comuns são eleitos por voto directo dos cidadãos. As eleições são realizadas, pelo menos de cinco em cinco anos. Cada província e território está dividida em círculos eleitorais, elegendo um membro. O número total

de lugares é periodicamente ajustado, com base no censo nacional. O número actual de membros é de 301, repartidos pelas províncias e territórios.

Ontario - 103

Québec - 75

Columbia Britânica - 34

Alberta - 26

Saskatchewan - 14

Manitoba - 14

Nova Escócia - 11

Nova Brunswick - 10

Newfoundland and Labrado - 7

Prince Edward Island - 4

Territórios Northwest - 1

Nunavut - 1

Território Yukon - 1

A Câmara dos Comuns é o ramo legislativo chave, onde as propostas de leis mais importantes são produzidas. Todas as propostas de lei com carácter financeiro têm de ser originários da Câmara dos Comuns.

O Primeiro-Ministro e a maioria do gabinete fazem parte da Câmara dos Comuns. Todos os partidos políticos na Câmara dos Comuns que não apoiam o Governo, são conhecidos colectivamente como a oposição. O partido minoritário com mais lugares é conhecido como a Oposição Oficial (*Official Opposition*) e detém privilégios especiais.

Actualmente, o Partido Liberal (*Liberal Party*) detém a maioria com 173 lugares e a oposição oficial pertence à Aliança Canadiana (*Canadian Alliance*) com 62 lugares. Ainda têm representação o Bloco Quebequense (*Bloc Québécois*) com 38 membros,

o NDP (*New Democratic party*) com 13, o *Conservative Party* com 12 e dois Independentes e um Conservador independente.

IV CONCLUSÃO

A deslocação teve um balanço muito positivo. A Comissão contactou com as Comunidades mais isoladas do Canadá e conheceu as dificuldades sentidas por estas na manutenção e no desenvolvimento das raízes açorianas, no país de acolhimento.

Estas dificuldades não se devem à falta de apoios e incentivos, mas ao grande problema do conflito de gerações (*generation gap*). Há uma tendência, que é necessário inverter, das segundas gerações afastarem-se das tradições cultivadas pelos pais. Foi um facto, talvez com a excepção de Winnipeg (onde verificou-se o maior número de jovens entre os 18 e 25 anos), a falta de jovens adolescentes nas recepções organizadas pela nossa comunidade.

Outra questão interessante de se apontar é o caso da Comunidade de Kitimat (British Columbia), esporadicamente visitada. É uma comunidade muito pequena, quase familiar, tendo um enorme peso político na cidade, uma vez que são a maioria da população lá existente. Seria impossível à Comissão deslocar-se lá nesta viagem, uma vez que Kitimat fica no extremo noroeste de British Columbia e próximo do Alasca. No entanto, poderá ser uma comunidade a ter em conta no futuro.

Em termos práticos, houve alguns erros, que certamente servirão para o futuro, nomeadamente o facto desnecessário de se ter feito a deslocação da cidade de Edmonton para Calgary de avião. Foi um dos aspectos levantados pelos Deputados da Comissão, uma vez que o tempo perdido em *chek In's* e esperas não justifica os três quartos de hora da viagem de avião.

Salienta-se o facto da participação dos Cônsules ter sido fundamental, estando neste sentido a Direcção Regional das Comunidades a fazer um excelente trabalho, de intensificar o papel dos mesmos junto das nossa Comunidades.

Em suma, o objectivo da visita, o contacto com a comunidade portuguesa radicada no Canadá, foi plenamente conseguido.

Horta, 12 de Junho 2002

A Técnica Superior, Graça Cabral

O Presidente da Comissão em exercício, Clélio Meneses

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, permitam-me realçar a forma e o modo cuidado como o relatório da visita da Comissão de Política Geral ao Canadá foi apresentado a esta Casa.

Ele espelha bem não só o espírito como essa viagem decorreu, mas reflecte aquilo que é, em nosso entender, a importância deste tipo de deslocação que se pode definir em duas vertentes:

A primeira e já aqui realçada, prende-se com a questão do reforço, a ligação com as comunidades espalhadas por todo aquele vasto país.

Foi com algum agrado, por exemplo, que em Vancouver, fomos encontrar a madrinha do nosso prezado colega, Cabral Vieira. É com esse mesmo agrado e algum espanto que eu, pessoalmente, encontrei sobrinhas do meu sogro. O nosso colega Paulo Messias encontrou familiares e amigos. O mesmo aconteceu com o Sr. Deputado Paulo Valadão e poderíamos repetir isso por todo o lado.

A partir daí perceber que o primeiro objectivo desta visita foi, na nossa primeira paragem, conseguido, que era o estabelecimento de determinados laços e contactos com uma comunidade que ao mesmo tempo anseia por notícias e tem problemas específicos e alguns são comuns. Recordo-me por exemplo da questão das ligações áreas que era um problema transversal, o problema de como por vezes as comunidades se organizam, que também é um problema transversal e, por vezes, há também problemas específicos que passam pelo desconhecimento daquilo que se passa a meio do oceano. Daí ser importante realçar esta primeira vertente.

A segunda, porque a Comissão que se deslocou ao Canadá foi acompanhada por um representante da Direcção Regional das Comunidades. É importante realçar o trabalho que essa direcção tem vindo a desenvolver em prol da ligação, do

desenvolvimento e do apoio, através do estabelecimento de protocolos e através da definição de programas, no sentido de preservar e cimentar uma identidade cultural.

No entanto, gostaria de deixar aqui um aspecto para reflexão desta Câmara.

Um factor que foi detectado ao longo desta deslocação é a forma excessiva, como comunidades, por vezes de dimensão reduzida, se disseminam numa quantidade quase impensável de associações, de grupos, de entidades e de várias colectividades. Cada um procura o seu espaço e procura dinamizar aquilo que começa a perder-se e aquilo que começa, principalmente nas novas gerações, a se esvaír, a fugir como areia entre mãos.

Refiro-me concretamente à necessidade imperiosa – aliás, reforçada há bem pouco tempo, através da comunicação social, de acordo com informações obtidas através da mesma, aquando da visita do Presidente do Governo Regional a este país – de continuar a apoiar o incremento do ensino da língua portuguesa.

Esse ensino passa por vezes por coisas tão simples como fornecer alguns livros para as escolas que, por vezes de forma voluntária, promovem esse ensino. Isto é muito mais importante quando começamos a perceber que se há um elo a ligar um povo, uma região, um país, esse elo é a língua.

Se por algum motivo esse elo se perder, qualquer dia a referência das comunidades será como algo longínquo a contar na história do desenvolvimento e do crescimento de um qualquer país.

Por fim, uma última palavra acerca da forma como decorreu esta visita.

Permitam-me que diga, em termos de desabafo pessoal, que decorreu num clima não só de extrema cordialidade e convívio, como ao fim e ao cabo permitiu aos próprios elementos da Comissão que a constituíram desenvolver outros laços de conhecimento, de contacto e de amizade.

Seria caso para dizer que até houve um dia em que gostosamente não enfiámos o barrete, mas enfiámos o chapéu.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos temos o relatório da visita e já tivemos intervenções de dois grupos parlamentares sobre a mesma. Por isso mesmo, vou intervir procurando dizer coisas diferentes, porque entendo que é importante não haver a repetição, mas se possível haver algumas opiniões diferentes.

Há um aspecto comum, um aspecto positivo que, em nosso entender, se manifestou durante esta visita e que é um sinal de que foi importante que este grupo de deputados fosse até junto de emigrantes espalhados por uma vasta zona do continente americano e do Canadá. Eles próprios estavam ansiosos para comunicar com todos aqueles que lhes apareciam, que falavam a sua língua de origem, com aqueles que falavam da sua terra e até mesmo de amigos comuns, para além dos próprios elementos da Comissão terem encontrado pessoas das suas ilhas que já estão há muitos anos ausentes.

Pensamos que é fundamental que estas viagens à diáspora sirvam de lição para toda a Assembleia, no sentido de que existe o sentimento – e penso que todos os que lá estiveram trouxeram – de que é importante contactarmos cada vez mais com os nossos emigrantes.

É fundamental levarmos a eles aquela palavra de esperança que a ligação à terra vai continuar no futuro. Aliás, esse é um aspecto que eu senti nalguns. Eles próprios falavam o português, tinham filhos que faziam um grande esforço para falar a nossa língua, mas manifestavam uma grande preocupação: “e os meus netos também vão falar português?”

O problema do ensino, da língua e da escrita portuguesa, continua muito presente em toda a nossa comunidade e tem que haver, em nosso entender, um esforço muito grande do Estado português e da Região, no sentido de que possamos dar um contributo, mesmo que seja pequeno, para que a língua e a escrita possam continuar a ser conhecidas pelos nossos emigrantes e pelos seus descendentes.

Como disse no início gostaria de citar dois ou três aspectos que muitas pessoas me manifestaram durante a estadia no Canadá. O primeiro tem a ver com o seu

relacionamento com o Estado Português e com quem os representa, mais especificamente os consulados. Em Vancouver e em Montreal, várias pessoas nos manifestaram, com alguma frieza, a dificuldade que têm na obtenção de documentos portugueses.

Se a memória não me falha, recordo que, em Vitória, uma senhora dizia que espera há dois anos pelo seu bilhete de identidade e não há maneira de o conseguir. Isto foi repetido não com esta precisão de há dois anos, mas foi repetido muitas e muitas vezes.

Os cidadãos portugueses dirigem-se ao consulado e encontram logo um entravo, é que esse consulado funciona muitas poucas horas, apesar de ter vários funcionários.

Embora funcionando poucas horas, às vezes com grandes sacrifícios dirigem-se ao seu consulado para conseguir os seus documentos e não os conseguem.

Dizem, por exemplo, como disseram a uns familiares meus que vivem em Vancouver e que os pais procuraram que os filhos fossem cidadãos portugueses, para deixarem as suas notas que depois entravam em contacto. Há um ano que esperam o contacto. Há dias telefonaram para o Consulado e dirigiram-se à pessoa que os tinha atendido que lhes disse: “então eu não disse que esperassem? Esperem que há-de chegar!”.

São situações destas que penso que temos levar junto do Governo Regional e se possível junto das entidades do Estado, no sentido de que o funcionamento dos nossos Consulados a nível deste país – estas queixas não são manifestadas lá – possa ser melhorado. Penso que o atendimento público dos funcionários do Estado Português nesses países tem que ser muito diferente daquilo que é e daquilo que os nossos emigrantes dizem que é.

Por outro lado, existe um outro aspecto que gostaria de referir, ou seja, a falta de iniciativa por parte das autoridades portuguesas, mas também por parte dos líderes da comunidade, para que os cidadãos portugueses se naturalizem canadianos.

Nalgumas zonas dos Estados Unidos da América, nas diversões que já fizemos, verificámos que havia da parte da comunidade um esforço muito grande para naturalizar aqueles que lá vivem.

No Canadá, ficámos com a impressão que esse aspecto não está tão presente na comunidade e muito menos nas autoridades portuguesas.

Sobre o fenómeno dos repatriados, regra geral, os nossos emigrantes não falam e muitas vezes a percepção que temos é que para muitos a ideia é de que ainda não bateu à minha porta, nem vai bater. É uma ilusão que existe.

Por isso mesmo, antes destes fenómenos surgirem, é fundamental, em nosso entender, que seja feito um alerta no sentido da naturalização de todos os portugueses que vivem nestas paragens e vice-versa. A documentação, a naturalização e o tornar cidadãos portugueses aqueles que ou por casamento ou por serem filhos de pais portugueses podem ter nacionalidade portuguesa, é matéria que tem que estar presente por parte dos responsáveis do Estado concretamente e dos Consulados portugueses naquelas paragens.

Outro aspecto que nos foi referido por algumas comunidades ou por quase todas as comunidades, foi a dificuldade que têm no acesso à RTP/Internacional. Mostraram desejo em poder captar a RTP/Internacional em diferentes condições e com outra acessibilidade que não têm.

Por outro lado, aqueles que recebem a RTP apenas por satélite, manifestam desejo em haver mais programas relativos à Região Autónoma dos Açores.

Diga-se de passagem que nestas zonas, uma percentagem elevadíssima de portugueses residentes, são açorianos, são provenientes da Região Autónoma dos Açores.

Outro aspecto que nos foi referido tem a ver com as ligações aéreas entre a Região e algumas paragens do Canadá. Aliás, recordo-me que em Montreal vários compatriotas nossos referiam-nos com alguma admiração por que é a SATA que vai tantas vezes a Toronto não tem passagem por Montreal.

Esta questão foi colocada por muitas pessoas. O desejo de saírem para os Açores é grande e a oferta que eles têm, por exemplo, para irem para países da Europa é muito maior e a preços muito mais baixos do que para os Açores.

Aliás, em Montreal foi-nos referido que o preço de uma passagem aérea para França pode ser conseguido por metade daquilo que se consegue para Ponta Delgada.

Estes são aspectos que deverão estar presentes na nossa ligação e no desejo de maior intercâmbio com a comunidade da diáspora.

Ainda relacionado com as ligações inter-ilhas, as pessoas das Flores e do Faial, colocavam-nos o problema de chegarem com as suas bagagens a Ponta Delgada, na SATA Internacional, e depois pagam, algumas vezes, uma dezena de contos para poder chegar com a sua bagagem à ilha de destino, na medida que têm um direito de transporte de bagagem de Toronto para Ponta Delgada e o limite da SATA em relação a essas pessoas é completamente diferente.

Seria bom que no caso concreto dos passageiros que chegam a Ponta Delgada na SATA Internacional e que não pagam excesso de bagagem, à saída do voo do Canadá – e o mesmo se passa com os Estados Unidos – tivessem o direito de utilizar esse mesmo volume e peso de bagagem até à ilha de destino.

Também nos foi referida a dificuldade de informação que existe na comunidade em relação a alguns aspectos que se passam em Portugal, mas concretamente há aspectos que lhes dizem respeito. Recordo, se não estou em erro, que em Calgary colocaram-nos com muita insistência o problema das pessoas quererem legalizar a sua situação militar ou a sua situação de contagem de tempo de serviço militar para efeitos de segurança social. A confusão era geral e não havia informação concreta sobre a possibilidade deles poderem legalizar a sua situação.

Note-se que para muitas destas pessoas que trabalharam e que têm descontos para a segurança social na Região, esta possibilidade de contagem do serviço militar pode dar-lhes direito a uma pensão em Portugal, porque elas têm direito e não é nenhum favor que lhes fazem. No entanto, elas têm grandes dificuldades em que essa situações seja resolvida sob o aspecto legal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como disse, deixei registado algo diferente daquilo que senti, que me apercebi e que me comunicaram durante os dias que todos nós convivemos com a comunidade açoriana que vive por estas paragens e que, embora longe, continua com os Açores no coração e desejosa de ter um intercâmbio mais profundo com a terra onde nasceu.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Apresentado e debatido o relatório da Comissão de Política Geral sobre a viagem ao Canadá e uma vez que estamos praticamente em cima da nossa hora regimental, pedia aos líderes parlamentares para se abordarem da Mesa para programarmos os nossos trabalhos para amanhã.

(Pausa)

Os nossos trabalhos recomeçam amanhã às 11 horas com o período de antes da ordem do dia. Às 15 horas entramos no período da ordem do dia.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite.

(Eram 20,00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Dionísio Mendes de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

João Manuel Bettencourt Cunha

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Luís Paulo de Serpa Alves

Nélia Maria Pacheco Amaral

DOCUMENTO ENTRADO

Parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional que cria a freguesia da Ribeira Seca no Concelho de Vila Franca do Campo.

A Comissão de Política Geral reuniu na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, no dia 11 de Junho de 2002, a fim de discutir, analisar e dar parecer final sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Criação da freguesia da Ribeira Seca, no Concelho de Vila Franca do Campo”.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi apresentado ao abrigo da alínea b) do nº1 do artigo 23º e da alínea g) do artigo 31º ambos da Lei 61/98 de 27 de Agosto - Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo dos artigos 135º e 136º da Resolução nº 24/98/A, de 4 de Novembro - Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, bem como do nº2 da Lei 60/99, de 30 de Junho. A Comissão, no âmbito da apreciação do projecto de diploma, deu cumprimento ao que estabelece a referida Lei que define o Regime jurídico da criação de freguesias na Região Autónoma dos Açores.

Capítulo II

Apreciação na generalidade e na especialidade

Os deputados verificaram o cumprimento dos critérios da Lei 60/99, de 30 de Junho, expressos no seu artigo 3º e conformaram-se com os indicadores e critérios técnicos apresentados pelo Governo Regional no Relatório a que se refere o nº 2 do artigo 7º da referida Lei. Foi entendido que o processo está convenientemente instruído, de acordo com o mesmo artigo 7º.

O Projecto de Decreto Legislativo Regional contém as menções legais obrigatórias a que se refere o artigo 8º.

No sentido de tornar minuciosa a descrição dos limites territoriais, a Comissão decidiu, unanimemente, concordar com as sugestões do Governo e da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, bem como com as sugestões de alguns deputados, no sentido de aperfeiçoar a redacção da proposta de diploma.

Por estas razões, a Comissão decidiu, por unanimidade, ao abrigo do artigo 138º do Regimento, apresentar a seguinte Proposta de Substituição:

Artigo 1º

(Criação)

É criada, no Concelho de Vila Franca do Campo, a freguesia da Ribeira Seca.

Artigo 2º

(Delimitação Territorial)

1 - O território da freguesia da Ribeira Seca resulta da divisão do da freguesia de São Miguel.

2 - Os limites da nova freguesia são os seguintes:

A Norte – Freguesia de Ribeira das Tainhas, com os limites definidos nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º24/80/A, de 15 de Setembro.

A Sul – Barrocas do Mar.

A Nascente – Freguesia da Ribeira das Tainhas, com os limites definidos nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º24/80/A, de 15 de Setembro.

A Poente – Extrema Nascente do Castelo Tagarete; Extrema Nascente da Fábrica da Corretora; Extrema Poente do Prédio de João Nicolau; Rua da Marina; Grota dos Novais; Extrema Nascente do Prédios T142, T141, T121, T122, T123, T181, T13; Extrema Sul dos Prédios P33, P34, P35 e P37; Extrema Nascente dos Prédios P52 e P53; Extrema Sul dos Prédios P51, P49; Caminho dos Moinhos; Extrema Norte dos Prédios P62; Ribeira da Granja; Grota do Galego; Extrema Nascente do Prédio F1-14, Estrada Municipal da Lagoa do Fogo, Ribeira Seca, Extrema Nascente do Prédio F1-24, F1-20 e F1-21.

3 - Os limites indicados no número anterior são conforme a representação cartográfica, à escala 1: 10 000, em anexo, que constitui parte integrante do presente diploma.

4 - A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo procederão à colocação de placas toponímicas, por forma a que fiquem bem patentes os limites fixados neste artigo.

Artigo 3º

(Comissões instaladoras)

1 - A Comissão instaladora da nova freguesia será constituída nos termos e prazo previstos no artigo 9º da Lei 60/99, de 30 de Junho.

2 - Para efeitos do número anterior, a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo nomeará a respectiva comissão instaladora, constituída por:

a) Um representante da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo;

- b) Um representante da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo;
- c) Um representante da Assembleia de Freguesia de S. Miguel;
- d) Um representante da Junta de Freguesia de S. Miguel;
- e) Cinco cidadãos eleitores da área da nova freguesia, designados de acordo com os números 3 e 4 do artigo 9º da Lei 60/99, de 30 de Junho.**

3 - A comissão instaladora exercerá as suas funções até à tomada de posse dos órgãos autárquicos da nova freguesia.

Horta, 11 de Junho de 2002

Pel'O Relator: Clélio Ribeiro de Meneses

O presente Relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

—

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*